REIS CARVALHO

NOÇÕES

DE

FILOSOFIA PRIMEIRA

On peut maintenant regarder comme accompli le noble voeu de Bacon sur la construction d'une philosophie première, susceptible de guider partout la méditation théorique, et même d'assister la raison pratique.

AUG. COMTE. — *Politique*, IV, 181.

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1932
ANO 144 DA REVOLUÇÃO FRANCEZA E 78 DA ERA NORMAL

146
C 33
ORM
101
C 331
ex: 2
BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

PREFÁCIO

Aos adolescentes positivistas, moral e mentalmente preparados por forte cultura primária, em que, além das línguas ocidentaes e das várias fórmas da Poesia, verbal, musical e plástica, a criança, até os 14 anos, já deve ter adquirido os conhecimentos concretos da órdem universal, capazes de a tornar apta aos estudos abstratos — cabe receber o primeiro ensino sientífico, constituído pelas leis universaes de Filosofia Primeira. Êsse ensino Augusto Comte deixou apenas *instituído*. Quem primeiro tratou de o *constituir* foi Pierre Laffitte, professando em Paris lições, posteriomente publicadas numa obra em dous volumes sôb o título: *Cours de Philosophie Première*. Entre nós, Teixeira Mendes realizou, muitos anos depois, curso semelhante, mas não me consta tenham sido publicadas as suas lições a não ser a primeira, sôbre a Teoria da Abstração, que corre datilografada no meio positivista. Últimamente o Dr. Luiz Bueno Horta Barbosa, discípulo de Teixeira Mendes, retomou a tarefa do mestre, e tem publicado, em páginas mimiografadas, as lições por êle dadas no mesmo grêmio positivista em que dera Teixeira Mendes as suas.

Sem referir-me ás do Dr. Horta Barbosa, das quaes só conhêço a inicial, apesar de possuir várias outras, as lições de Filosofia Primeira, por mim lidas e ouvidas segundo as exposições de Pierre Laffitte e Teixeira Mendes, não me parece realizem plenamente o programa de Augusto Comte, não obstante o seu real e indiscutivel valor, principalmente as professadas por Teixeira Mendes. Em ambos os cursos, tanto no escrito como no oral, afigura-se-me que a Filosofia Primeira, em vez de preceder, segue a Filosofia Segunda: o que lhe altera a verdadeira finalidade. E' justo, porém, re-

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

conhecer no curso de Teixeira Mendes, o caráter profundamente religioso do ensino filosófico, e a originalidade da sua explanação, no que concerne ao problema de situar no Espaço as leis universaes ;e no de Laffitte, a elegante e variada erudição. Embora não ficasse tratado especial do curso de Teixeira Mendes, encontra-se todavia útil e belo resumo na obra do imortal apóstolo — *As últimas concepções de Augusto Comte*.

Se bem que o curso de Laffitte parêça mais uma série de dissertações acadêmicas do que um tratado religioso, onde impere a siência em vez da teologia, a verdade é que os dous cursos, tanto o do propagandista francez como o do apóstolo brasileiro, fazem parte do ensino do dogma da Religião da Humanidade.

O meu, porém, que é apenas um conjunto de noções elementares, de notas sumarissimas, sôbre a Filosofia Primeira, não visa o mesmo objetivo dos de Pierre Laffitte e de Teixeira Mendes. Não tem por fim própriamente a *educação positivista*, mas simplesmente a *instrução positiva*. Ensinadas à minha filha Beatrix, para quem as escrevi e que, de acôrdo com as minhas crenças positivistas, é educada na religião materna, que é a católica, revelam aquelas noções a sua restrita finalidade. Para assimilá-las basta a instrução primária, dada em nossas escolas públicas ou particulares, e a secundária, ministrada às meninas nos colégios de religiosas.

Procurei o mais possivel evitar introduzir na rudimentar exposição, o saber sistemático ,colhido nas siências especiaes, de sorte que a Filosofia Primeira se apresentasse como *introdução* e não como *conclusão* da Filosofia Segunda. Por isso mesmo os meus estudinhos são apenas enunciados das leis, seguidos de exemplos que as ilustram, tirados do saber mais ou menos vulgarizado entre os leitores comuns.

Segundo o programa de Augusto Comte, o curso de Filosofia Primeira deve compreender, além do estudo das 15 leis universaes que a constituem, mais a teoria da abstração, como prólogo, e a classificação das siências, como epílogo. Daí a divisão dêste resumo em dezoito pequenos capítulos, a cada um dos quaes dou o nome de *noção*, de conformidade com a designação total do opúsculo. No inicial e no final,

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

trato respetivamente da abstração e da jerarquia sientifica, e nos dezeseis intermédios, da Filosofia Primeira próprìamente dita, encarando-a no primeiro dêsses em seu tôdo e nas suas divisões, e nos quinze seguintes, discorrendo sumáriamente sôbre cada uma das suas leis.

Creio prestar com a publicação dêste livrinho, um pequenino serviço a quem quizer ter um conhecimento rudimentar das leis universaes que regem o hômem e o mundo, instituídas segundo os votos de Bacon pelo gênio sem par de Augusto Comte.

E' escusado dizer que me serviram de fonte de estudo para escrever êste nocionário filosófico ,as obras de Augusto Comte, Pierre Laffitte e Teixeira Mendes.

Reis Carvalho.

Rio de Janeiro, 7 de S. Paulo de 143. / 27 de Maio de 1931.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 1ª

A Teoria da Abstração

Abstração é a operação cerebral, pela qual separamos as propriedades de cada ser, e, reünindo-as às propriedades semelhantes de outros seres, fazemos de cada uma delas um ser a parte, que isoladamente se estuda.

Propriedades são as diversas manifestações dos seres. São os seres em ação. Chamam-se tambem *fenômenos, atributos, efeitos* dêsses seres.

Ser ou côrpo é a pessôa, animal, planta ou cousa que o cérebro percebe através dos sentidos.

O conjunto dos seres fórma o *Mundo*. O conjunto dos cérebros fórma o *Homem*. Tudo o que é relativo ao Hômem, ao sujeito que percebe o Mundo, chama-se *subjetivo*. Tudo o que é relativo ao Mundo, ao objeto percebîdo pelo Hômem, chama-se *objetivo*.

A operação de abstrair compreende duas fases: a primeira, é a da separação das diversas propriedades; a segunda, é a da reünião e estudo das propriedades semelhantes. Na primeira, faz-se *observação abstrata*, na segunda, *meditação abstrata*.

Exemplifiquemo-lo.

Tomemos um copo de vidro. Notamos dêsde logo que tem uma existência quantitativa, que êle é *um*; que é mais ou menos longo, largo e espêsso, tem certa fórma, determinada *extensão*. Notamos mais que tende a *mover-se* para a terra, tende a *cair*, se o não detivermos por algum obstáculo, o que quer dizer, possue *movimento* e *pêso*. Percutido, *sôa*. O seu contato mostra tambem que é mais ou menos *quente*; e a sua vista, que é mais ou menos *luminoso*. Atritado com alguns outros corpos, adquire a propriedade de atrair os mais leves, manifesta o que se chama efeito *elétrico*. Se, em vez do copo de vidro, tomarmos uma barra de ferro, repetem-se as mesmas observações. Passando dos corpos brutos aos seres vivos ainda se reproduzem fatos análogos. A roseira e o canário que contemplamos, revelam aos nossos sentidos terem tambem existência numérica e dimensional; serem capazes de mudar em parte ou totalmente a sua posição; possuirem maior ou menor quantidade de calor; desprenderem cheiro mais ou menos ativo; refletirem a luz; manifestarem eletricidade; e, além disso, uma qualidade nova, a *vida*. Em geral tôdos os seres, em maior ou menor gráo, patenteiam parcial ou integralmente, os atributos que enumerámos: o número, a extensão, o movimento, o pêso, o calor, a luz, o som, a eletricidade, a vida. São êsses atributos reünidos em cada ser que o fazem conhecido. Sem êles não há seres reaes. Por outro lado, os atributos isolados são seres fictícios. Não há objetivamente número, extensão, movimento, pêso, calor, luz, som, eletricidade, vida, mas corpos numéricos, extensos, móveis, pesados, quentes, luminosos, sonoros, elétricos, vivos. São êsses seres

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

fictícios, êsses seres abstratos que chamamos *existências*, para os distinguir dos reaes, dos concretos, chamados simplesmente *seres* ou *corpos*.

Terminada a fase inicial da abstração, em que se separam os efeitos diferentes revelados por cada ser, começa a segunda, em que se combinam as propriedades semelhantes dos diversos seres. Nesta o espírito humano compara as variações do mesmo fenômeno, da mesma propriedade, ou de fenômenos e propriedades diversas, buscando as relações constantes que entre êles existem. Assim, tomando os fenômenos de fórma ou de extensão — a circunferência e o diâmetro do círculo — comparando-os entre si, acha-se, ou melhor, achou o gênio de Arquimedes, que sempre, invariavelmente, a circumferência do círculo é maior que três vezes e menor que quatro vezes o diâmetro, ou igual ao número incomensuravel, 3,14159... Procedendo análogamente com outros fenômenos, novas e semelhantes relações se descobrem, muito embora nem tôdas possam ter a mesma precisão. Descobre-se, por exemplo, ou antes, descobriu Bichat que na vida animal toda função intermitente tende a tornar-se habitual. E' uma relação entre fenômenos vitaes tão certa como a que foi achada por Arquimedes entre a circumferência e o diâmetro, mas incomparavelmente menos precisa, porque na lei de Bichat não se póde determinar o *numero* constante, que liga a intermitência á habitualidade, que marca o tempo preciso para que nesta aquela se transforme. Em ambos os casos, porém, houve o achamento de uma relação invariavel entre propriedades, entre seres abstratos; a circumferência e o diâmetro, na relação de Arquimedes; a intermitência e o hábito, na relação de Bichat.

São essas relações que se chamam *leis naturaes*, ou simplesmente *leis*. Lei é, pois, uma relação constante entre fenômenos variáveis, ou o modo regular de variação de um fenômeno por meio de outro. Segundo esta última definição, a lei de Arquimedes exprime o modo regular, por que a circumferência varia, variando o diâmetro e *vice-versa*, e a de Bichat, o modo regular por que varia o hábito, variando a intermitência e *vice-versa*.

O conjunto das leis dos fenômenos constitue o que se chama a teoria dêsses fenômenos. Temos assim: a teoria do número, a teoria da extensão, a teoria do movimento, a teoria do pêso, a teoria do calor, a teoria da luz, a teoria do som, a teoria da eletricidade, a teoria da vida, etc. E como o conjunto das teorias fórma a siência, tôda siência é essencialmente abstrata. De sorte que sem o conhecimento da abstração, não se póde instituir regularmente o ensino sientífico.

Abrange êsse ensino duas filosofias: a *Filosofia Primeira* e a *Filosofia Segunda*. A *Filosofia Primeira* é o estudo das leis universaes, que regem tôdos os fenômenos, qualquer que seja a sua categoria. *A Filosofia Segunda* é o estudo das leis especiaes que regem cada categoria de fenômenos. Constituem ambas a siência propriamente dita. Formam o domínio dos conhecimentos teóricos.

Quanto à *Filosofia Terceira*, constitue o domínio prático. E' o conjunto dos conhecimentos concretos. E' apenas o complemento do ensino teórico, do ensino sientífico propriamente dito; mas não figura, não deve figurar como siência. Não há siência concreta.

Assim tôdo conhecimento, tôdo conhecimento real, é filosófico, mas nem tôda filosofia é sientífica. Só a que trata das leis dos fenômenos fórma a Siência; a que estuda as generalidades práticas, as leis dos seres, está excluída do campo teórico, faz parte do domínio técnico. Não é siência; é indústria.

Entretanto, conciliante de fato, embora inflexivel em princípio, segundo a regra formulada pelo Pensador Universal, póde admittir-se por uma concessão aos hábitos adquiridos nos meios intelectuaes, a

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

expressão — *siência concreta* — como sinônimo de *filosofia terceira*. Nêsse caso a palavra siência é equivalente à palavra *saber*. E como a Filosofia é tôdo sistema de conhecimento ou de saber, e se biparte em saber abstrato ou siência, bipartida por sua vez em siência geral ou Filosofia Primeira e siência especial ou Filosofia Segunda, e saber concreto ou Filosofia Terceira, se dá à palavra Siência a significação de Filosofia e se admite a sua divisão em *Siência Abstrata* e *Siência Concreta*, compreendendo esta a *Filosofia Terceira* e aquella a *Filosofia Primeira* (sciência geral) e a *Filosofia Segunda* (siência especial).

Sumário esbôço da segunda dessas três filosofias, é o que vamos expor nas páginas a seguir.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 2ª

As Leis de Filosofia Primeira

As leis de Filosofia Primeira são em número de quinze, assim nomeadas e enunciadas:

1ª. LEI DA RELATIVIDADE: *Formar a hipótese mais simples, mais estética e mais simpática que comporte o conjunto dos dados a representar.*

2ª. LEI DA IMUTABILIDADE: *Conceber como imutáveis as leis quaesquer que regem os seres segundo os acontecimentos.*

3ª. LEI DA MODIFICABILIDADE: *As modificações quaesquer da órdem universal limitam-se à intensidade dos fenômenos, cujo arranjo permanece inalteravel.*

4ª. LEI DAS CONSTRUÇÕES SUBJETIVAS: *Subordinar as construções subjetivas aos materiaes objetivos.*

5ª. LEI DAS IMAGENS: *As imagens interiores são sempre menos vivas e menos nítidas que as impressões exteriores.*

6ª. LEI DA IMAGEM NORMAL: *A imagem normal deve ser preponderante sôbre as que a agitação cerebral faz simultaneamente surgir.*

7ª. LEI DA EVOLUÇÃO INTELECTUAL: *Cada entendimento oferece a sucessão dos três estados fictício, abstrato e positivo em relação às nossas concepções quaesquer, mas com velocidade proporcional à generalidade dos fenômenos correspondentes.*

8ª. LEI DA EVOLUÇÃO ATIVA: *A atividade é primeiro conquistadora, depois defensiva, e finalmente industrial.*

9ª. LEI DA EVOLUÇÃO AFETIVA: *A sociabilidade é primeiro doméstica, depois cívica, e finalmente universal, segundo a natureza peculiar a cada um dos três instintos simpáticos.*

10ª. LEI DA PERSISTÊNCIA: *Tôdo estado estático ou dinâmico tende a permanecer espontaneamente, sem nenhuma alteração, resistindo ás perturbações exteriores.*

11ª. LEI DA COEXISTÊNCIA: *Um sistema qualquer mantem a sua constituição ativa ou passiva, quando os seus elementos experimentam mutações simultaneas, comtanto que sejam exatamente comuns.*

12ª. LEI DA MUTUALIDADE: *Existe por tôda a parte uma equivalência necessária entre a reação e a ação, se a intensidade de ambas fôr medida conforme a natureza de cada conflito.*

13ª. LEI DA CONCILIAÇÃO: *Subordinar por tôda a parte a teoria do movimento à da existência, concebendo tôdo progresso como o desenvolvimento da órdem correspondente, cujas condições regem as mutações que constituem a evolução.*

14ª. LEI DA CLASSIFICAÇÃO: *Tôda classificação positiva procede segundo a generalidade crescente ou decrescente tanto subjetiva como objetiva.*

15ª. LEI DO INTERMEDIÁRIO: *Tôdo intermediário depende dos dous extremos cuja ligação opera.*

Das quinze leis ou princípios universaes, as três primeiras referindo-se igualmente ao mundo e ao hômem, constituem o primeiro grupo, *tanto objetivo como subjetivo*. As seis imediatas, relacionando-se muito mais ao hômem do que ao mundo, formam o segundo grupo, *essencialmente subjetivo*. As seis últimas concernindo mais

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

ao mundo que ao hômem, são o grupo mais objetivo da Filosofia Primeira, o terceiro grupo, *principalmente objetivo*.

Como nos dous primeiros grupos, a subjetividade domina a objetividade, formam êles a *seção mais subjetiva*, e o último, em que se dá o contrário — a objetividade prepondera sôbre a subjetividade — fórma a *seção mais objetiva*.

O segundo grupo, o essencialmente subjetivo, o que se refere às leis do entendimento, consta de duas *séries*: a primeira composta de três leis estáticas e a segunda de três leis dinâmicas.

O terceiro grupo, o principalmente objetivo, consta tambem de duas *séries* de leis: a primeira composta de princípios mais objetivos que os da segunda, e a segunda, de pricípios mais subjetivos que os da primeira.

Dessas quinze leis de Filosofia Primeira, se tôdas, pelo seu enunciado, pela sua generalização, pertencem exclusivamente a Augusto Comte, a descoberta inicial de algumas deve-se a outros pensadores.

São de autoria exclusiva de Augusto Comte dez: a lei da relatividade, a da imutabilidade, a das imagens, a da imagem normal, as três leis da evolução, a da conciliação, a da classiffcação e a do intermediário.

A da modificabilidade foi descoberta por Broussais. A das construções subjetivas é criação de Aristóteles, completado por Leibnitz e Kant. As da persistência, da coexistência e da mutualidade devem-se respetivamente a Kepler, Galileu e Newton ou Huyghens.

Quanto à segunda lei de evolução, a da evolução ativa, convem associar ao de Augusto Comte, os nomes dos seus predecessores no achamento dêsse princípio, Hume e Dunoyer. E' preciso tambem indicar o nome de d'Alembert, como o precursor matemático do princípio da conciliação; lembrar Hume e Diderot, tratando da lei das imagens, e Buffon, como o antevidente da lei do intermediário.

Resumamos agora num quadro sintético tudo o que acabamos de expôr. E' a sinopse da nossa pequenina lição.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

- FILOSOFIA PRIMEIRA
  - SEÇÃO MAIS SUBJETIVA
    - *1º grupo* — tanto objetivo como subjetivo
      - *1ª série* .....
        1. Lei da relatividade (Comte)
        2. Lei da imutabilidade (Comte)
        3. Lei da modificabilidade (Broussais)
    - *2º grupo* — essencialmente subjetivo
      - *2ª série* ..... Leis estáticas do entendimento
        4. Lei das construções subjetivas (Aristóteles, Leibnitz e Kant)
        5. Lei das imagens (Comte, *Hume* e *Diderot*)
        6. Lei da imagem normal (Comte)
      - *3ª série* ..... Leis dinâmicas do entendimento
        7. Lei da evolução intelectual (Comte)
        8. Lei da evolução ativa (Comte, *Hume* e *Dunoyer*)
        9. Lei da evolução afetiva (Comte)
  - SEÇÃO MAIS OBJETIVA
    - *3º grupo* — principalmente objetivo
      - *4ª série* ..... a mais objetiva da Filosofia Primeira
        10. Lei da persistência (Kepler)
        11. Lei da coëxistência (Galileu)
        12. Lei da mutualidade (Newton ou Huyghens)
      - *5ª série* ..... mais subjetiva que a precedente.
        13. Lei da conciliação (Comte e *d'Alembert*)
        14. Lei da classificação (Comte)
        15. Lei do intermediário (Comte e *Buffon*).

Obs. — Nesta sinopse os nomes próprios em itálico representam não os autores nem os colaboradores da descoberta das leis de Filosofia Primeira, mas apenas os que as presentiram mais ou menos explicitamente.

Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 3ª

A Lei da Relatividade

Chama-se relatividade a propriedade do que é *relativo*. Opõe-se-lhe o atributo do que é *absoluto*. Relativo é tudo que resulta de relações e absoluto o que independe de qualquer relação. Assim os seres extraterrestres — os deuses, os anjos, os demônios, os espíritos, as fadas, etc., são seres *absolutos*, e os seres terrestres — os hômens, os animaes, as plantas, as cousas — são seres *relativos*. E como só os segundos são *reaes* — da existência dêles ninguem duvida — e os últimos são *fictícios*, — a sua existência, embora admitida por muitos, não o é por tôdos, nem é provada, mesmo para os que a admitem, como se prova a dos outros — claro é que só o conhecimento dos últimos é o conhecimento real. Mas como a ficção se origina da realidade — os próprios seres extraterrestres lembram essa origem — tôda verdade, seja real ou fictícia, é essencialmente relativa, nasce de relações entre o hômem e o mundo. "Tudo é relativo: eis o único princípio absoluto" — é o aforismo em que se baseiam tôdos os nossos conhecimentos. Constitue o princípio do relativismo, formulado por Augusto Comte, no início da sua carreira filosófica.

E' êsse princípio que se contém, sôb outra fórma, na lei-mãe de Filosofia Primeira, na lei das hipóteses, que por isso mesmo se chama — *lei da relatividade*, e se poderia chamar tambem a *lei das leis*, porque tôdas as leis lhe estão subordinadas.

Com efeito, dizer que — *tudo é relativo*, é dizer que *tudo são hipóteses*. Nada sabemos fóra dos limites impostos pelas contingências humanas e terrestres. Tôdas as noções que possuímos sôbre os seres e os fenômenos são imagens aprossimadas da realidade objetiva ou subjetiva. Ora essas imagens recordam entes e atributos objetivamente reaes, ora entes e atributos fictícios, que só são subjetivamente reaes. Assim, os cavalos que concebemos são imagens aprossimadas das figuras homônimas que nos revela a sua observação; são construções subjetivas de origem objetiva, diretamente real; e os anjos e as sereias, as crianças aladas e as mulheres-peixes são tambem imagens aprossimadas dos seres fictícios, nascidos da observação real de crianças, aves, mulheres e peixes, imaginàriamente combinados em nosso cérebro; são construções subjetivas de origem objetiva, só indiretamente real. Num e noutro caso tudo são aprossimações; tudo são hipóteses.

Ainda aprossimações, ainda hipóteses, as ligações que constatamos entre os seres através dos seus atributos. Assim, quando se afirma que são paralelas as ações da gravidade sôbre as diversas partes de um côrpo, faz-se uma aprossimação, porquanto as verticaes da gravidade são linhas convergentes para o centro da Terra .

Sempre, em tôdos os casos, os nossos conhecimentos são hipóteses que se tornam mais ou menos aprossimadas da realidade objetiva ou subjetiva, conforme o maior ou menor número de elementos fornecidos pela observação.

Examinando as hipóteses, verifica-se a tendência do espírito humano a fazê-las simples, simpáticas e belas. São prova do assêrto as que sucessivamente foram adotadas sôbre a fórma da Terra.

Primeiramente foi a Terra considerada um plano — a mais simples de tôdas as superfícies, depois uma esfera — a mais simples

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

das superfícies curvas, e por último um esferóide — a mais simples destas após a esfera. Quando os primeiros observadores estavam jungidos ao solo e não tinham volvido olhos perscrutadores ao céu, as extensões muito limitadas que percorriam davam-lhes a impressão do plano. Mais tarde a contemplação do céu ensinando-lhes que, caminhando para o norte, a estrêla polar se elevava cada vez mais, de sorte que o caminho percorrido devera ser curvo e não reto, imaginaram ser a terra uma esfera. Finalmente, observando que essa elevação não era a mesma segundo a direção do caminho percorrido, concluiram que a curvatura não era uniforme e por isso a superfície terrestre não era uma esfera perfeita, mas um esferóide. Em tôdos êsses casos, variando os dados, variaram as hipóteses, mas em tôdos se fez a mais simples de acôrdo com êsses dados. Não só a mais simples, como tambem a mais simpática e a mais bela.

De fato, o plano é a imagem geométrica das planícies verdejantes, das águas tranquilas, dos lagos e dos rios, umas e outras mananciaes de amor e de beleza. A esfera recorda a abóbada celeste, recamada de estrêlas, onde se engastam o Sol e a Lua, os dous astros mais belos e mais amados, que surgem aos nossos olhos como discos de fogo, círculos luminosos, como fórmas análogas á curva geratriz da esfera. O esferóide, imagem apenas deformada da esfera, sugere as mesmas considerações da fórma de que se origina, só atenuada pela falta de uniformidade da curvatura, o que, se diminue, não extingue a beleza e a simpatia da hipótese e lhe conserva tôda a simplicidade compativel com as novas observações.

Passando do domínio cósmico para o domínio moral, outra prova da lei das hipóteses: a jerarquia dos sexos.

A princípio, na fase inicial da conquista da Terra pelo Hômem, a preponderância da fôrça física colocou o sexo masculino no primeiro plano. A própria maternidade deixou de ser preponderante na união conjugal: os filhos são então considerados mais filhos dos paes que das mães. Segundo a Bíblia, o primeiro filho têve pae e não têve mãe: Eva nasceu de Adão; a mulher, do hômem. Na mitologia grêga concebe-se tambem filha sem mãe: Minerva nasceu de Júpiter. Nas côrtes celestes os deuses dominam as deusas. Júpiter supera Juno. No céu de tôdas as religiões a divindade suprema é sempre masculina. Só depois de uma longa evolução começou um movimento favoravel ao sexo feminino, especialmente quando o Catolicismo veiu mostrar a necessidade de desenvolver as fôrças moraes. A mulher deixou então de ser a alimária primeva para tornar-se a mãe de um deus: Jesus é filho de Maria. Ainda assim a preponderância cabe ao hômem; Jesus precede a Maria na jerarquia celeste. Ademais, embora o desenvolvimento da Humamidade tenha subordinado a fôrça bruta às fôrças moraes, isso não bastou para deslocar a posição do sexo masculino, porquanto continuou êste a manter o setro do espírito: o desenvolvimento intelectual é diretamente a obra do hômem, no que esta apresenta de mais sensacional, através das criações sientíficas, estéticas e industriaes. Foi preciso o advento do gênio de Augusto Comte para demonstrar que tôda a evolução espiritual se liga ao predomínio do coração, do coração altruista, e que à mulher se devem indiretamente as produções do espírito humano: o hômem faz as grandes obras, e a mulher os grandes hômens. Além disso, as obras intelectuaes oriundas diretamente de mulheres excepcionaes e a revelação pública de talentos femininos cada vez mais numerosos em tôdos os ramos do espírito, levaram à fórmula hôje adotada pela maioria letrada: a mulher é igual ao hômem. Mas o estudo aprofundado do cérebro feminino no tempo e no espaço, revelando

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

irrefutavelmente que os dous sexos não são iguaes mas diferentes e complementares, que a mulher tem menos qualidades práticas que o hômem, mais qualidades afetivas que êste, e fôrça intelectual semelhante em sua intensidade, embora de natureza diversa, mostra afinal — dada a preponderância afetiva — a superioridade do sexo da graça ao sexo da fôrça, mostra que a mulher é superior ao hômem.

Em tôdas as três hipóteses — a mulher é inferior ao hômem — a mulher é igual ao hômem — a mulher é superior ao hômem — destaca-se não só a simplicidade mas ainda a simpatia e a beleza com que são constituídas, de acôrdo com os dados de cada momento histórico.

A mulher primitiva, como a femea de tôdos os animaes, era um ser sem atrativos, e incapaz de defender a coletividade pela única fôrça útil preponderante na época, a fôrça física; era um animal feio e fraco; ao passo que o hômem era, ao contrário, belo e forte. Daí a hipótese mais simples, mais simpática e mais bela: a mulher é inferior ao hômem.

Com o correr dos tempos, adquire a mulher qualidades físicas capazes de aprossimá-la mais do companheiro, senão em fôrça, em beleza, e mostra aptidões mentaes que dêle a tornam rival. Êsse movimento de dignificação da mulher, que se prolonga pelos nossos dias, determinou a segunda hipótese, a da igualdade dos dous sexos: a mulher é igual ao hômem. O feminismo contemporaneo não defende outro aforismo. Mas a siência positiva já demonstrou, há mais de meio século, que em nossos dias, de acôrdo com os dados adquiridos, mediante a contemplação sistemática do espetáculo histórico e a análise da alma feminina, o sexo da beleza e do amor, o que representa melhor as qualidades estéticas e simpáticas, é o sexo feminino; de sorte que a hipótese mais simples, mais simpática e mais estética sôbre a jerarquia dos sexos é — a mulher é superior ao hômem.

Percorrendo tôda a escala dos fenômenos, apreciando tôdos os fatos cósmicos, sociaes e moraes, a vida doméstica e a vida cívica, os acontecimentos elementares como os mais transcendentes, sempre se verifica a veracidade da lei:

A inteligência tende sempre espontaneamente a fazer a hipótese mais simples, mais estética e mais simpática de acôrdo com os dados adquiridos.

Induzida da contemplação do mundo no tempo e no espaço, constituindo um princípio geral, base fundamental e eterna de tôdos os conhecimentos, póde ser enunciada essa lei como preceito, como regra, porque, conhecida a inclinação do espírito, a tendência segundo a qual se raciocina ligando o objetivo ao subjetivo, natural é se constitua uma norma a seguir para guiar ordenadamente a formação dos nossos juizos, sistematizando a espontaneidade inicial por uma fórmula que a exprima e prescrêva. Daí o enunciado que muda a lei em regra: *Formar a hipótese mais simples, mais estética e mais simpática que comporte o conjunto dos dados a representar* — segundo as expressões testuaes de Augusto Comte — ou — *Fazer a hipótese mais simples, mais estética e mais simpática, de acôrdo com os dados adquiridos* — conforme o têsto do primeiro enunciado.

Comentando a grande lei que descobriu, diz Augusto Comte:

"As nossas sãs teorias não podendo e não devendo oferecer senão aprossimações constantemente imperfeitas do espetáculo exterior, a sua natureza e o seu destino deixam à nossa inteligência uma certa liberdade, que convem aplicar em satisfazer melhor as nossas bôas inclinações. Convem, antes de tudo, empregar essa facul-

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

dade para simplificar mais as nossas hipóteses, afim de facilitar o seu uso especulativo. Somos em seguida autorizados, e mesmo convidados, a embelezá-las tanto quanto o permite a indeterminação que nelas ainda se acha, já que se tornam assim mais favoráveis às nossas meditações. Emfim, devemos tambem aperfeiçoar-lhes o carater moral, como podendo influir muito sôbre as reações afetivas, que se ligam a tôdo o exercício intelectual. Tal é o tríplice complemento, sientífico, estético, e simpático, que exige o princípio fundamental da sã lógica sôbre a construção de quaesquer hipóteses, concebidas primeiro objetivamente, depois subjetivamente". (*Política*, III, 96-97).

Regulando a formação das hipóteses, a lei da relatividade regula tôdas as nossas concepções reaes ou fictícias. Daí a distinção a fazer entre as hipóteses *verificáveis* e as hipóteses *inverificáveis*. Estas concernem a criações puramente subjetivas, que podem ser puras *quimeras*, como os deuses e as entidades, ou *artifícios lógicos*, como o espaço e a inércia. Aquelas compreendem as leis naturaes, as hipóteses própriamente ditas, isto é, as leis efetivas achadas entre fenômenos, e as leis antecipadas supostas entre êles; as primeiras são hipóteses verificáveis e verificadas; as segundas verificáveis mas não verificadas. Assim a proposição — *a soma dos ângulos de um triângulo plano retilineo é igual a dous ângulos retos* — é uma hipótese verificavel e verificada; é uma lei natural. A proposição — *certos comêtas descrevem parábolas cujo fóco é o sol* — é uma hipótese verificavel mas não verificada.

Além dos artifícios lógicos ou hipóteses lógicas e das hipóteses sientíficas, há que considerar tambem os ideaes estéticos e os planos técnicos, isto é, as hipóteses afetivas e as hipóteses práticas. Os seres e os fatos imaginados pela poesia verbal, sonora ou plastica são hipóteses afetivas, artifícios estéticos; e os projetos de uma máquina ou de uma usina, os planos industriaes, — hipóteses práticas, artifícios técnicos.

Em resumo, abstraindo-se das inverificáveis, puramente quiméricas, e bipartindo-se as sientíficas em *verificadas* e *inverificadas*, classificam-se as hipóteses em *lógicas*, *estéticas* ou *afetivas*, *sientíficas* e *práticas* ou *técnicas*, o que tudo se vê desta sinopse:

HIPÓTESES. . . .
- LÓGICAS
- ESTÉTICAS OU AFETIVAS
- SIENTÍFICAS ..... *Verificadas* (Leis naturaes) / *Inverificadas* (Hipóteses, próprimente ditas)
- PRÁTICAS OU TÉCNICAS

Tôdas essas hipóteses devem obedecer invariavelmente à lei da relatividade.

Como as nossas leis não passam de hipóteses aprossimadas da realidade, a lei da relatividade póde ser chamada tambem *lei das hipóteses*.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 4ª

A Lei da Imutabilidade

Chama-se imutabilidade a propriedade do que é imutavel. Imutavel é tudo que não muda; é constante; não sofre variações.

Ora a contemplação do mundo e do hômem dá-nos impressão diversa. Em tôrno de nós tudo varia. O espetáculo celeste, os acontecimentos terrestres, os fatos sociaes, são múltiplos e variados. Para a criança e para o selvagem, para o indivíduo como para a espécie, no princípio da sua evolução, essa impressão imediata de mutabilidade, toma o aspeto de verdadeira confusão. No princípio, segundo a enérgica expressão bíblica, tudo é cáos.

Entretanto, a medida que a criança e o selvagem crescem e se desenvolvem, que o hômem e a humanidade infantes evoluem, vae pouco a pouco desaparecendo a confusão inicial, o cáos primitivo.

No meio da variedade confusa de entes e de atributos, começa a notar-se alguma cousa de constante. Volvendo os olhos ao céu, se as núvens permanecem confusas e multiformes, se às vezes encobrem totalmente a abóbada azulada e outras desaparecem de tôdo, o mesmo não sucede com o Sol e a Lua. Descobre-se que o primeiro dêsses astros nasce e renasce periódicamente, que o segundo muda de fórma tambem em períodos regulares; que o movimento diurno e as fases da Lua seguem certa órdem; que um e outras estão sujeitos a relações determinadas; de modo tal que se póde antecipar a posição de cada um dêsses astros na esfera celeste para períodos longínquos, séculos e milênios além de nós.

O que se descobre assim entre os fenômenos celestes vae pouco a pouco se descobrindo entre os outros fenômenos: os físicos, os químicos, os vitaes, os sociaes e os moraes ou psíquicos. Mas, assim como na contemplação do céu achamos órdem, constância, imutabilidade, apreciando o movimento diurno e as fases da lua, e desórdem, inconstância, mutabilidade, no movimento das núvens, assim tambem no que concerne a tôdas as outras propriedades dos seres. Em tôdas há as que estão subordinadas a relações fixas, de modo a poderem ser feitas previsões mais ou menos precisas, conforme o grão de complexidade delas, e as que nenhuma relação nos apresentam, que por isso mesmo escapam às nossas previsões.

As relações constantes existentes entre os fenômenos, descobertas pelo gênio da nossa espécie, representada em cada momento histórico por grandes individualidades, tendo sido plenamente verificadas às mais das vezes pela previsão dos respetivos fenômenos e pelas aplicações industriaes, políticas e moraes, e tendo aumentado dia a dia o número dos atributos que, a princípio independentes entre si, se reconhece afinal estarem tambem sujeitos a relações constantes, e como essas relações são sensivelmente as mesmas em tôdos os lugares e em tôdos os tempos — isso levou o gênio de Augusto Comte a concluir, por indução, que tudo está sujeito a relações que não variam nunca; tudo está sujeito a leis naturaes. Cessa assim o reinado da confusão e do arbítrio. Mas, como tudo é relativo, salvo a verdade dêsse princípio, a legislação dos fenômenos biparte-se em legislação conhecida e legislação deconhecida; compreende o *Destino*, que é o conjunto das leis conhecidas, e o *Acaso*, que é o conjunto das leis desconhecidas. E como as leis são hipóteses variáveis com os dados adquiridos, a sua invariabilidade experimenta a exceção correspondente à variação dos dados. De sorte

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

que a grande indução nada tem de absoluta. É pois relativa como qualquer outra, a lei de Augusto Comte:

Conceber como imutáveis as leis quaesquer que regem os seres segundo os acontecimentos.

Enunciada assim como preceito ou regra a seguir, a lei da imutabilidade deve ser formulada nêstes têrmos, como princípio:

Nossa inteligência tende espontaneamente a conceber como imutáveis as leis quaesquer que regem os seres segundo os acontecimentos.

Convem lembrar que, enunciada como regra, Augusto Comte o fez precisamente nêstes têrmos: "O segundo princípio (*lei da imutabilidade*), ordinàriamente considerado como superior ao primeiro (*lei da relatividade*), consiste na imutabilidade das leis quaesquer, que regem os seres segundo os acontecimentos, *comquanto só a órdem abstrata, permita apreciá-las*". (*Política*, IV, 174.)

Parece-nos, porém, que, se o Filósofo destacasse a regra como princípio a parte, numa enumeração de princípios congêneres, excluiria a proposição subordinada do teorema filosófico, porque está implícita na proposição principal. E' o que ora fazemos e já fez tambem Pierre Laffitte, no seu *Cours de Philosophie Première*.

Como se viu, da imutabilidade verificada na variação regular dos fenômenos, nasceu a indução de que tôdas as leis são imutáveis. E, como os seres são conjunto de propriedades, as leis dos seres derivam das leis das suas propriedades, a imutabilidade rege tambem os seres como os fenômenos. Se esta não existisse aquela não existiria. Em quaesquer dos casos, porém, verifica-se um arranjo real, no meio da aparente confusão; comprova-se, em vez da desórdem, a órdem universal.

A lei da imutabilidade é a lei das leis descobertas dêsde o domínio matemático até o moral ou psíquico. Seriando tôdas as que se foram descobrindo, desde Tales a Augusto Comte, induz-se que a variação regular de um fenômeno por meio de outro, ou a relação constante entre fenômenos variaveis — dous modos de definir a noção de lei — permanecendo estavel através dos tempos, tudo está sujeito a normas invariáveis, a leis imutáveis. Esta indução, dependendo da elaboração muitas vezes secular de tôdas as siências, não podia ser formulada sem que houvesse terminado o estudo sientífico de tôdos os fenômenos. Por isso mesmo só depois que Augusto Comte submeteu à legislação sientífica os atributos mais complexos da sociedade e do hômem, se poderia achar essa lei das leis. Assim só o Pensador Universal, ou outro que o sucedesse, estaria no caso de a descobrir. Descobriu-a aquêle Pensador. A lei da imutabilidade é lei de Augusto Comte.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 5ª

A Lei da Modificabilidade

Podem os fenômenos ser considerados sôb dous aspetos: o da sua intensidade e o da sua conexidade. Sôb o primeiro, estudamo-los de per si, sem os comparar com outros da mesma ou diferente natureza, apreciando-lhes apenas a variação isolada; sôb o segundo, comparamos dous ou mais atributos entre si, estudando-lhes as conexões, a sua variação simultanea.

Assim, contemplando um objeto circular, se destacarmos um de seus atributos — a circumferência — vemos que essa linha póde ter vários tamanhos, tôdos os tamanhos imagináveis. A mesma conclusão chegamos se do mesmo objeto separarmos outro efeito que lhe é peculiar — o raio. Num e noutro caso percebemos que os dous fenômenos geométricos — circumferência e raio — podem variar indefinidamente, assumindo tôdas as grandezas possíveis. Entre tanto, se não mais os tomarmos isoladamente, mas se compararmos as duas propriedades e apreciarmos a variação concomitante do raio e da circumferência, veremos que nenhuma delas póde assumir valores indefinidos, independentes uma da outra. Observa-se então que o aumento ou a diminuição de uma corresponde ao aumento ou à diminuição da outra, de sorte que se não póde tornar a circumferência cada vez maior ou menor, sem que o raio não se torne tambem cada vez maior ou menor. Observa-se mais que a variação dos dous fenômenos segue uma regra invariavel, que sempre a circumferência é igual ao dôbro do raio multiplicado por um número constante que é maior do que 3 e menor do que 4, ou a circumferência dividida pelo dobro do raio dá um quociente maior do que 3 e menor do que 4. Trate-se de uma circumferência de 40 milhões de metros como a da Terra, ou da de 1 milionésimo do metro, como a de uma molécula — essa igualdade permanece a mesma, não se altera nunca. Chamando π — inicial da palavra grêga, que quer dizer circumferência — o número constante, e, substituindo o dôbro do raio pelo diâmetro que o equivale — formula-se a lei geométrica: a relação da circumferência para o diametro é igual a π. Foi Arquimedes quem descobriu essa grande lei de geometria, calculando que $\pi = 22/7$ ou $3 + 1/7$.

Com êsses dados podemos, à vontade, aumentar ou diminuir qualquer circumferência, aumentando ou diminuindo o seu raio e *vice-versa*, mas nunca poderemos construir circumferências que valham menos de 3 ou mais de 4 diâmetros, nem diâmetros menores que 1/4 ou maiores que 1/3 da circumfêrencia.

Se dos fatos físicos passarmos aos vitaes, chegaremos a resultados análogos.

Assim tôdo organismo possue uma certa quantidade de calor; variavel entre limites, a quem ou além dos quaes, a vida se altera, e acaba por se extinguir. Apreciando o fenômeno em relação ao hômem, — que é dos organismos o que mais importa — verifica-se que a sua temperatura oscila entre 36°, 5 e 37°, 5. E' pois lei biológica que o organismo humano tem a temperatura média de 37°. Se descer a 34° ou subir a 38°, tem-se a *algidez* ou a *febre*, estados anormaes, estados mórbidos do organismo, precursores da morte que é a sua consequencia fatal se a temperatura atinge os limites de 32° ou 42°.

O índice da saúde e da moléstia é fundamentalmente o mesmo: uma certa porção de calor. A diferença é apenas de gráo.

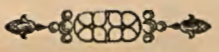
BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

Há sempre uma relação entre os fenômenos vitaes e a temperatura do organismo. A vida normal ou anormal do hómem manifesta-se invariavelmente por fenômenos térmicos, por temperaturas, que geralmente oscilam entre 32° e 42°, a quem ou além das quaes é o domínio da morte. Por isso a algidez e a febre não constituem estados do organismo de natureza diversa do estado normal; mas simplesmente êsse mesmo estado normal em diversas fases de sua intensidade. Ainda uma vez — de acôrdo com a espécie dos fenômenos vitaes, que não podem ser medidos com a precisão dos geométricos — vê-se a variação abranger apenas o *gráo* e não o *arranjo* dos atributos correspondentes.

Estendendo essa noção a tôdos os fenômenos vitaes, Broussais formulou a célebre lei que reduz a patologia à fisiologia, isto é, o estudo dos fenômenos da moléstia ao dos fenômenos da saúde, mostrando que entre uma e outra não há, como se pensava dantes, diferença de natureza, mas apenas distinção de gráo. O organismo são é o que está em perfeito equilíbrio de órgãos e funções, e o doente é o que perdeu apenas êsse equilíbrio, mediante influências exteriores ou interiores, sem manifestar outros efeitos além dos naturaes, mais ou menos anormalizados pelo desequilíbrio orgânico ou funcional.

Se percorressemos tôda a escala dos fenômenos, se além dos exemplos considerados de atributos geométricos e vitaes, apreciassemos tambem os astronômicos, físicos, químicos, sociaes e moraes ou psíquicos, veriamos que no estudo de tôdos êles há sempre uma parte fixa, invariavel, que não muda: é a conexão, o arranjo que entre êles existe; e outra parte, inconstante, variavel, que é relativa à intensidade dêles. De sorte que os fenômenos podem ser modificados em sua intensidade mas nunca nas suas relações. Daí a lei indutiva, generalizada por Augusto Comte, segundo o aforismo de Broussais:

As modificações quaesquer da órdem universal limitam-se à intensidade dos fenômenos cujo arranjo permanece inalteravel (1).



(1) Considerando simultaneamente os três princípios iniciaes da Filosofia Primeira, vemos que tôdos êles resultam de igual concurso do mundo e do hômem, do objeto e do sujeito, donde serem considerados o grupo tanto objetivo como subjetivo dessa filosofia.

A lei da relatividade, regulando a formação das hipóteses, incorpora os dados adquiridos no mundo pela experiência universal dos séculos e manifesta a tendência do espírito à simplicidade, à beleza e à simpatia.

A lei da imutabilidade, regulando o modo de variação dos fenômenos e dos seres, combina os dados fornecidos pela observação do mundo, com a propensão da inteligência em ligar os resultados dessa observação.

A lei da modificabilidade, regulando a natureza das variações dos fenômenos e dos seres, combina tambem a objetividade dessas variações com a subjetividade das relações que comprova.

Em tôdos os tres casos, os elementos constantes de tôdas as nossas concepções — o mundo exterior e o mundo interior, o mundo objetivo e o mundo subjetivo — entram em quantidade igual na constituição dos três teoremas fundamentaes da siência universal, que é a Filosofia Primeira. Em nenhum dêles, nenhum dêsses mundos prepondera mais do que outro. Em tôdos três, o objetivo e o subjetivo contribuem com o mesmo contingente. O que os distingue logo dos outros princípios, em que há maior ou menor preponderância da objetividade ou da subjetividade.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 6ª

A Lei das Construções Subjetivas

Construção subjetiva é tudo o que nosso cérebro constrói. Tudo o que pensamos, partindo de nós, provindo do sujeito, é por isso mesmo criação nossa, *construção subjetiva*. Mas tal construção não surge espontaneamente; não é inata. Resulta de elementos que ao hômem fornece o mundo; provém de objetos, por assim dizer, ingeridos pelo sujeito; nasce de materiaes objetivos. De sorte que tôda construção subjetiva promana de uma correspondência entre dois mundos: o exterior e objetivo, e o interior e subjetivo. Tôda concepção depende do hômem e do mundo, do sujeito e do objeto.

Em que consiste essa dependência, como se realiza a combinação dos dous fatores que operam a construção?

Vejamo-lo.

Dada a impressão, ou o contato do objeto com o sujeito por meio dos sentidos, é ela conduzida ao cérebro, onde se dá a percepção. Surge assim a construção subjetiva, baseada na sensação impressa e percebida.

Exemplifiquemos.

Os raios do Sol imprimem em a nossa retina uma vibração especial; levada ao cérebro, faz-nos perceber a existência do astro; temos consiência da sensação; formamos então a idéa do ser que chamamos Sol. Como simultaneâmente experimenta o nosso tato uma impressão diversa da visual, a qual experimentamos sempre que a luz solar ou qualquer outra toca a nossa pele, constatamos a propriedade que tem o astro de produzir o que chamamos *calor*, a propriedade de nos aquecer, e formulamos a proposição: *o sol é quente*.

Assim as nossas construções subjetivas constituídas pelas palavras *sol* e *quente* — e pelo *conceito* — *o sol é quente* — são oriundas do material objetivo fornecido pela sensação — a luz e o calor do sol.

Entretanto nem sempre a concepção corresponde exatamente à sensação.

Quando se afirma a existência de centauros, sereias e esfinges e se proclama que são tôdos seres vivos, não quer isso dizer se tenha recebido do mundo a impressão dêles; não significa sejam êles objeto das nossas observações; não se conclue se haja recebido pela sensação de cada um, a idéa correspondente — pois não existem na natureza os seres bi-formes: hômens-cavalos, como os centauros; mulheres-peixes, como as sereias; mulheres-leões, como as esfinges — mas que os formamos fictíciamente no nosso cérebro, combinando os elementos reaes fornecidos pelo mundo: homens, mulheres, cavalos, peixes e leões. De sorte que ainda assim, as construções subjetivas, senão direta, indiretamente, correspondem aos materiaes objetivos. A só distinção — e distinção importantissima e peremptória — é que no primeiro caso, o cérebro é o espelho exato do mundo e no segundo, o reflete, deformando-o; no primeiro, a subjetividade representa o real; no segundo, o fictício.

Repetindo semelhantes exemplos, chêga-se à conclusão de que tôdas as nossas concepções, por mais absurdas que sejam, por mais afastadas da realidade, nascem dela. Tôdos os seres fictícios, tôdos os conceitos indemonstráveis têem origem objetiva.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

Quando se concebe o Deus católico, concebe-se o tipo humano num grão de perfeição absoluta, que redunda até em dar-lhe atributos contraditórios, como o sumo poder, a suma inteligência e a suma bondade.

Como Deus, tôdos os seres fictícios nascem dos seres reaes mais ou menos deformados pelo nosso cérebro. O que distingue os reaes, dos fictícios é que a concepção dos primeiros é o reflexo exato do mundo, e a dos segundos, é a representação alterada dêle.

Igualmente têem o mesmo caráter tôdos os conceitos, sejam positivos, sejam quiméricos.

Quando se postula que — *numa superfície plana a linha reta é o caminho mais curto de um ponto a outro* — formula-se uma proposição oriunda da realidade exatamente refletida. A observação direta e precisa dos fatos geométricos leva a similhante postulado.

Quando se diz que — *Deus criou o mundo em seis dias* — afirma-se um conceito oriundo tambem de dados fornecidos pela realidade, mas da realidade inexatamente refletida, erradamente observada.

Certo é real que para fazer algo é necessário quem o faça e algum tempo para o fazer; tôda obra tem autor e é feita num determinado prazo. Ora o mundo existindo como existem as obras fabricadas pelos hômens, é natural que os espíritos preocupados com a origem de tudo, o considerem a *obra* de um *autor* que o tenha *feito*, num *tempo* dado; daí a fórmula da cosmogonia bíblica — *Deus* (autor) *criou* (fez) *o mundo* (obra) *em seis dias* (tempo). Esquecem êsses espíritos que semelhante raciocínio nada prova; leva apenas a uma série infinita de deuses, sem que nunca se atinja ao deus primitivo, ao primeiro criador dos criadores, ao deus de todos os deuses...

Como a teologia politeica imaginou a ficção dos centauros, sereias e esfinges, baseada na observação real de hômens, mulheres, cavalos, peixes e leões, a teologia monoteica formulou o conceito fictício da criação divina do mundo, fundada na observação real das ações humanas.

De tudo que acabamos de expôr, conclue-se que, invariavelmente. — *a nossa inteligência tende sempre a subordinar as construções subjetivas aos materiaes objetivos*. E' a lei das concepções, a lei das construções subjetivas, que póde ser enunciada como um preceito segundo a fórmula de Augusto Comte, que a sistematizou, generalizando o princípio de Aristóteles, desenvolvido por Leibnitz e completado por Kant: *Subordinar as construções subjetivas aos materiaes objetivos*.

Aristóteles, o verdadeiro descobridor do célebre teorema filosófico, enunciou-o assim: *Nada existe na inteligência que não esteja primeiro nos sentidos* (*nihil est in intellectu quid non priùs fuerit in sensu*). Êsse enunciado contem essencialmente a lei das construções subjetivas, mas dá à inteligência um caráter inteiramente passivo, quando, ao contrário, lhe cabe a função ativa de elaborar, de digerir, por assim dizer, os materiaes fornecidos pela sensação, afim de construir o mundo subjetivo. Meditando sôbre o assunto, Leibnitz completou Aristóteles. Transformou-se nesta, a fórmula aristotélica: *Nada existe na inteligência que não esteja primeiro nos sentidos, a não ser a própria inteligência* (*nihil est in intellectu quid non priùs fuerit in sensu, nisi intellectus*). Mais tarde Kant, estabelecendo a distinção geral entre o objetivo e o subjetivo, completou o aforismo do pensador de Estagira, relacionando ao objeto tudo que vem dos sentidos e ao sujeito tudo que é da inteligência. Nêsse caso adquire o teorema aristotélico-leibnitziano tôda a generalidade e precisão, pois o subjetivo não concerne só à inteligência, mas ao hômem tôdo,

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

abrange cérebro e côrpo, e o objetivo totaliza apenas o mundo exterior, independente das sensações, fóra dos sentidos; que aquelas e estes já são de ordem subjetiva, já concorrem como elemento do sujeito e não do objeto. Com o complemento de Kant poder-se-ia enunciar nêstes têrmos aquêle teorema: *Nada existe no sujeito que não esteja no objeto, salvo o próprio sujeito.*

Mas, demasiado vago, êsse enunciado não caracterizaria suficientemente a lei das concepções, que é o objeto essencial do aforismo de Aristóteles; daí a fórmula definitiva de Augusto Comte:

Subordinar as construções subjetivas aos materiaes objetivos.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 7ª

A Lei das Imagens

Imagem é tôda a impressão que se reproduz no *sujeito* sem o concurso do *objeto* que antes a produziu.

Impressão é o contato próssimo ou distante do *objeto* com o *sujeito*.

No primeiro caso o cérebro percebe uma sensação *anterior;* no segundo, uma sensação *atual.*

Imagem é a sensação *mediata* dos objetos. Impressão é a sensação *imediata* dêles.

Assim, olhando a Lua tem-se a *impressão* do astro; fechando os olhos, a sua *imagem*. Na primeira hipótese há o contato direto, imediato do planêta com o observador por meio da visão; na segunda, cessa a ação direta do objeto mas permanece o efeito da impressão, fica a *imagem.* De sorte que a diferença entre um e outro fenômeno consiste apenas na presença ou na ausência do ser que o produz. A impressão é uma sensação presente; a imagem uma sensação que passou. Supõe a primeira, a presença imediata do mundo exterior — toda impressão é essencialmente exterior. Supõe a segunda, a sua presença mediata, ou a sua ausência atual — tôda imagem é essencialmente interior.

Comparando as duas sensações — a impressão exterior e a imagem interior — nota-se facilmente que sentimos mais as impressões que as imagens.

Ouvindo uma melodia, é incomparavelmente mais profunda a nossa emoção do que quando apenas nos lembramos dela, porque a impressão sonora desperta com mais energia os nossos sentimentos do que a simples imagem dos sons. O vinho que se bebe dá uma sensação maior que a do vinho que se bebeu. A queimadura que nos afligiu não se compara à sensação de calor que a sua lembrança sugere: é esta infinitamente menor que aquela. Qualquer que seja a sensação, é sempre mais forte, mais intensa, quando oriunda da impressão exterior, do que da imagem interior.

Ainda quando bastante intensas, a ponto de provocarem fenômenos análogos aos das próprias impressões, como as imagens dos sabôres ácidos, são sempre menos fortes as imagens que as impressões. Assim, por exemplo, a acidez que sentimos chupando tamarindos é sempre maior que a determinada pela imagem dêsse sabôr, embora num e noutro caso se produzam as reações orgânicas tão conhecidas, caraterizadas por abundante secreção salivar: tanto a impressão como a imagem nos *põem agua na bôca,* segundo a linguagem popular, mas é muito maior a reação quando oriunda da impressão do que da imagem sápida.

Além de mais intensa, mais viva, a imagem do objeto presente que a do ausente, é tambem mais distinta, revela-se perfeitamente caraterizada, sem confusão, com tôda a nitidez. Olhamos uma tela, uma pintura, e contemplamo-la em tôdos os seus pormenores. Deixamos de a contemplar, recordamo-la apenas, eis que nos aparece em linhas geraes, esmaecida no nosso cérebro, sem as minúcias de antes, sem a clareza da sensação diretamente percebida.

Essa diferença entre as impressões e as imagens, tão facilmente verificada quando se trata do mais sintético dos sentidos, que é a visão, manifesta-se igualmente em relação aos outros, apesar de não terem as impressões obtidas por muitos dêsses, a mesma nitidez das recebidas pela vista, porque tôdas as sensações são normalmente acompanhadas da sensação visual.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

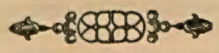
Há de fato oito e não sómente cinco sentidos: 1°, o tato ou sentido da pressão; 2°, a musculação ou sentido do pêso; 3°, a calorição ou sentido do calor; 4°, a eletrição, ou sentido da eletricidade; 5°, a olfação ou sentido do cheiro; 6°, a gustação ou sentido do sabor; 7°, a audição ou sentido do som; 8°, a visão ou sentido da luz. De sorte que tôdas as nossas impressões e imagens resultando do exercício dêsses órgãos sensitivos, que as recebem e transmitem ao cérebro, podem agrupar-se em oito categorias, mas realmente, no indivíduo são, de constituição normal, tôdas elas concorrem com a que as domina, a que lhes é preponderante — a sensação visual.

Quando apalpamos uma bola de ouro, suspendemos uma barra de ferro, nos aprossimamos da chama de uma vela, tocamos num disco eletrizado, aspiramos o perfume de uma flôr, provamos um gole de vinho, ouvimos uma canção, a impressão exterior dada pelo tato, pela musculação, pela calorição, pela eletrição, pela olfação, pela gustação, pela audição é quasi sempre acompanhada pela que nos proporciona a vista, olhando a bola, a barra, a chama, o disco, a flor, o vinho e o cantor.

Certo as oito sensações podem ser percebidas separadamente, com especialidade as que se originam de aparelhos sensoriaes bastante diferenciados, como os olhos e os ouvidos, mas de fato concorrem com a sensação visual, que lhes dá mais clareza e algumas vezes mesmo mais intensidade, embora em certos casos não seja muito comum a última hipótese, porquanto a vista contribue antes para distrair do que para concentrar o paciente, diminuindo-lhe a sensação especial que estiver experimentando. Nêsse caso até a *passividade* da visão concorre para intensificar a *atividade* dos outros sentidos. Muitas vezes fechamos os olhos para ouvir melhor. Isso, porém, não anula o conceito de que vendo o objeto que nos impressiona pelo tato em tôdas as suas modalidades, pelo olfato, pelo gosto, pelo ouvido, não tenhamos impressões, e por conseguinte imagens, mais definidas, mais precisas dêle do que se não nos viesse em auxílio a sensação visual. Póde dizer-se que tôda sensação é finalmente redutivel a uma sensação visual. Por isso mesmo adotou-se para representar o efeito cerebral de tôdas as sensações, o têrmo primitivamente empregado para designar apenas o produzido pela sensação visual. Tôdo efeito dêsse gênero chama-se *imagem*: imagem do objeto presente, que é a *impressão*, e imagem do objeto ausente, que é a *imagem* própriamente dita.

Mas, apesar da redutibilidade das sensações à sensação visual, não fica menos certa a existência distinta de oito sentidos, conseguintemente que há impressões e imagens táteis, musculares, caloríficas, elétricas, olfativas, gustativas, auditivas e visuaes, e que entre elas se verifica serem as primeiras mais intensas e mais claras que as segundas. Donde o grande princípio indutivo, a lei das imagens, presentida por Hume e Diderot, mas só realmente descoberta por Augusto Comte, que a formulou nêstes têrmos:

As imagens interiores são sempre menos vivas e menos nítidas que as impressões exteriores.



BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 8ª

A Lei da Imagem Normal

Quando se contempla o mundo, recebem-se múltiplas impressões, que se transformam em outras tantas imagens.

Assim, lançando a vista ao céu, num dia luminoso, depara-se-nos o Sol a brilhar no firmamento tôdo azul; num dia de chuva, mal vemos a luz solar através das núvens carregadas e negras, só às vezes rápido iluminadas pela sentelha dos coriscos; numa noite de luar, divisamos a Lua quase solitária, seguida de um ou outro planêta, e apenas em meio dos pontos luminosos das estrêlas longínquas.

Assim, se abrirmos os olhos num parque, plantado de árvores frutíferas, de onde pendem mangas e laranjas, ou pêssegos e maçans a nossa vista e o nosso olfato levam simultaneamente ao cérebro as imagens das árvores e dos frutos.

Assim, penetrando num templo católico, em dia de festa, impressiona-nos ao mesmo tempo a beleza dos altares, o recolhimento dos fiéis, o cheiro do incenso, as vozes do côro.

E o céo, o Sol, a Lua, as estrêlas, as núvens, as árvores, as frutas, os altares, os fiéis, o incenso, as vozes geram imagens simultaneas, que despertam em nosso coração variadas emoções, que sugerem à nossa inteligência diversos pensamentos, que guiam a nossa atividade a diferentes ações.

A noite de luar dá-nos saudade e tentamos descrevê-la numa página de poesia em prosa ou verso. Então entre as imagens tôdas que despertou — a da noite, a da lua, a das estrêlas, a dos planêtas, a do céu — uma domina as mais: é a do astro que um poeta da prosa chamou com propriedade e beleza — o planêta da saudade. Em tôrno dessa imagem da lua, gravitam tôdas as outras.

No pomar, a beleza e o aroma das frutas estimulam o nosso instinto nutritivo e desejamos colhê-las; mas queremos apenas uma entre tôdas. Daí ser a fruta escolhida — a maçan, a que mais nos impressionou pela côr e pelo cheiro e ainda pela lembrança do sabor que experimentámos quando outra semelhante outr'ora ingerimos.

No templo, demorando a nossa vista sôbre os altares, fixamos a atenção sôbre o de Santa Tereza, cuja figura mais nos emocionou pelos traços do rosto, pela perfeição das fórmas, e pela lembrança da sua vida espiritual, cheia de virtudes e talentos. Sensação forte entre tôdas, desenhamos imediatamente um esbôço da santa, a mística amante de Jesus; origem do nosso futuro quadro.

Em tôdos os exemplos figurados, no meio da simultaneidade das imagens fornecidas pela contemplação e das que resultam da associação delas, há sempre uma que prepondera sôbre as outras: a da Lua no primeiro exemplo, a da maçan, no segundo, a de Santa Tereza, no terceiro.

Mas não é só. O próprio objeto cuja imagem prepondera, pode nos impressionar sôb diversos aspetos, donde nova simultaneidade das várias imagens do mesmo objeto, e a preponderância final de uma delas, que é a imagem normal.

O trabalho interior da elaboração das imagens, resultantes da contemplação e da meditação, é o que constitue a agitação cerebral. De sorte que após êle, verificando-se preponderar uma entre muitas, recebe a imagem preponderante o nome de *imagem normal* e se for-

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

mula o princípio descoberto por Augusto Comte, a lei da imagem normal:

A imagem normal tende a preponderar sôbre tôdas as que a agitação cerebral faz simultaneamente surgir.

Enunciado como preceito, toma o princípio a fórma que lhe deu o próprio Augusto Comte:

A imagem normal deve ser preponderante sôbre as que a agitação cerebral faz simultaneamente surgir (2).

(2) Referindo-se a operações cerebraes, são inteiramente subjetivas as leis da 2ª série da Filosofia Primeira. E como independem essas operações do tempo em que se realizam, são leis do equilíbrio e não do movimento cerebral.

O cérebro recebe impressões, estas se transformam em imagens, e no meio das imagens uma prepondera sôbre as outras. Tôdo êsse trabalho do entendimento se faz, se fez e se fará sempre assim; é comum a tôdas as épocas. E' um trabalho subjetivo e representa a estrutura fundamental do entendimento. Ora, quem regula a primeira operação — o recebimento da impressão — é a lei das construções; a segunda — a formação das imagens — é a lei das imagens; e a terceira — a preponderância de uma imagem — é a lei da imagem normal; logo, tôdas essas leis são realmente subjetivas e estáticas; são as leis estáticas do entendimento.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 9ª

A Lei da Evolução Intelectual

Estudando a sociedade e o hômem, Augusto Comte descobriu em 1822 o princípio de variação da inteligência, a lei da evolução intelectual. Denominando-a *lei dos três estados*, formulou-a afinal nêstes têrmos: *Cada entendimento oferece a sucessão dos três estados, fictício, abstrato e positivo, em relação às nossas concepções quaesquer, mas com velocidade proporcional à generalidade dos fenômenos correspondentes.*

Resulta a demonstração dessa lei, da contemplação do espetáculo histórico e do exame da alma humana.

Quando se estudam as origens dos povos, verifica-se que tôdos êles começam explicando o mundo e o hômem por meio de vontades inerentes a tôdos os seres.

Conhecendo-se apenas, sabendo pela experiência diária que cada um *quer* os atos que pratica, e ignorando tudo o mais, os humanos primitivos são levados a assimilar tôdos os fenomênos a *atos* e todos os seres a seres dotados de *vontade*.

Se o hômem bebe é porque tem vontade de beber, se a pedra cae é porque tem vontade de cair. Se o hômem, porque quer, acende a fogueira e ilumina a cabana, o Sol alumia e aquece a Terra porque tem vontade de a iluminar e aquecer. Se o hômem incendeia a plantação do inimigo, porque lhe quer fazer mal, o raio fulmina o rebanho, porque quer fazer mal ao pastor. Tudo o que sucede, parta donde partir, resulta da vontade dos seres, cousas, plantas ou animaes. E como muitas dessas vontades são altamente úteis ou nocivas, muito bôas ou muito más, e ao mesmo tempo inevitáveis e fataes, adquirem os seres correspondentes a supremacia sôbre os outros e tornam-se alvo do respeito, da admiração, do culto dos hômens. Tudo são *fetiches* ou *feitiços*. Adoram-se, então, animaes, plantas, pedras e astros.

Depois, a proporção que os primitivos começam a contemplar melhor a si mesmos e ao mundo, depois que uma longa observação lhes ensina que o hômem dormindo não tem vontade e que durante o sono realiza atos que os sonhos revelam, nasce-lhes a idéa de que a vontade não é inerente aos seres mas se encontra nalguma cousa que os acompanha na vigília e dêles se afasta quando dormem. É essa alguma cousa que *quer* os atos praticados na vigília e no sono; essa alguma cousa é a *alma*, o *espírito*. Assim cada ser possue uma alma: existem as almas das cousas, as almas das plantas, as almas dos animaes, como as almas dos hômens. São elas que têem vontade. De sorte que as vontades manifestadas pelos seres superiores assumem a função de almas, de espíritos superiores pairando acima das almas, dos espíritos inferiores. São aquelas almas, aquêles espíritos superiores que governam o hômem e o mundo. Cada grupo de atributos cósmicos e humanos está sôb a dependência dêsses espíritos, dessas almas. E como na vida social são hômens os que governam, aquelas almas, aquêles espíritos assumem fórma humana; constituem uma pleiade de super-hômens; são os *deuses*.

Agora as *vontades* não são mais interiores, mas exteriores aos seres. Não são mais *fetiches*, são *deuses* que dirigem o hômem e o mundo. Então não se adoram mais o Sol, a Lua, os Planêtas, as Plantas, os Animaes, os Hômens, mas o deus do Sol, a deusa da Lua,

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

os deuses dos vários Planêtas, os deuses que regem as diversas manifestações da vida dos Hômens.

Mas como nas assembléas humanas há sempre um chefe, nas divinas tambem os há; de sorte que com o perpassar das eras êsse chefe dos deuses passa a ser o único deus. Em vez de o govêrno do mundo e do hômem depender da vontade de muitos deuses, depende da de um só deus; taes Jeová, Alá, Jesus.

Em tôdo êsse regímen de vontades interiores ou exteriores aos seres, destaca-se o caráter comum a tôdas: a *ficção*. Nem os *fetiches*, nem os *deuses*, nem *deus* são seres reaes. Todos êles provéem, como não podiam deixar de provir, da realidade, mas não a refletem com o gráo de exatidão necessário para exprimi-la. São pois *seres fictícios*.

Tôdo esse período histórico em que se explica o mundo e o hômem sucessivamente por fetiches, deuses e deus, é a primeira fase da civilização, o primeiro estado da evolução social; é o estado fictício, tripartido em *fetichismo*, *politeismo* e *monoteismo*. E como o nome de *deus* possa ser estendido das *vontades indiretas* às *vontades diretas*, como os fetiches possam ser chamados deuses — tôdo êsse período inicial constitue o *estado teológico* da Humanidade.

Mas, a medida que a sociedade evolue, passando de uma a outra fase teológica, observa-se que certos atributos, certos fenômenos são explicados sem o concurso dos deuses.

Assim, emquanto a vida e a morte, a guerra e a moléstia eram fatos sujeitos ao arbítrio das divindades, as primeiras combinações numéricas eram independentes delas. Na China fetichista, como na Grécia politeista e na Judéa monoteista, não se recorria ao Céu, a Zeus ou a Jeová para somar, diminuir e multiplicar, ou para saber que, independente das vontades do fetiche chinez e dos deuses grêgo e judaico, dous e dous são quatro, a órdem dos fatores não altera o produto. Quer dizer isso que, estudando as propriedades mais elementares dos seres, comparando-as entre si, combinando-as, abandonou-se a preocupação de as explicar por vontades interiores ou exteriores, e se começou apenas a determinar as relações que entre elas existem, achar as suas leis. Assim se ficou sabendo que sem a intervenção de vontades os atributos numéricos mais simples podiam ser explicados. Graças a essa explicação, podiam ser previstos e modificados. Assim, conhecidas as parcelas podia ser determinada a totalidade delas, como conhecida uma soma de duas e uma delas podia ser prevista a outra; conhecidos dous fatores, podiam ser alterados sem modificar o produto. E como êsses, outros casos se começaram a apresentar, onde se tornava inútil a intervenção dos seres fictícios.

Continuando a evoluir, novas relações foram achadas. Às numéricas, juntaram-se as geométricas e mecânicas. Apreciando a extensão e o movimento acharam-se-lhes as primeiras leis.

Comparando os ângulos de um triângulo ao ângulo reto, Tales achou a relação constante que os liga: a soma dos primeiros sempre igual ao dôbro do último. É o teorema angular, base da geometria.

Arquimedes, apreciando o efeito de pêsos sobre a extremidade das barras, constatou que para equilibrar um dêles era preciso que o outro fosse tanto maior ou menor quanto menor ou maior era a distância dêste ao ponto fixo da barra; de sorte que se se lhe desse um ponto de apoio, o grande geômetra poderia suspender o mundo. É o princípio da alavanca; um dos teoremas fundamentaes da mecânica.

Hiparco, por uma série de observações do espetáculo celeste, notou que a volta do Sol à mesma estrêla variava entre dous equinóxios de uma quantidade constante, isto é, que, partindo o Sol e a estrêla de um mesmo ponto do céu, o chamado ponto *vernal*, depois do aparente movimento anual o Sol precedia a estrêla de 50",3, de sorte que só no fim de vinte e cinco séculos se repetia a coïnci-

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

dência inicial. É a grande lei da precessão dos equinóxios, conseqüência e fundamento de outras leis da astronomia que Hiparco assim fundava.

Continuando a evolução, novas relações matemático-astronômicas são descobertas e começam a aparecer tambem as reguladoras dos fenômenos físico-químicos. Galileu, 14 séculos depois de Hiparco, estudando o movimento dos corpos sôbre um plano inclinado, verifica variarem as distâncias percorridas, como a série dos números ímpares ou que os espaços percorridos são proporcionaes ao quadrado dos tempos. É a lei da quéda dos corpos, início da Física. Lavoisier, dous séculos mais tarde, operando composições e decomposições de corpos, descobre a lei da conservação dos pêsos: o pêso do composto é sempre igual à soma dos pêsos dos componentes.

Bichat, pouco depois, proclama a vida física, vegetativa ou animal, como propriedade inerente aos tecidos dos corpos organizados, independente de almas e fluidos. Gall demonstra por êsse tempo que a vida psíquica, espiritual e moral, é puro atributo do cérebro. Finalmente Augusto Comte descobre as relações mais transcendentes, e demonstra que os fatos históricos, os fenômenos políticos, como tôdos os outros, são regidos por leis naturaes, sem fluidos nem vontades.

Assim, a medida que passa o tempo vão os fenômenos se desprendendo da tutela dos deuses e caindo sôb o domínio das relações imutáveis. Não são os deuses mas as leis que regem os atributos de tôdos os corpos, brutos ou organizados, mortos ou vivos, individuaes ou coletivos. É êsse regimen das leis que constitue o *estado sientífico, positivo* da Humanidade.

Mas do regímen provisório das vontades não passou logo a Humanidade para o regímen definitivo das leis. Houve um período intermediário, um estado transitório, o regímen das entidades.

Então os fenômenos não se explicam por vontades fictícias, nem por leis reaes, mas por abstrações materializadas.

Assim, a quéda dos corpos não resulta teológicamente da vontade dos deuses mas da ação de uma entidade que o arrasta para o centro da terra: a gravidade. Os corpos são quentes, luminosos ou elétricos, não mais porque os deuses lhes dão calor, luz e eletricidade, mas porque há fluidos imaginários que os produzem, como o *calórico*, ou resultam das vibrações de um meio, tambem ideal, o *éter*. Os corpos vivos não são dotados dos fenômenos que os caraterizam senão porque o *fluido vital* os anima. E o hômem ama, pensa e age porque ha nêle uma substância imaterial, *a alma*, dotada dos atributos intelectuaes e moraes.

Êsse estado de transição entre a teologia e a siência, é a metafísica. A explicação dos fenômenos, e portanto dos seres, por meio de entidades, define o estado *metafísico* ou *abstrato* da razão humana.

É o estado metafísico um estado equívoco, porque as entidades são abstrações, que podem ser consideradas, ora como imagens das vontades fictícias, ora como simples enunciados dos fenômenos, conforme o espírito humano estiver mais próssimo do estado teológico ou do estado sientífico. Assim, a *gravidade* é uma pura ficção teológica se considerada como a imagem materializada de uma vontade exterior aos corpos, e uma abstração sientífica, tomada como o enunciado do fenômeno real da quéda dos corpos; e a *alma* outra ficção teológica, entendida como a substância imaterial, dotada de vontade, que anima o hômem e fa-lo amar, pensar e agir, ou abstração sientífica, designando o conjunto das funções do cérebro.

Em resumo, o espetáculo histórico revela-nos a passagem sucessiva das concepções humanas por três estados: o teológico ou fictício, o metafísico ou abstrato e o sientífico ou positivo.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

Não quer porém dizer isso que essa evolução se verifique simultaneamente em relação a tôdos os fenômenos. Não. Primeiro dá-se apenas quanto aos fenômenos mais geraes e depois aos mais especiaes, de sorte que uma mesma época da história apresenta ao mesmo tempo concepções teológicas, metafísicas e sientíficas, relativamente a diferentes fenômenos. Hôje, por exemplo, os povos modernos, especialmente os ocidentaes ou ocidentalizados, pensam sientíficamente em relação aos fatos astronômicos e físicos, e teológica e metafísicamente em relação aos sociaes e moraes. Ninguem acredita mais que os deuses ou Deus façam de um círculo um quadrado, ou que evitem a produção de um eclipse, mas uma grande maioria, letrada ou não, acredita que Deus possa evitar ou atenuar as guerras e as moléstias, e que a alma imaterial e a soberania popular regem o hômem e a sociedade.

Eis porque contemplando o espetáculo histórico observa-se que o regímen das leis surgiu primeiro entre as propriedades numéricas para ir pouco a pouco penetrando entre os outros atributos menos geraes: a extensão, o movimento, os fatos astronômicos e físicos, os fenômenos químicos e vitaes, os fatos políticos e moraes.

Não é só o espetáculo histórico que nos demonstra a lei dos três estados. Prova-a tambem o exame da evolução individual.

A criança é fetichista. Tudo para ela é animado de vontades, como ela própria. Assim quando cae, sofre uma contusão, batendo nalgum objeto, procura castigar o que a contundiu, pois supõe que as cousas são dotadas de vontade, o objeto que a feriu quiz feri-la. Mais tarde são as vontades exteriores que a guiam. Acredita em anjos, fadas, demônios, almas do outro mundo, em deuses e deus; tôdas crenças que se fortalecem e continuam mais ou menos na adolescência, e na juventude, se para tal concorrem a educação doméstica e cívica. Só muito depois, por si mesmo e pelo meio em que se desenvolve, começa a substituir a razão teológico-metafísica pela razão positiva. E se não se liberta totalmente das crenças primitivas em relação à sociedade e ao hômem, fica livre delas relativamente aos fatos de órdem física, e com a tendência cada vez mais acentuada para atingir à completa libertação.

Assim, a evolução individual reproduz a evolução coletiva; e em ambos os casos se chega à mesma lei de evolução. Tanto o espetáculo histórico como a análise da alma, demonstram que a razão humana apresenta três estados, que se sucedem com velocidade proporcional à generalidade dos fenômenos: o estado teológico ou fictício, o metafísico ou abstrato e o sientífico ou positivo. E' a grande *lei dos três estados*, com que Augusto Comte inaugurou a Sociologia, ou melhor a dinâmica social — porque a estática Aristoteles já havia fundado — e constitue um dos princípios universaes da siência, a 7ª lei de Filosofia Primeira.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 10ª

A Lei da Evolução Ativa

Examinando a ação coletiva e individual do hômem sôbre o mundo — o que constitue a atividade prática, a atividade propriamente dita — descobriu-lhe Augusto Comte o princípio de variação, a lei da evolução ativa, a lei dos três estados práticos, que assim enunciou: *A atividade é primeiro conquistadora, depois defensiva e finalmente industrial.*

Realmente, acompanhando as ações de cada hômem, da infância à madureza, notam-se-lhe carateres que as definem e distinguem.

Criança, quando já capaz de agir por si, age, com mais ou menos violência, contra tudo que o contraria; quer satisfeitos tôdos os seus caprichos sôb pena de chorar, gritar, esbravejar, destruir as cousas, bater nas pessôas. Para acalmá-la é preciso ceder ou reprimir tambem violentamente os acessos de cólera. Em geral resulta tudo isso do desejo de posse não satisfeita. E' um brinquedo que lhe não pertence e quer possuir; é um bombom que quer chupar e não no deixam. Se o não impedem, apossa-se dêles à fôrça, pensando que procede muito bem. O garôto opera assim uma posse forçada; faz uma *conquista*.

Mais tarde, ao chegar à mocidade, as suas atitudes são menos agressivas, mas ainda violentas. Sem querer usufruir exclusivamente à força o que é de ôutrem, como faz a criança, procura o môço defender-se dos que lhe querem tomar o que julga seu. Assim, por exemplo, se objetos que aos falecidos paes emprestaram lhe reclamam, nega entregá-los apesar de não serem seus. Inventa ardis para o fazer e chêga a ameaçar com atos de fôrça ao reclamante, cujo direito por falta de provas só se baseia em razões de órdem moral. Essa atitude é ainda um processo militar, embora menos enérgico; não é mais conquista, não é mais ataque; é *defesa*.

Finalmente, chegando a maior gráo de desenvolvimento, reconhece que a sua ação sôbre o mundo deve ser praticada sem violência para obter o que não possua ou conservar o que lhe pertença. A dádiva e a troca, meios rudimentares primitivos de transmissão, anteriores à própria conquista ou com ela concomitantes, tornam-se, em plena madureza, exclusivamente usados. E' a atividade puramente pacífica, sem emprêgo da fôrça e da fraude para adquirir ou conservar; não há mais luta ativa ou passiva, ataque ou defesa; há paz, há *trabalho*. Então a fôrça não se exerce direta ou indiretamente, sôbre as pessôas em favor de outras, mas sôbre as cousas em favor das pessôas. O hômem na maturidade dá ou troca pacíficamente os bens, sem violência e sem fraude. Isso porém não quer dizer que anormalmente não haja crianças pacíficas e adultos belicosos. Mas num e noutro caso confirma-se a lei, porque se trata de exceções, de anomalias.

E' tambem certo que nos meios civilizados, dada a influência secular da educação, essas fases são bem pouco diferenciadas nos indivíduos; de sorte que muito antes da madureza, ainda na adolescência, já o hômem atingiu ao último gráo da atividade prática, salvo os remanescentes das fases anteriores, que irrompem muitas vezes entre as manifestações do estado final.

Não é senão apreciando a atividade coletiva que se póde comprovar em tôda a sua plenitude a lei dos três estados práticos.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

E' estudando a ação do hômem sobre o mundo, no tempo, através das idades, e no espaço, nas diversas populações do glôbo, que se demonstra a lei da evolução ativa, verificando-se que a Antiguidade foi conquistadora, como as populações selvagens de hôje: a Idade-Média, defensiva, como algumas nações da Ásia, da África e da Oceânia; a Idade Moderna, industrial, como os povos ocidentaes ou ocidentalizados da Europa e da América.

Remontando aos primórdios da nossa espécie, verifica-se que a atividade como a inteligência viram-se num bêco sem saída ao alvorecer dos tempos.

Com efeito, precisando de fatos para formular teorias e de teorias para explicar os fatos, o hômem primitivo não têve outra saída senão inventar ficções a guisa de verdades. Foram aquelas as primeiras explicações do hômem e do mundo. Nasceram os deuses; surgiu o espírito teológico. Precisando tambem do trabalho para organizar a sociedade e da sociedade para desenvolver o trabalho, o hômem primitivo resolveu a nova contradição pela conquista. Nasceu a guerra; apareceu a atividade militar.

A antipatia natural do hômem primevo, como do selvagem de hôje, à existencia laboriosa, a sua incapacidade para o trabalho, combinada com o aguilhão da fome, a necessidade de alimentação, levou-o a lutar pelo domínio de uns sôbre outros e subseqüente sujeição dos mais fracos aos mais fortes. Os segundos conquistam os primeiros. De sorte que aquêles se viram escravos e estes senhores; os fortes são militares, e os fracos trabalhadores. Os vencedores incorporando ao seu domínio os vencidos, aumentaram a extensão social pelo trabalho forçado dos vencidos. Assim formaram-se sucessivamente vastas coletividades; extensas populações; assim formou-se a maior delas: o *Império Romano*.

Mas a conquista atingindo os limites extremos pela completa incorporação das populações assimiláveis, têve de se transformar em defesa, quando foi necessário repelir as invasões de povos heterogeneos que pretendiam destruir os costumes pacíficos já introduzidos após a incorporação militar. A luta dos povos oriundos do Império Romano contra os invasores inassimiláveis, como os hunos, é a prova dessa mudança da conquista em defesa. Tôdo o período medievo da história é caraterizado por essa atividade puramente defensiva. As guerras de então são guerras defensivas. As próprias Cruzadas, apesar das aparências, não passam de expedições empreendidas em defesa da civilização ocidental ameaçada pela oriental; em prol da Cruz, contra o Crescente.

Finalmente, cessado o perigo das invasões, a atividade militar agressiva ou defensiva transforma-se em atividade industrial; a guerra é substituída pelo trabalho. E' essa fase que carateriza a Idade-Moderna. Não há mais indivíduos e povos sujeitos ao trabalho forçado ou meio livre, nem escravos nem servos, como na Antiguidade e na Idade-Media, mas só hômens e povos livres.

Certo, apesar do sentido dessa evolução da guerra à paz, pela conquista, pela defesa e pelo trabalho, encontra-se a atividade industrial e pacífica em pleno domínio guerreiro, e guerras na era industrial, mas num e noutro caso trata-se de exceções e mesmo de fatos aparentes. Assim, as guerras modernas não são a guerra no sentido sociológico do têrmo — meio inevitavel e eficaz de impôr a paz, peculiar ao início da civilização — mas simplesmente explosão da cobiça coletiva para suplantar influências industriaes; lutas essencialmente econômicas que põem a seu serviço processos militares, ou então guerras ainda defensivas contra povos de fato moralmente retardados, não obstante o seu adiantamento mental e material. Exemplo típico das duas fórmas: a Grande Guerra, a guerra mundial de 1914.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

Estudando tambem as populações atuaes, manuseando os livros de viagens, chêga-se ainda à conclusão análoga. Os selvagens americanos e oceânicos, muitos povos da Ásia e da África estão em pleno período guerreiro-conquistador, ou guerreiro-defensivo, de que outros já se libertaram, graças à influência da civilização ocidental. Em tôdo o caso, como a paz no Ocidente, a atividade exclusivamente industrial, ainda se não tornou realidade de tôdo prática, as populações naturalmente guerreiras continuam como taes apesar da influência das teorias pacifistas dêsse mesmo Ocidente. Mas, seja como fôr, a verdade abstrata é que os povos ocidentaes ou ocidentalizados de hôje vivem em pleno período industrial, emquanto os que estão fóra da influência ocidental ainda estão imersos na fase guerreira, conquistadora ou defensiva.

Como quer que seja, contemplando o espetáculo histórico ou o panorama geográfico, verifica-se que, apesar dos períodos críticos da marcha da Humanidade, a evolução ativa obedece à lei descoberta por Augusto Comte e entrevista por Hume e Dunoyer: a civilização começa pela conquista, desenvolve-se pela defesa e atinge ao seu ponto culminante pelo trabalho; é pois sucessivamente militar-conquistadora, militar-defensiva e por último, industrial.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 11ª

A Lei da Evolução Afetiva

Compõe-se a alma humana de motores afetivos, faculdades intelectuaes e qualidades práticas. Téem tôdas por séde o cérebro De sorte que, sem discutir a natureza da alma, sem indagar se é apenas uma propriedade do cérebro, como ensina a siência, ou uma entidade estranha que o toma por instrumento, como pensam os metafísicos, o certo é que sem cérebro não há alma; donde a definição positiva: *a alma é o conjunto das funções do cérebro.*

Dos três grupos de funções psíquicas, que são a fonte dos nossos afetos, dos nossos pensamentos e das nossas ações, as primeiras, as funções afetivas, não téem relação direta com o mundo exterior — a paixão é cega di-lo a sabedoria popular — e determinam o impulso que estimula o pensamento, produto das funções intelectuaes e provocam os atos, produzidos pelas funções práticas. Tôda a nossa vida psíquica depende pois fundamentalmente dos nossos sentimentos. Para pensar e agir é preciso sentir.

Mas os sentimentos emanados dos nossos órgãos afetivos são de duas categorias: uns nos levam a amar a nós mesmos, e outros a amar a outrem. Por uns vivemos para nós, por outros vivemos para ôutrem. Constituem os primeiros, o egoismo e os segundos, o altuismo.

Dependendo dos sentimentos tôdas as nossas idéas e tôdos os nossos atos, serão umas e outros mais ou menos egoistas ou mais ou menos altruistas. conforme preponderem os instintos pessoaes ou os móveis da sociabilidade.

Quando prepondera a personalidade, temos a existência puramente animal; quando a sociabilidade, a existência realmente humana; que o homem é o ser coletivo por excelência.

A vida plenamente social, só é compativel com a subordinação do egoismo ao altruismo. Tende a perturbar-se ou extinguir-se, tôda a vez. que essa subordinação desaparece pela igualdade do concurso, ou pela preponderância do egoismo.

Saber como se fez essa subordinação do egoismo ao altruismo atrávez das eras, como evolve a sociabilidade resultante de tal preponderância — eis em que consiste o estudo da evolução afetiva.

Estudando-a, Augusto Comte formulou a lei: *A sociabilidade é primeiro doméstica, depois cívica e finalmente universal, segundo a natureza própria a cada um dos três instintos simpáticos.*

Para demonstrá-lo basta contemplar o espetáculo histórico e apreciar o desenvolvimento dos indivíduos, da infância à madureza.

E' da observação quotidiana assistir ao afeto das crianças pelas pessôas que imediatamente a cercam: os paes, os irmãos, os parentes. Estranhos lhes causam sempre medo e repulsa. Só quando percebem a acolhida que os seres caros, a êsses estranhos dispensam, é que as crianças a êles estendem o seu afeto, amando-os como a paes, a irmãos, a parentes. As afeições da criança limitam-se à familia.

Crescendo aumenta o círculo das afeições, e chegando à idade adulta, começa a ter o sentimento de seres coletivos superiores à famflia: são a terra em que nasceu e vive, a gente que fala a mesma

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

língua e habita o mesmo solo; ama então a cidade e a pátria, como amava a casa e a família; às afeições domésticas, juntam-se as afeições cívicas.

Mais tarde ainda estendem-se as afeições a seres coletivos mais complexos. Além da sua cidade, da sua pátria, o adulto se afeiçôa tambem às pátrias da mesma origem, onde se fala a mesma língua, onde existem instituições similares, e assim de gráo em gráo, chêga a abranger no seu afeto a terra inteira, considerando tôdos os povos como uma só família, uma só pátria, tôdos os hômens como irmãos: é o apogeu de altruismo; atinge o índivíduo ao gráo mássimo da sociabilidade, à sociabilidade universal.

Na infância o hômem ama sobretudo a Casa e a Família; na mocidade, a Cidade e a Pátria; na madureza, a Terra e a Humanidade.

Certo essa evolução póde não ser completa em muitas naturezas. Grande número delas limita o seu altruismo à Família; outras vão apenas até à Patria e a minoria atinge, quando muito, a uma porção do Planêta. Mas a tendência natural, e cada vez mais acentuada, é a passagem sucessiva do amor da Família, ao amor da Pátria, e do amor da Pátria ao amor da Humanidade. Resulta o primeiro, do mais enérgico e menos nobre dos três instintos simpáticos — o *apêgo* ou amor entre iguaes; o terceiro, do menos enérgico e mais nobre desses instintos — a *bondade* ou amor dos superiores aos inferiores; e o segundo, do instinto simpático que é menos enérgico e mais nobre que o apêgo e mais enérgico e menos nobre que a bondade — a *veneração* ou o amor dos inferiores aos superiores.

Contemplando o espetáculo histórico, verifica-se análoga evolução.

Os povos primitivos, ainda imersos no fetichismo, limitam os afetos á familia, único ser coletivo que realmente conhecem. De sorte que a sociedade por êles constituída é essencialmente uma sociedade familial, fundada no apêgo. Memoravel êxemplo disso é a Civilização Chineza, onde o fetichismo, perdurando excepcionalmente, organizou uma sociedade política e religiosa, baseada exclusivamente nos sentimentos domésticos. As relações existentes entre dirigentes e dirigidos téem tôdas o mesmo caráter das que existem entre paes e filhos. Antes da revolução de 1911, que acabou com o regímem monárquico e instituiu a república na China, o Chefe do Estado, o Imperador, era considerado *o pae e a mãe do seu pôvo*.

Estendendo a afetividade, das famílias às tríbus e às castas, nas sociedades teocráticas, formaram-se por último as grandes aglomerações de povos incorporados por meios militares. Surgiu a noção de pátria: conjunto de famílias, ligadas por um mesmo govêrno político em tôrno de uma cidade preponderante. O Império Romano é o tipo do nôvo ser coletivo: conjunto de póvos congregados em roda de Roma sôb o ascendente de um mesmo govêrno. Nascido na Espanha, na Itália ou na Gália, tôdos os habitantes do Império, quando adquiriam a qualidade de cidadãos, não o eram como espanhóes, italianos ou gaulezes, mas como romanos, filhos da cidade de Roma. *Civis romanus sum* — era o grande título de glória para o habitante do Império que o possuisse. Então assistiu-se à expansão extraordinária de um sentimento mais elevado, mais extenso, mais nobre que o amor da família: foi o amor da pátria, da sociedade cívica, fundada na veneração.

Finalmente, com o advento do Monoteismo Cristão, ligando por uma crença comum, as pátrias oriundas da fragmentação do Império Romano, aparece um nôvo sentimento social ainda mais elevado, mais extenso e mais nobre — a Cristandade. Enquanto o amor da pátria reünia famílias diferentes, a Cristandade congregava pátrias diversas. Foi êsse nôvo afeto coletivo que, superando as diver-

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

gências posteriores do Monoteismo Cristão, bipartido em Catolicismo e Protestantismo, se mudou em Ocidentalidade, e estendido do Ocidente ao Oriente, abrangendo tôdos os póvos da Terra, constitue o sentimento da união internacional, que hôje se apregôa e é o precursor da sociedade universal de amanhan, fundada na bondade.

Assim, a sociabilidade surgida na Família, expande-se na Pátria e atinge o apogêu na Humanidade. E' pois primeiro doméstica, depois cívica e por último universal, segundo a natureza dos três instintos simpaticos, apêgo, veneração, bondade, como registra a lei de Augusto Comte. (3)

(3) As operações cerebraes realizam-se invariavelmente segundo as leis estáticas do entendimento. Os seus resultados, porém, variam com o tempo, tanto no indivíduo como na espécie. Pensamos, agimos e sentimos observando sempre a subordinação do subjetivo ao objetivo, a vivacidade e nitidez das impressões relativamente às imagens, e a preponderância da imagem normal. Mas as idéas, os atos e os sentimentos que daí provéem, ora são ficções, conquistas ou afetos domésticos; ora entidades, ações de defesa e afeições cívicas; ora, finalmente, verdades positivas, trabalho industrial e amor universal. De sorte que, a par das leis que regulam o equilíbrio, há as que regem o movimento do aparelho cerebral; a par das estáticas há as leis dinâmicas do entendimento. São as três leis da evolução: intelectual, ativa e afetiva. Tôdas se podem denominar homônimamente, segundo a designação consagrada à primeira delas, chamando-lhes — *leis dos 3 estados*: a) lei dos 3 estados *mentaes;* b) lei dos 3 estados *ativos;* c) lei dos 3 estados *afetivos*. Constituem tôdas, a lei universal da evolução individual e coletiva. Evolução individual e coletiva. porque, essencialmente, a criança, como o hômem antigo, raciocina segundo ficções, age como guerreiro e sente como membro de uma família; o adolescente, como o hômem medievo, especula sôbre entidades, exerce ações defensivas e cultiva os sentimentos cívicos; o adulto, como parte da humanidade de hôje, e tôda a humanidade de amanhan, pensa em verdades positivas, pratica, trabalhos industriaes e sente a sociedade universal através das relações internacionaes. E' a tôdo esse dinamismo que presidem simultaneamente as leis da 3ª série da Filosofia Primeira. E presidindo à regulamentação de fenômenos do cérebro, de atributos do sujeito, são, como as estáticas, as leis dinamicas do entendimento essencialmente subjetivas.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 12ª

A Lei da Persistência

Chama-se persistência a propriedade do que persiste, do que permanece, do que subsiste, do que dura sempre. A lei da persistência é pois a que regula o modo de ser dos corpos brutos e organizados, constatando possuirem êsses corpos o atributo de ficarem, sôb certo aspeto, sempre inalteráveis.

Mas que aspeto é êsse?

E' o seu estado estático ou dinâmico, de equilíbrio ou de movimento, sôb os quaes se apresentam tôdos os corpos.

Consiste a lei, que é o 10º princípio de Filosofia Primeira, nesta fórmula: *Tôdo estado estático ou dinâmico tende a permanecer espontaneamente sem nenhuma alteração, resistindo às perturbações exteriores.*

Como tôdos os princípios da siência universal, é uma lei indutiva, nascida da observação. Demonstrá-la é examinar-lhe a verificação em tôdos os fenômenos: físicos, vitaes, sociaes e moraes ou psíquicos.

Entre os físicos avultam os celestes como o principal campo de verificação da lei. Basta lembrar que o Sol, os Planêtas e as Estrêlas, observados há milhares de anos, revelam o mesmo estado de equílibrio e de movimento. As variações que se lhes descobrem resultam apenas do concurso das persistências. Assim, se o Sol, no seu movimento aparente, não volta tôdos os anos ao mesmo ponto do céu donde partiu, mas 20m mais cedo, essa *variação* do ano trópico corresponde à *persistência* da retrogradação do ponto equinoxial. De sorte que a tendência a persistir permanece inalteravel. Como essas são tôdas as variações: resultam sempre das novas persistências.

Uma experiência física leva-nos à demonstração imediata do teorema da permanência.

Se tomarmos uma esfera, uma bola de bilhar, e lhe dermos um impulso sôbre uma superfície plana, vemo-la mover-se no sentido da linha reta e com a mesma velocidade. Se pelo pensamento suprimirmos o atrito e dermos ao plano uma extensão infinita, a esfera mover-se-á indefinidamente e uniformemente sem nunca parar, nem mudar de direção nem velocidade. E' êsse fato que constitue a base da fórmula inicial da lei, descoberta por Kepler, que a denominou, aliás impròpriamente, *lei da inércia*, e assim a enunciou: *tôdo movimento é naturalmente retilineo e uniforme.*

A circumstância de se acharem a Terra e o mundo solar, e mesmo o universo sideral, cheios de movimentos variados e curvilineos, nem de leve anula a verdade da lei; ao contrário, a confirma. Pois resultam as variações de velocidade e trajetória não só do atrito do meio como tambem das influências recíprocas dos corpos. Tanto assim é que, se imprimirmos a um côrpo um movimento curvilineo, como no caso de uma pedra suspensa por um fio, e deixarmos, em pleno movimento de rotação, desprender-se a pedra, esta se moverá no sentido da tangente à curva descrita, isto é, seguirá uma linha reta. E na hipotese de cessar o movimento, ficará a pedra suspensa segundo a direção vertical até que a gravidade rompa o fio, e coloque a pedra no chão. Mas ainda assim nem por isso deixará ela de ser ativa, de persistir na atividade revelada quando em movimento curvilineo ou no sentido vertical. Apenas ficará então em equílibrio, resistindo à gravidade.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

Em tôdos êsses exemplos, os astros, a bola de bilhar e a pedra da funda persistem no seu estado de movimento ou de equilíbrio, resistindo às perturbações exteriores.

Comprova-se a mesma persistência nos estados estático-dinâmicos dos corpos vivos. O hábito é a fórma viva da persistência. A lei do hábito é a expressão biológica da lei da inércia.

Assim é que ações da vida animal se reproduzem espontaneamente sem exigirem atenção especial. Tôda a nossa aprendizagem teórica e prática seria impossivel sem a lei do hábito, sem a lei da persistência. Graças a ela, o músico executa as mais difíceis composições sem se preocupar com o exame meticuloso dos respetivos sinaes, já anteriormente assimilados pelo exercício repetido; o sientista resolve imediatamente complicados problemas com os simples conhecimentos da siência que antes adquirira, sem precisar recordá-los; o operário produz artefatos com a rapidez e a perfeição que lhe garante a longa prática do manejo das mãos e das máquinas.

Grande exemplo da lei da persistência nos corpos vivos é o da própria existência, apesar de tôdos os fatores externos e internos que concorrem para anulá-la.

Assim, sem uso de modificadores, o organismo doente tende ao estado de saúde, salvo os casos graves, nos quaes, até com o emprêgo de remédios, é impossivel manter-se a saúde, e a vida cessa. Nêsse caso mesmo, não obstante as aparências, triunfa a lei da persistência. Apenas as fôrças que persistem não são mais as mantenedoras mas as destruidoras do sistema. Como dissemos antes: a variação resulta do concurso de persistências.

Nos fenômenos sociaes observa-se a verificação da lei, principalmente na permanência dos elementos fundamentaes da existência social: *a propriedade, a familia, a linguagem, o sacerdócio e o govêrno.* Por mais variadas que sejam e tenham sido as modificações experimentadas por cada uma dessas verdadeiras células do organismo social, persistem em sua estrutura fundamental no meio de tôdas as alterações.

Mas, não só os elementos da estrutura social, o seu estado estático, tambem os seus movimentos, o seu dinamismo, o seu estado dinámico, tendem a persistir, porque, através de fórmas várias, a evolução da sociedade, a sua mudança para melhor, o seu progresso persiste sempre.

Na órdem puramente humana, nos atributos peculiares ao hômem individual, basta citar, como exemplo, o fenômeno da memória, que é a reprodução espontanea de imagens anteriores sem a influência atual das impressões que as suscitaram. E' uma espécie de hábito psíquico. Por essa persistência é que reproduzimos de cór produções da siência e da arte sem renovarmos as respetivas impressões: maravilhosa faculdade, que, excepcionalmente desenvolvida, torna o seu possuidor capaz de recitar poemas e tratados inteiros.

Por tôdos êsses exemplos, tomados no mundo físico, vital, social e moral ou psíquico, vê-se tôdo o valor da lei da persistência, que Kepler descobriu em mecânica e Augusto Comte estendeu à universalidade dos fenômenos.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 13ª

A Lei da Coëxistência

Podem os fenômenos ser encarados sôb dous aspetos: o da *sucessão* e o da *simultaneidade;* ora como efeitos que se passam uns após outros, ora como atributos que se realizam ao mesmo tempo. A quéda de um côrpo é um fenômeno de sucessão, caraterizado pelas várias posições do côrpo em cada momento da quéda. A fórma do côrpo que se mantem a mesma durante o movimento descensional, senão em seu tôdo, em seus elementos, é um fenômeno de simultaneidade ou coexistência.

São essas duas manifestações da matéria, que nos levam às concepções de *tempo* e de *espaço*, assim definidos: tempo — é o conjunto das relações de sucessão; espaço—é o conjunto das relações de coexistência. E como a sucessão supõe a simultaneidade, pois para variar sucessivamente é preciso que alguma cousa exista mesmo sem variar, o conceito de tempo entra no de espaço. Podem pois ambos ser definidos um pelo outro: tempo é o espaço movel; espaço é o tempo fixo. Por isso é que Diderot já se referia ao tempo como elemento espacial, a 4ª dimensão do espaço; idéa que está hoje muito em voga nos meios sientíficos, principalmente depois dos trabalhos de Einstein, mas desnaturada pelas concepções metafísicas dêsse e de outros sientistas, que pretendem transformar em fatos concretos, simples abstrações.

Mas, se o movimento e a fórma, ou extensão, são dous tipos caraterísticos dos fenômenos de sucessão e simultaneidade, não é menos certo que se póde achar a simultaneidade na sucessão, quando se encara um conjunto de corpos ligados de tal modo que, ao par do movimento geral do tôdo, existam os movimentos parciaes dos elementos. De sorte que, emquanto se dá a deslocação do sistema em relação a um ponto de referência, deslocam-se os elementos do sistema com relação a êste. Há assim, por um lado, a mudança sucessiva de posições do sistema, e do outro, a mudança simultanea dos elementos do sistema.

Assim, em um navio em movimento, desloca-se não só a embarcação em relação à agua onde flutua, mas tambem deslocam-se os passageiros em relação ao navio. Há, ao mesmo tempo, sucessão e simultaneidade. Coexistem dous movimentos: o do navio, e o dos passageiros. Em geral acontece o mesmo em casos análogos: coexiste o movimento do tôdo e o das partes, o do sistema e o dos seus elementos.

A lei que rege semelhante simultaneidade, é a que se chama *lei da coexistência*, descoberta por Galileu e completada e generalizada por Augusto Comte, que a enunciou nêstes termos: *Um sistema qualquer mantem a sua constituição ativa ou passiva, quando os seus elementos experimentam mutações simultaneas, comtanto que sejam exatamente comuns.*

Nêste enunciado, *sistema* quer dizer um conjunto de partes ligadas formando um tôdo: *constituição ativa*, a de um sistema cujas partes estão em movimento; *constituição passiva*, a de um sistema cujas partes se acham imóveis.

Afirmando a inalterabilidade do sistema apesar das mutações, a lei supõe a *independência* delas, pois só assim fica êle inalteravel. De sorte que o 11º. princípio de Filosofía Primeira regula não só a

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

coexistência como a *independência*. Daí podermos chamá-lo tambem *lei da independência*.

Realmente não existe a *independência absoluta* das mutações, mas a *independência relativa;* as ações e reações entre as partes são mínimas de sorte a se poder abstrair delas. Só assim se póde induzir a lei, que, como tôda verdadeira lei sientífica, é uma lei abstrata.

Para provar-lhe a veracidade, apreciemo-lhe a verificação nos três domínios da fenomenalidade universal: o físico, o vital e o social ou moral.

Retomemos o exemplo do navio.

Imaginando um navio em movimento e passageiros movendo-se no navio, verifica-se que a deslocação daquêle em nada perturba a dos últimos, salvo se, como se diz, o navio *joga*, isto é, se a par do movimento no sentido horizontal, o movimento de translação, existe o movimento no sentido vertical, o movimento de rotação. Por isso os fenômenos de naupatia nunca aparecem, mesmo nas pessôas sujeitas ao enjôo, nas viagens fluviaes, em que é nulo ou quase nulo o jôgo do navio.

Observando taes fatos e sôbre êles refletindo, conclue-se que existe uma independência completa entre movimentos coexistentes, quando a deslocação das partes se faz do mesmo modo que a deslocação do conjunto. No caso do navio, em viagem fluvial, sem jôgo, todas as suas partes deslocam-se segundo retas paralelas; os movimentos dos corpos interiores que se operam com relação a êle, realizam-se sem nenhuma alteração, como se o navio estivesse parado. Havendo, porém, o *jôgo*, isto é, o *roulis* e o *tangage*, o balanço de pôpa a prôa e de bórdo a estibórdo, ou *vice-versa*, que constituem o movimento de rotação, êsses movimentos, variando com a distância ao centro rotatório, perturbam os movimentos dos passageiros, ou melhor, perturbam os passageiros, estejam êstes em movimento ou parados com relacão ao navio.

Eterno e contínuo exemplo da independência e coexistência dos movimentos, é o da Terra em tôrno do Sol, realizado simultaneamente com os múltiplos movimentos que se verificam na superfície do nosso planêta. As únicas alteracões que se notam são devidas à rotação terrestre. E, dada a grandeza do sistema — que é a Terra — e a pequenez dos seres que o habitam, a propria rotacão não os altera de modo sensivel: na sua viagem pelo espaço dentro do navio terrestre, nenhum passageiro enjôa...

Se dos físicos passarmos aos fenômenos vitaes, verifica-se a mesma independência.

Considerando o côrpo vivo, vegetal ou animal, vemos o mundo exterior agir múltipla e diversamente sôbre êle, sem que as ações parciaes alterem nela influência de umas sôbre as outras, a ação do conjunto. A gravidade, o calor, a luz, o som, a eletricidade e outros agentes físicos exercem a sua atividade sôbre os fatos elementares da vida, sem que a ação de um perturbe a dos outros. O fato de modificar-se, por exemplo, a temperatura de uma roseira ou de uma abelha, em nada modifica o seu peso ou o seu estado elétrico. As ações são independentes umas das outras.

E' segundo êsse princípio que se percebem ao mesmo tempo sensações auditivas e visuaes sem confundi-las, que nas audições e visões simultaneas se distinguem as inúmeras variedades de sons e as infinitas espécies de côres. Ouvindo uma orquestra ou contemplando um painel, o ouvido e a vista percebem distintamente os sons da flauta e do violino, o azul do céo e o vêrde da folhagem. A ação de conjunto produzida pela orquestra ou pelo quadro não é alterada pelas ações parciaes de cada elemento do sistema sonoro ou ótico.

Exemplo típico da lei da coexistência ou do princípio da independência nos fatos sociaes, é o fenomêno da cooperação.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

Numa fábrica, vários operários incumbem-se de preparar as peças diferentes de uma máquina; e a sua ação independente converge afinal à constituição da máquina, não perturbando assim a atividade de cada cooperador, o resultado da cooperação.

Não só o maquinismo industrial, mas tambem a máquina política, obedece à lei da coexistência, ao teorema da simultaneidade, que em sociologia constitue o princípio da cooperação ou princípio de Aristóteles: *separação dos ofícios e convergência dos esforços*. E' da independência de cada ofício que resulta o concurso eficaz de tôdos.

Finalmente, os fenômenos moraes, os atributos psíquicos estão sujeitos tambem à lei de Galileu.

E' demonstração do assêrto, a coexistência das paixões egoistas e altruistas nos movimentos da alma humana. Agindo cada uma no seu campo próprio, dentro de limites normaes, não perturbam a ação integral do sistema afetivo, constituído por umas e outras. E' assim que a circumstância de ter o indivíduo as necessidades simultaneas de comer e de amar não altera o resultado geral dos dous instintos — viver feliz — dêsde que o indivíduo coma para amar e não viva para comer; desde que subordine o egoismo ao altruimo e não o altruismo ao egoismo. Na última hipótese, o sistema moral se altera, como o mecânico tambem quando o movimento total é de rotação e não de translação.

Assim, como tôdos os teoremas de Filosofia Primeira, a lei da coexistência preside à fenomenalidade universal: é tão verdadeira em matemática como em moral; a só diferença é que perde em simplicidade e generalidade a medida que se relaciona com fenômenos mais complexos e menos geraes.

Como a lei da coexistência preside à compatibilidade dos fenômênos coexistentes, póde chamar-se tambem *lei da compatibilidade*.

Limitada aos simples fenômenos mecânicos, chama-se-lhe ainda *lei do movimento relativo*, ou *lei da relatividade*. Donde confusão dêste com o 1° princípio de Filosofia Primeira, a *lei das hipóteses*, que é a verdadeira *lei da relatividade*. E' dessa confusão que resulta a pretensão de proclamar-se o algebrista Einstein como o sábio que descobriu a *lei da relatividade*, quando a descoberta dessa lei das leis cabe a Augusto Comte. Einstein pretende apenas ter modificado a lei mecânica do movimento relativo, a qual êle, como os autores alemães, denominam — *lei da relatividade*. A noção relativa de espaço e de tempo, que se atribue ao sientista germânico, há muito está contida no princípio universal de Augusto Comte, proclamado em 1817 — *tudo é relativo; eis o único princípio absoluto* — tornado a lei das hipóteses, a lei-mãe de Filosofia Primeira. O espaço e o tempo absoluto, depois de Augusto Comte, só continuaram a ser admitidos pelos sientistas eivados de espírito metafísico. E como formam êstes a grande maioria, que não conhece ou não quer conhecer Augusto Comte — tal o próprio Einstein — a êles e a tôda gente parece que foi o algebrista tudesco quem realizou a derrocada das duas concepções absolutas, quando aliás as cogitações espaciaes e temporaes de Einstein estão ainda mescladas do espírito absoluto, revelado especialmente na confusão que faz entre o objetivo e o subjetivo, o concreto e o abstrato. Como quer que seja, o que importa ao nosso estudo é assinalar que são princípios distintos a *lei da coexistência*, que acabamos de estudar, e a *lei da relatividade*, que primeiro estudámos.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 14ª

A Lei da Mutualidade

Podem os corpos ser encarados sôb dous aspetos: como seres isolados uns dos outros, ou como agindo real, ou virtualmente, uns sôbre outros. No primeiro caso, supõe-se nenhuma dependência existir entre êles; no segundo, consideram-se-lhes as relações recíprocas.

O conjunto dessas relações constitue a mutualidade. Estudando-as, Augusto Comte formulou a lei que a regula, generalizando o teorema descoberto por Newton para o caso especial da reciprocidade mecânica. Enunciou-a o Filósofo nêstes termos:

Existe por tôda a parte uma equivalência necessária entre a reação e a ação, se a intensidade de ambas fôr medida conforme a natureza de cada conflito.

Por afirmar que a reciprocidade das fôrças é caraterizada pela sua equivalência, a *lei da mutualidade* chama-se tambem *lei da equivalência*. Foi dada a primeira denominação por Teixeira Mendes (?) e a segunda por Pierre Laffitte.

Para nos convencermos da lei da equivalência, basta examinarmos, de relance, os conflitos da matéria morta e viva, dos corpos brutos e organizados, dos seres físicos, vitaes, sociaes e moraes ou psíquicos.

Entre os fenômenos físicos, o choque e o atrito demonstram imediatamente o princípio.

Se tomarmos duas esferas iguaes, compostas da mesma matéria, animadas de velocidades diferentes e as impelirmos, em condições favoráveis, uma sôbre outras, as esferas depois do choque continuam a mover-se, mas com as velocidades trocadas, o que quer dizer que a ação de uma determina sôbre a outra reação igual e contrária.

Se atritarmos sôbre uma superfície outra superfície — um retalho de pano sôbre um pedaço de madeira, por exemplo — verificamos que se desenvolve entre elas certa quantidade de calor, a qual, se fôr medida convenientemente e comparada com a do esfôrço empregado, revelará que há equivalência entre as duas grandezas, de sorte que a ação calorifica é igual e contrária à ação mecânica.

O mesmo verificaremos se se comparar o calor desprendido com a eletricidade que êle produza. Em geral, o estudo comparativo das fôrças fisicas mútuas leva sempre à mesma conclusão: equivalência das ações recíprocas.

Não menos explícitos os resultados provenientes dos conflitos vitaes.

Basta considerar a troca de operações entre o mundo vivo e o mundo inorgânico. De um lado, a ação do Sol, do ar, da água, do solo sôbre as plantas e os animaes, e do outro, a reação das plantas e dos animaes sôbre o meio sólido, líquido e gazoso, quer terrestre, quer celeste.

Assim, por exemplo, sôb a influência da luz solar, as plantas por suas partes vêrdes decompõem o gaz carbônico do ar, assimilando carbono e desprendendo oxigênio; há, pois, de um lado a ação do ar sôbre a planta, e do outro, da planta sôbre o ar. Se se medem as duas ações, verifica-se ainda uma vez que a quntidade de carbono com que o ar age sôbre a planta, sôb a influência da luz, corresponde à do oxigênio com que a planta reage sôbre o ar.

Póde dizer-se que a vida, consistindo essencialmente no duplo movimento de absorpção e de exhalação entre o organismo e o meio, não é mais do que a ação recíproca de um sôbre outro, que esta

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

ação, devidamente estudada, comprova sempre a equivalência dos atos em conflito.

Não menos verdadeira é a equivalência entre as ações e reações sociaes. A história da Humanidade sobejamente o prova. Em tôdos os logares e em tôdas as épocas observa-se perenemente que há uma relação de igualdade, ou melhor de equivalência, entre as tiranias e as revoluções. Para não citar numerosos outros casos, basta recordar a reação sangrenta da burguezia franceza contra os algozes da aristocracia e da realeza, e a reação desabalada do proletariado russo contra o despotismo do regímen czarista. São exemplos típicos da lei da mutualidade nos conflitos sociaes essas duas revoluções: a Revolução Franceza e a Revolução Russa. Não tivesse havido a ação tirânica dos opressores, não teria havido a reação desordenada dos oprimidos.

Na vida moral ou psíquica, ainda a mesma lei. Quando a alma ofendida revida a ofensa, ora invocando o poder social para punir o ofensor, ora tomando por si mesmo a desforra, observa a regra invariavel da reciprocidade: exerce reação equivalente à ação.

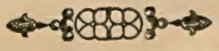
A cada passo, em tôdas as manifestações da vida social ou psíquica, como em tôdas as fases da existência cósmica, sempre se nos depara a realização do grande princípio. A só diferença a notar é que a equivalência matemática, precisa, das ações e reações, nem sempre se pode determinar, dada a natureza muito complexa das fôrças em causa.

Assim, num conflito social ou moral é difícil, senão impossivel, avaliar numéricamente a intensidade das ações e reações, ao passo que num conflito mecânico calcula-se cóm a mássima precisão a grandeza dos atos recíprocos. Mas a falta de precisão não tira o caráter de certeza à lei da reciprocidade. Em tôdos os casos, dêsde os mais simples até os mais complicados, há sempre um *coeficiente*, real ou virtual, que mede com mais ou menos precisão a intensidade dos conflitos.

Assim como o esfôrço empregado para elevar certo peso a certa altura, corresponde a determinada quantidade de calor, e constitue o *equivalente mecânico* do calor; certo esfôrço do organismo vegetal, animal, social ou individual, reagindo a certa ação de qualquer fenômeno, constitue o *equivalente orgânico* dêsse fenômeno.

Na sua fórma mais acabada e precisa, a lei da mutualidade reduz-se a determinar os coeficientes das ações recíprocas; achar os equivalentes que definem numéricamente a intensidade dos conflitos.

Mas *precisa* ou não, é sempre *certa* a relação de equivalência entre as ações e reações, qualquer que seja a natureza dos conflitos. E' sempre verdadeira a lei da mutualidade, ou 12° princípio de Filosofia Primeira. (4).



(4) Construídas pelo cérebro, como tôdas as outras, possuindo o cunho da subjetividade, as leis da persistência, da coexistência e da mutualidade, são, entretanto, essencialmente objetivas, porquanto não regulam atributos internos, operações do entendimento, mas fatos externos, fenômenos do mundo. São as mais objetivas da Filosofia Primeira. Êsse caráter de objetividade resalta imediatamente do seu enunciado, por onde se vê que elas regem o equilíbrio, a compatibilidade e a ação recíproca dos seres exteriores, através das propriedades que os definem. Por isso mesmo, na sua fórma primitiva, quando eram apenas teoremas fundamentaes da mecânica racional, do estudo

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 15ª

A Lei da Conciliação

A contemplação da natureza morta ou da natureza viva, leva-nos a conceber o mundo como constituído de seres que se movem. Tudo em tôrno de nós é existência e movimento.

Existência é o conjunto dos fenômenos que definem cada ser suposto parado, sem se deslocar, sem mudar de situação.

Movimento é o fenômeno da deslocação dos seres.

Por aí vê-se logo que o movimento depende da existência. Podemos conceber, por abstração, existência sem movimento, e nunca movimento sem existência. Mas realmente as duas propriedades universaes coexistem sempre.

Quando supomos o côrpo parado, nem por isso deixa êle de estar ligado a movimentos de outros corpos, quer produzidos pela deslocação de elementos que o constituem, quer pela de outros côrpos que o contéem.

Assim, a estátua de mármore que contemplamos na sala de um museu, aparentemente parada, participa do movimento geral da Terra em redor do Sol e do mais geral do Sol para a constelação de *Hércules*, ou para a estrêla *Véga*, da *Lira*. E, sujeita ás ações da gravidade, do calor, da luz e de outros agentes físicos, as suas moléculas movem-se tambem sôb a aparente fixidez da massa inteira da figura.

A realidade é, portanto, existência e movimento.

Qual é, pois, a relação que entre êsses fenômenos existe?

Qual a lei que os regula?

E' o princípio da conversão, a lei da conciliação, descoberta por Augusto Comte e antevista por D'Alembert para o caso especial da existência e do movimento mecánicos.

Enunciou-a o Filósofo nestes têrmos:

Subordinar por tôda a parte a teoria do movimento à da existência concebendo tôdo o progresso como o desenvolvimento da órdem correspondente, cujas condições quaesquer regem as mutações que constituem a evolução.

A demonstração do grande princípio resulta da apreciação dos fenômenos cósmicos, vitaes, sociaes e moraes ou psíquicos.

Tôdos os seres de que são manifestações êsses fenômenos, experimentam mutações, as quaes se chamam *transformação*, quando se referem aos atributos físicos; *desenvolvimento*, as referentes às propriedades vitaes; *evolução*, se se relacionam aos fatos sociaes; *aperfeiçoamento* ou *progresso*, se peculiares aos predicados moraes ou psíquicos.

---

sistemático do movimento, receberam a denominação que lhes deu Augusto Comte, de *leis físicas*, isto é, leis concernentes à natureza cósmica, relativas ao mundo.

A harmonia dessas leis é, talvez, a mais completa que reine entre os têrmos de cada uma das cinco séries ternárias em que se subdivide a Filosofia Primeira; pois tôdas se prendem a fenômenos inteiramente ligados, ao concurso de fôrças que persistem, coexistem e se comunicam, sejam cósmicas, ou vitaes, sociaes, ou psíquicas.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

Tôdas essas mutações estão sujeitas a leis, conhecidas ou desconhecidas, que revelam sempre a constância no meio das variações, quer se trate dos casos normaes quer dos casos anormaes, isto é, dos fenômenos regulares ou dos que resultam de alterações na intensidade dêles. E' o de que tratam a 2ª e a 3ª lei da Filosofia Primeira.

Sujeitos os seres, inorgânicos ou orgânicos, a fôrças interiores, estas obedecem tambem à 12ª lei de Filosofia Primeira. De sorte que cada ser quando se desloca, experimenta imediatamente a ação das três leis universaes: *a lei da imutabilidade*, a *lei da modificabilidade* e a *lei da mutualidade*.

Mas não é só. Apreciando a passagem dos seres de uma a outra situação, observa-se que não permanecem inteiramente fixos. Compostos de elementos ligados, constituindo o que se chama *sistema*, os corpos brutos ou organizados não se deslocam sôb a ação imediata das fôrças exteriores que agem sôbre êles, mas sôb a influência da resultante dessas com as fôrças interiores. De sorte que o movimento efetivo supõe a anulação de ações e reações internas; depende da harmonia, do equilíbrio dêsses movimentos recíprocos.

Com efeito, dadas diversas massas suspensas numa haste que as ligue, formando um *sistema*, e imprimindo-lhes vários movimentos, não se movem elas segundo os movimentos impressos mas conforme os que resultam dêles e dos determinados pela ação mútua das massas ligadas; de sorte que o movimento efetivo do sistema — a haste com as massas suspensas — difere do movimento primitivo impresso aos seus elementos, de uma quantidade constituída por movimentos interiores que se neutralizam, fôrças que se equilibram. Portanto, o movimento total do sistema sôb a ação das fôrças exteriores é condicionado pelo equilíbrio das fôrças interiores; deste equilíbrio depende aquêle movimento. Cada sistema póde assim ser transformado passando de uma a outra situação, estabelecendo condições de equilíbrio de seus elementos; a sucessão fica dependendo da simultaneidade; o movimento da existência.

Outro exemplo.

Uma barra de ferro sôb a ação do calor sofre uma *dilatação* que não resulta da totalidade do calor absorvido mas da diferença entre êste e o destinado ao *aquecimento* do côrpo. E' o primeiro, *o calor latente* e o segundo, *o calor sensivel*. De sorte que o movimento, a dilatação da barra, é simultaneo à modificação da existência, da barra alterada pelo aquecimento. Não passa de uma situação a outra o côrpo considerado, sôb a influência total da fôrça exterior que sôbre êle age — o calor — mas sôb a influência apenas de uma parte dessa fôrça e experimentando simultaneamente a alteração do aquecimento causada pela outra parte. Verifica-se então que a dilatação e o aquecimento estão sujeitos não só à lei da imutabilidade e da modificabilidade (as leis que no caso regulam de per si os fenômenos de dilatação e aquecimento), mas ainda que há uma razão constante entre o calor sensivel e o calor latente, determinando a estabilidade das mutações. O côrpo muda de volume mas nessa mudança os seus elementos, os elementos do sistema, embora não se conservem fixos, mudem tambem pelo aquecimento, guardam contudo um estado de equilíbrio térmico que é o que muda sucessivamente, transformando a barra contraída na barra dilatada. A sucessão dos fenômenos de dilatação harmoniza-se com a simultaneidade dos fenômenos de aquecimento; permanece a estabilidade no meio da instabilidade, concilia-se o equilíbrio com o movimento.

Passando dos físicos aos vitaes, ainda mais patente se nos apresenta o princípio da estabilidade.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

Os organismos são sistemas em que os elementos se acham intimamente ligados, de tal sorte que a sua mudança de posição, nem de leve implica a fixidez mas a mudança simultanea das partes sem alterar a unidade do tôdo. O desenvolvimento dos corpos organizados, como a transformação dos corpos brutos, não lhes altera a constituição.

Se tomarmos um ser vivo, vegetal ou animal, vemos que tôdos os elementos que o constituem no estado adulto, se acham em gérmen no embrião, no estado inicial dêles. Através de tôdas as fases que atravessa o organismo de um estado a outro, manifesta-se o duplo movimento intestino e contínuo que carateriza a vida. A só diferença provém de que essa vida é menos intensa no primeiro do que no último estado, no embrião do que no adulto, na organização mais simples do que na mais complicada. Uma é função da outra; ambas existem simultaneamente ligadas em cada estado e em tôdos os estados por que passa o organismo.

Em qualquer dos estados, embrionário ou adulto, e nas fases intermediárias, permanece a unidade do ser, tanto mais acentuada quanto mais elevado fôr êle na escala dos organismos. O que quer dizer que a passagem de um a outro estado se faz sem alterar a harmonia dos elementos; de sorte que o desenvolvimento do organismo se harmoniza com o equilíbrio dos órgãos, o movimento se concilia com a existência.

Como os vegetaes e os animaes, a sociedade muda de situação no espaço, move-se; e como êles e mais do que êles, os seus elementos constituintes guardam nessa mudança invariavel harmonia, apesar de tôdas as variações que experimentam no seu contínuo movimento.

Assim, no meio de tôdas as modificações por que tem passado através dos tempos, conserva-se essencialmente a estrutura social, constituída pelos seus elementos fundamentaes: a propriedade, a famílía, a linguagem, o govêrno e o sacerdócio. Em tôdos os lugares e em tôdas as épocas, dêsde que haja animaes vivendo em sociedade, especialmente o hômem, encontra-se, sôb várias fórmas, êsses elementos basilares da existência coletiva. Podem ser embrionários, como nas coletividades prehistóricas do passado e nos selvagens do presente, ou adultos, como nas sociedades modernas, em tôdas encontram-se os mesmos elementos; a única diferença está no gráo de desenvolvimento de cada uma. De sorte que, apreciado êsse desenvolvimento, nota-se que êle consiste apenas nas variações do estado de equilíbrio que define cada elemento fundamental da sociedade. A sequência dêsses estados é que carateriza o desenvolvimento do organismo social; é ela que constitue a *evolução*.

Assim, mais uma vez a sucessão é uma série de simultaneidades; a mutação concilia-se com a fixidez; a variação com a harmonia; o movimento com a existência.

Com os seres moraes, que formam as espécies superiores, principalmente a espécie humana, os hômens, considerados então não mais como seres animaes ou seres sociaes, mas como indivíduos, isto é, animaes que sofreram não só a influência do meio físico, como tôdos os entes vivos, mas tambem a ação do meio social, como ser coletivo, ainda uma vez verifica-se a conciliação do movimento com a existência.

Efetivamente, o hômem individual sofre espontanea e sistemáticamente a influência do meio social em que vive, tornando-se mais afetivo, mais inteligente, mais ativo, e transmite pela hereditariedade aos seus descendentes os aperfeiçoamentos adquiridos, de sorte que, após certo numero de gerações, parece haver quase um antagonismo completo entre o hômem primitivo, saído apenas da animalidade, e o hômem contemporaneo mais afastado dela. Mas a verdade é que,

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

percorrendo tôdos os gráos da evolução individual, mudando para melhor, aperfeiçoando-se, o hômem moderno é estruturalmente o mesmo hômem primitivo, apenas aperfeiçoado; tôdas as mutações se fizeram harmônicamente; o movimento moral, o aperfeiçoamento, combina-se, concilia-se com a existência, com o equilíbrio moral.

Como o conjunto das simultaneidades, das harmonias, dos equilíbrios, que definem as existências nos seus vários estados através do tempo, constitue a órdem — a órdem física, a órdem vital, a órdem social, a órdem moral — e a sucessão dessas simultaneidades, dessas harmonias, dêsses equilíbrios, o movimento, o progresso — a lei da conciliação formula-se em síntese, dizendo que tôdo o progresso é o desenvolvimento da órdem.

Em resumo, contemplando tôdos os seres e as mutações que êles experimentam, no espaço e no tempo, verifica-se que os fenômenos de que são a séde estão sujeitos a duas órdens de variações: variações simultaneas interiores e variações sucessivas exteriores. Aquelas determinam estados de equilíbrio, e estas, as posições sucessivas desses estados; de sorte que as leis dinâmicas dependem das leis estáticas; toda mutação é uma série de equilíbrios; a sucessão é uma seqüência de simultaneidades; donde a conciliação do movimento com a existência. Não passa o primeiro senão de estados sucessivos da segunda; o progresso é realmente o desenvolvimento da órdem.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 16ª

A Lei da Classificação

A contemplação dos seres e dos fenômenos revelou ao hômem primitivo, como revela ao recem-nascido de hôje, a desórdem, a confusão, o cáos. Só depois de um tempo mais ou menos longo é que a Humanidade, começando a fixar a atenção sôbre os objetos que a rodeavam, a notar-lhes as propriedades, começou tambem a distinguir entre êles certos aspetos que os aprossimavam ou os afastavam, uns dos outros, e principiou a formar grupos de objetos congraçados por atributos comuns.

Assim, estabeleceu dêsde logo a distinção entre o Céu e a Terra, entre as cousas do Céu, como o Sol, a Lua, as Estrêlas, e as cousas da Terra, como o Solo, a Água e o Ar. Em seguida notou outra distinção. Tanto no solo, como na água e no ar, há seres que se movem, que mudam de posição, e outros mais ou menos fixos, que só se deslocam por um impulso exterior. A rocha, o rio e a núvem são exemplos de cousas do solo, da agua e do ar que mostram a imobilidade ou a mobilidade espontanea dos seres: a rocha, imovel; o rio e a núvem, móveis. Para o observador primitivo são taes seres dotados da mesma mobilidade que o boi e o carneiro dos seus rebanhos, ou o milho e o trigo das suas seáras. Durante muito tempo não se distinguiram as duas mobilidades. Mas chegou afinal o dia de se perceber que o movimento do rio e da núvem não era como o do boi e do carneiro, do milho e do trigo; que o dos primeiros não dependia de nenhuma condição especial além da própria existência comum a qualquer ser da Terra, ao passo que o dos segundos resultava de condições só a êles peculiares, constituindo o que se chamou mais tarde a *organização* e a *vida*. Ficou então admitido que os corpos terrestres se bipartem em dous grandes grupos: corpos sem organização e sem vida — *os corpos brutos* — *os mineraes*, e corpos com organização e vida — *os corpos vivos*.

Notando-se após que entre os seres vivos, viviam uns presos ao solo, à água e ao ar, renovando a sua existência com os elementos tirados exclusivamente do meio sólido, líquido ou gazoso da Terra, ao passo que outros se mantinham quase exclusivamente de elementos fornecidos pelos primeiros — formou-se a distinção entre os seres vivos, separando-os em dous grupos: os que subsistem a custa da matéria morta — *os vegetaes*, e os que subsistem a custa da matéria viva — *os animaes*. Constituiu-se assim a série ternária, *mineraes*, *vegetaes*, *animaes*.

Mais tarde, verificou-se ainda que entre os últimos havia alguns, como os macacos e as aves, que viviam mais ou menos associados, formando organismos coletivos, que lembravam a vida do ser dos seres, daquêle que até então se julgava um ente a parte, para quem tudo fôra creado pelos deuses — o Homem, a Humanidade. Foram então aqueles organismos coletivos elevados à categoria de humanidades abortadas, e destacou-se do grupo dos animaes, outro mais diferenciado, o das *sociedades*, incluindo-se o hômem entre os animaes sociáveis e constituindo-se os seres vivos sociaes, como já havia os seres vivos vegetaes e os seres vivos animaes.

Por último, os animaes componentes dos seres vivos coletivos experimentando com o tempo a ação da existência social, formaram nova modalidade da existência vital — a *vida individual*, a existência

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

moral, peculiar ao hômem, e aos animaes superiores que mais intimamente se lhe assemelham. De sorte que do grupo dos seres coletivos, destacou-se o dos seres individuaes.

Completou-se a série dos seres: *mineraes, vegetaes, animaes, sociedades, indivíduos.*

Estudando os corpos brutos e os corpos vivos, distinguem-se entre êles os que por mais que se decomponham dão sempre a mesma substância, como o ouro, a prata, o ferro, o cobre, o estanho, o zinco, e outros que decompostos produzem substâncias diferentes, como o bronze, o latão e o sal, compostos, o primeiro de cobre e estanho, o segundo de cobre e zinco, e o terceiro de sódio e cloro. Taes são ainda, entre os primeiros, o hidrogênio, o oxigênio, o azoto, o carbono, e entre os segundos a água, o ar, o alcool, o assucar, a uréa. Formam os primeiros, o que se chamou *corpos simples*, e os segundos, *corpos compostos*. São todos êles o fundamento comum de tôdos, ou quase tôdos os grupos de seres, inorgânicos ou orgânicos, brutos, ou vivos.

Ao par da sucessão dos seres ficou tambem constituída a série dos fenômenos.

Emquanto os mineraes revelam aos sentidos imediata ou mediatamente os atributos matemáticos de número, extensão e movimento; os físicos de pêso, calor, luz, som, eletricidade, magnetismo, cheiro e sabor; os químicos de composição e decomposição, nenhum dêles possue organização e vida. Estas propriedades só aparecem nos vegetaes e nos animaes.

Quanto à sociedade, é predicado exclusivo dos animaes superiores, e a moralidade é apenas peculiar ao hômem individual e a animaes superiores que lhe são intimamente ligados.

Há pois uma seqüência de propriedades paralela à cadeia dos seres. A' série — *mineraes, vegetaes, animaes, sociedades, indivíduos*, — corresponde a série — *número, extensão, movimento, pêso, calor, luz, som, cheiro, sabor, eletricidade, magnetismo, composição, decomposição, organização, vegetalidade, animalidade, socialidade, moralidade.*

Examinando agora o resultado dessa elaboração secular da Humanidade, verifica-se ainda que, objetivamente, isto é, em relação ao *objeto* examinado, os seres mais geraes são os *mineraes* e os mais especiaes, os *indivíduos;* e subjetivamente, isto é, em relação ao *sujeito*, que examina, é o contrário, os mais geraes são os *indivíduos* e os mais especiaes os *mineraes.*

Com efeito, "a generalidade objetiva — como diz Pierre Laffitte — constitue-se por 3 carateres: 1.° a extensão da propriedade a um número de seres mais consideravel; 2.° o número maior ou menor de condições necessárias à produção do fenômeno; 3.° a constância maior ou menor, ou a variedade mais ou menos consideravel do fenômeno."

Ora, as propriedades peculiares aos mineraes, aos corpos brutos são comuns a tôdos os seres; as condições da sua existência, independentes das que se exigem para a de outros seres, como os corpos vivos, ao passo que as destes dependem daqueles: qualquer ser vivo tem pêso e calor, como um corpo bruto, mas um corpo bruto não precisa de organização para existir; finalmente, os carateres dos mineraes são muito menos acentuados que os dos seres vivos: é mais facil distinguir imediatamente, à simples vista, um animal de outro, que um mineral de outro mineral; um cão de um gato, que o sal de cozinha, do sal amargo.

Assim, objetivamente, são os mineraes os mais geraes dos seres e as propriedades que revelam, as mais geraes das propriedades.

Quanto à generalidade subjetiva, carateriza-se pela coexistência no ser das propriedades que condicionam a existência do sujeito, do

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

hômem, da Humanidade. Donde o ente humano, o hômem individual, o indivíduo, ser subjetivamente o mais geral dos seres, e o mineral, o menos geral de tôdos.

De fato, o hômem individual possue qualidades moraes e sociaes, vida, atributos físico-químicos, movimento e fórma, existência numérica; é o resumo do mundo, o *microcosmo*, como lhe chamava a sabedoria teocrática; nenhum ser possue êsse gráo de generalidade subjetiva; emquanto o mineral se limita a manifestar os predicados inferiores de composição e decomposição, eletricidade, magnetismo, cheiro, sabor, som, luz, calor, pêso, movimento, fórma e numero. E' o menos geral de tôdos, sob o ponto de vista subjetivo.

Assim tambem, sôb o aspecto subjetivo, as propriedades moraes são as mais geraes e as físicas as menos geraes de tôdas as propriedades.

Do exame dessa distribuição dos grupos de seres e de fenômenos, que a Humanidade foi realizando dêsde os seus primórdios até hôje, Augusto Comte, o supremo intérprete do Grande Ser, induziu a lei correspondente, a lei da jerarquia, a lei da classificação, cujo enunciado resume a sumária exposição que acabamos de fazer:

Toda classificação positiva procede segundo a generalidade crescente ou decrescente tanto subjetiva como objetiva.

Descoberta a lei, a sua adaptação a tôdos os casos possíveis dá-lhe o caráter mais de regra que de lei. Daí a fórma do seu enunciado.

Mas lei ou regra, é um princípio universal que regula tôdas as classificações de seres e fenômenos: naturaes ou artificiaes, teóricas ou práticas, sientíficas ou industriaes.

Imaginando-a aplicada em tôda a sua plenitude, póde formar-se a escala completa de tôdos os seres e de tôdos os fenômenos, abrangendo tôdos os gráos possíveis dêsses seres e dêsses fenômenos.

A lei da classificação é, por assim dizer, essencialmente universal, porque se aplica às mais altas como às mais rudimentares cogitações do espírito; às mais grandiosas como às mais humildes operações da atividade; às mais sublimes como às mais grosseiras manifestações do sentimento. A cada passo na vida temos ocasião de aplicá-la para substituir a confusão e a desórdem pela regularidade e pela órdem. E' uma das mais belas descobertas do gênio universal de Augusto Comte.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 17ª

A Lei do Intermediário

A contemplação dos seres e dos fenômenos que levou à descoberta da lei da classificação, levou tambem ao achamento do princípio complementar de que tôda classificação se reduz essencialmente a uma série ternária. Pode acontecer que de fato se componha de maior número de têrmos; mas, apreciando-os minuciosamente, verifica-se que tôdos se condensam em três.

Assim instituiu a Humanidade vários grupos de progressões de três termos. Entre êles destacam-se alguns que são peculiares a tôdos os seres e a tôdos os fenômenos, como os que se seguem:

Terra — Agua — Ar;
Sólido — Líquido — Gaz;
Mistura — Dissolução — Combinação;
Mineral — Vegetal — Animal;
Família — Pátria — Hmanidade;
Coração — Espírito — Caráter;
Linha — Superficie — Volume;
Passado — Presente — Futuro.

Examinando-os, vê-se que, além de obedecerem à lei de classificação, porquanto se sucedem na órdem de generalidade crescente ou decrescente, tanto subjetiva como objetiva, ainda oferecem o caráter constante da ternariedade.

Com efeito, tôdos êles formam séries de três têrmos, em que o segundo é objetivamente menos geral e subjetivamente mais geral, que o primeiro, e objetivamente mais geral e subjetivamente menos geral que o terceiro.

Vejamo-lo.

A *água* é menos geral objetivamente que a terra, porque flue sôbre a terra, que sem terra não há água; e há terras sem água — os desertos; e mais geral subjetivamente, porque o hômem, o *sujeito*, depende mais da *água* que da *terra;* suporta mais a fome que a sêde. E o *ar* é ainda mais geral subjetivamente que a *água*, porquanto o *sujeito*, o hômem, póde viver mais sem água do que sem ar, sem beber do que sem respirar. Objetivamente é o contrário. O ar é o menos geral, já que sem êle se pódem realizar fenômenos que não dispensam a terra e mesmo a água; taes a eletricidade e a luz. A existência de planêtas como a Lua, que não téem *água* nem *ar* e são apenas *terra*, comprova plenamente a verdade da sucessão ternária: *terra — água — ar*.

O *líquido* é mais geral que o *sólido*, sôb o aspeto subjetivo, porquanto concorre mais no hômem, no *sujeito*, que o *sólido*, e menos geral objetivamente, porquanto na Terra há mais sólidos que líquidos. Observa-se o mesmo com relação aos gazes. A massa gazoza é objetivamente ménos geral que a massa líquida, porque há no mundo mais líquidos do que gazes; mas subjetivamente é mais geral porquanto o hômem, o sujeito, depende mais do elemento gazoso que do líquido; mais do ar, que da água.

Os diversos gráos de união material — *mistura, dissolução, combinação* — constituem nôvo exemplo da série ternária.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

A *mistura* é a união material em que os elementos componentes conservam a sua natureza específica, formam um tôdo heterogeneo. Exs.: a união, nas condições ordinárias, de farinha e assúcar, de azeite e vinagre, de enxôfre e ferro.

A *dissolução* é a união material em que os elementos componentes conservam a sua natureza específica, formam um tôdo heterogeneo, mas guardam entre si um limite superior, além do qual cessa a união. Exs.: a união de *água e assúcar*, de *água e sal*, de *água e ar*.

A *combinação* é a união material em que os elementos componentes perdem a sua natureza específica, formam um tôdo homogeneo e guardam entre si dous limites, aquem ou além dos quaes cessa a união, ou conservam proporções definidas. Exs.: a união de dous volumes de hidrogênio e 1 de oxigênio, para formar a *água;* de 1 de cloro e 1 de sódio para formar o *sal de cozinha* ou *clorureto de sódio;* de 1 de enxôfre e 2 de oxigênio, para formar o *gaz sulfuroso;* de 12 de carbono, 11 de hidrogênio e 11 de oxigênio para formar o *assúcar ordinário*, de 4 de carbono, 6 de hidrogênio e 2 de oxigênio para formar o *álcool ordinário;* de 20 de carbono e 16 de hidrogêneo para formar a *essência de terebentina.*

Por essas definições dos três têrmos da série — *mistura, dissolução, combinação* — vê-se logo que o segundo é mais geral objetivamente que o terceiro, e menos do que o primeiro, porque a sua existência depende de menos condições e abrange maior número de casos que o seguinte, e depende de mais condições e abrange menor número de casos que o precedente. Subjetivamente é o contrário. A *dissolução* é mais geral que a mistura e menos que a *combinação*, por que no hômem, no sujeito, coexistem mais combinações que dissoluções, e mais dissoluções que misturas.

A maior generalidade subjetiva da vegetalidade com relação à mineralidade, é por assim dizer intuitiva: basta lembrar que o *vegetal* é um ser vivo como o homem, ao passo que o *mineral* não tem vida. E a da animalidade relativamente à vegetalidade resulta logo da circunstância de que no *animal* concorrem elementos peculiares ao hômem e que não tem o vegetal — os nêrvos e os músculos. Quanto à generalidade objetiva, a do têrmo médio é menor que a do precedente e maior que a do seguinte, porque o *mineral* é comum ao vegetal e ao animal, ao passo que a organização e a vida não se encontram nos mineraes e são comuns aos vegetaes e aos animaes; e o sistema nervoso e muscular são peculiares apenas aos animaes.

A *família* é o ser coletivo comum a tôdos os animaes sociáveis, ao passo que a *pátria* e a *humanidade* só surgiram na espécie humana e mais especialmente nos povos superiores. Objetivamente é pois a *pátria* ser menos geral que a *família*, e mais geral que a *humanidade.* Subjetivamente é o oposto. A *humanidade* é o mais geral de tôdos os seres, porque a tôdos resume, condensando em si mesma os atributos de tôdos. E' a pátria das pátrias, a família universal.

O *coração*, o sentimento, é o primeiro predicado do hômem individual .Estimulando o espírito, a inteligência, é dêle que dependem as idéas, bôas ou más, conforme o impulso sentimental fôr bom ou máo. De sorte que é o *coração* mais geral objetivamente que o *espírito*. E como as ações dependem das idéas estimuladas pelos sentimentos, o *caráter*, fonte da ação, é o menos geral dos atributos humanos, sôb o aspeto objetivo, enquanto o *espírito* é menos que o *coração* e mais do que o *carater*.

Na órdem subjetiva, porém, dá-se o contrário. Concorrendo para a ação mediante o impulso do sentimento e as luzes da inteligência, o caráter é a função que se incorpora tôdos os predicados do indivíduo;

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

é portanto a função mais geral do sujeito, do homem, sôb o aspeto subjetivo.

Pela mesma razão segue-se-lhe na escala descendente, a do espírito, que se póde manifestar sem o caráter, e a do coração, que independe do espírito e do caráter. O têrmo médio, pois, o *espírito*, é objetivamente mais geral que o *caráter* e menos geral que o *coração*, e subjetivamente mais geral que o *coração* e menos geral que o *caráter*.

O *espaço* revela bem acentuadamente a série ternária com a sua divisão de espaço de 1 dimensão, ou *linha*, de 2 dimensões, ou *superfície*, e de 3 dimensões, ou *volume*.

A *linha* é, objetivamente, o mais geral e o *volume* o menos geral dos elementos do espaço, porque tôdos os seres e tôdos os fenômenos só têem realidade quando se apresentam pelo menos segundo uma dimensão; e porque o volume depende da totalidade das dimensões do espaço, de sorte que há seres e fenômenos que por sua inacessibilidade, quanto à tríplice extensão, não podem ser apreciados senão quanto a uma ou duas delas, taes certos astros e atributos correspondentes. Quanto à *superfície*, pela sua composição de 2 dimensões, coloca-se naturalmente entre a *linha* e o *volume*, como menos geral que a primeira e mais geral que o segundo. Subjetivamente é o oposto que se verifica. O *volume* é o mais geral e a *linha* o menos geral dos elementos do espaço, porque a extensão tridimensional é que prevalece no hômem, no sujeito; seus orgãos, seus aparelhos, seus tecidos, mesmo as suas células são volumes, ainda que muitas vezes microscópicos; embora nêle se encontrem tambem elementos que se revelam apenas pelo cumprimento, como certas células. A *superfície*, por motivo análogo, é subjetivamente mais geral que a linha e menos geral que o volume.

A trindade cronológica é afinal outro exemplo decisivo da progressão ternária. O *passado* é o tempo mais geral, objetivamente, porque abrange número cada vez maior de relações de sucessão, estende-se o seu domínio sôbre seres e fenômenos que aumentam de dia para dia, e cuja realidade é atestada pelo número cada vez maior de gerações. O *futuro* é, sôb esse aspeto, o menos geral, porque se refere a entes e fatos apenas possíveis, que ainda não se tornaram objetos reaes. Quanto ao *presente*, é objetivamente menos geral que o passado, porque abrange menor número de objetos, e mais que o futuro, cuja objetividade é de tôdo inexistente. Sob o aspeto subjetivo, é o passado o menos geral, porque seus elementos, dependendo embora só do sujeito atual, tiveram existência objetiva anterior e o futuro o mais geral porque a sua existência é função exclusiva do sujeito. Quanto ao presente, é mais geral subjetivamente que o passado, porque o abrange e condiciona imeditamente a existência do sujeito, e menos geral que o futuro, porque só êste abraça tôdos os tempos, como produto do passado e do presente e só existe por que existe o sujeito.

Por tôdos êsses exemplos fica perfeitamente provado que os grupos de seres e fenômenos, além de sujeitos à lei da classificação, formam progressões ternárias. Tudo demonstra que se trata de séries de três têrmos, que em cada caso representam um tôdo que se triparte.

Aqui é o conjunto dos corpos brutos, o mundo inorgânico, que se divide em *terra*, *água* e *ar*, ou em *sólidos*, *liquidos* e *gazes;* depois, é a união material das substâncias assumindo as fórmas de *mistura*, *dissolução* e *combinação;* em seguida, é o mundo tôdo, a natureza

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

morta e a natureza viva, que se divide em *mineraes, vegetaes e animaes;* segue-se o mundo social, compreendendo a *família*, a *pátria* e a *humanidade;* após, a natureza humana, o mundo moral, distribuído em *coração, espírito* e *caráter;* finalmente o espaço, tripartido em *linha, superfície* e *volume*, e o tempo em *passado, presente* e *futuro*.

Em qualquer caso o têrmo médio depende do inicial, que lhe serve de fundamento, e do final que o remata ou limita.

A água depende do meio terrestre e aereo onde flue, fundando-se no primeiro e sendo limitada pelo segundo, que a fluidez aerea é o limite da fluidez aquosa.

O estado líquido depende do estado sólido, cuja coesão sofreu certo gráo de desagregação molecular, e do estado gazoso, que é o limite dessa desagregação.

A dissolução depende da mistura, porque é uma mistura em que a união se torna homogênea pela fixação de um limite superior de saturação; e da combinação, porque é esta uma dissolução que além de um limite superior possue um limite inferior de saturação.

O vegetal depende do mineral, porque a sua organização e a sua vida não subsistem sem o concurso das substâncias inorgânicas; e do animal porque este limita pela sua atividade a existência do vegetal.

A pátria depende da família, porque a pátria resulta do concurso das famílias sob um govêrno comum; e da humanidade, que lhe serve de limite, reduzindo a extensão do seu domínio a limitado grupo de hômens e terras, e ao mesmo tempo ligando a tôdos numa livre e fraterna união espiritual.

O espírito depende do sentimento, porque só êste inspira as idéas , e do caráter que realiza as ações, limitando as divagações do espírito.

A superfície depende da linha, que é um dos elementos da sua constituição, e do volume de que é limite.

O presente depende do passado, porque dêle provém, e do futuro, porque o limita segundo as leis deduzidas do passado.

Mas não é só a subordinação do têrmo médio aos dous extremos que se induz do exame das classificações ternárias, síntese de tôdas as classificações. Descobre-se tambem que o têrmo central liga o inicial ao final.

Se a sucessão dos três têrmos representa a marcha espontanea dos seres e fenômenos, a sua constituição sistemática implica o predominio final do têrmo intermediario sôbre os dous extremos.

Assim, o conhecimento sistemático da água só se completa depois do da terra e do ar; o dos líquidos, depois do dos sólidos e dos gazes; o da dissolução, depois do da mistura e da combinação; o dos vegetaes depois do dos mineraes e dos animaes; o da pátria depois do da família e da humanidade; o do espírito, depois do do coração e do caráter; o das superfícies depois do das linhas e do volume; o do presente, depois do do passado e do futuro.

Em resumo, a contemplação dos grupos distribuídos segundo a lei da classificação revela: 1°, que se distribuem essencialmente em séries ternárias; 2°, que em cada série o têrmo médio se subordina ao inicial e ao final e serve de laço entre êles.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

E' o que se contem na *lei do intermediário*, assim chamada por Pierre Laffitte, entrevista por Buffon, mas verdadeiramente descoberta por Augusto Comte, que a enunciou nêstes têrmos:

Todo intermediário depende dos dous extremos cuja ligação opera.

Como a lei do intermediário estabelece a continuidade entre os três têrmos da série — o médio, e os dous extremos — póde chamar-se tambem — *lei da continuidade* (5).

(5) Essencialmente objetiva a 5ª série ternária da Filosofia Primeira, embora menos que a precedente, a 4ª, a mais objetiva de tôdas. fórma essa 5ª série a legislação peculiar à sucessão dos grupos de seres e fenômenos, regulando-lhes a ligação, segundo a sua distribuição em séries, onde os atributos estáticos se conciliam com as propriedades dinâmicas, e em que cada têrmo se sucede numa certa órdem e se dispõe com determinado nexo. A lei da conciliação rege em cada ser a conversão do movimento em equilíbrio; a da classificação regula a sucessão dos seres e dos fenômenos; a do intermediário preside à sua conexão. A lei da conciliação é complementar da lei da mutualidade: pois a conversão do movimento em equilíbrio, supõe a equivalência das ações mútuas. A lei da classificação é tambem complementar da lei dos três estados: pois a seqüência das concepções, regulada pela lei da evolução mental, corresponde à distribuição dos fenômenos e dos seres segundo a lei da classificação. Por essas afinidades, acham-se mais diretamente ligadas, que quaesquer das outras, as três séries ternárias: a 3ª, a 4ª e a 5ª, isto é, as leis dinâmicas do entendimento (lei dos três estados mentaes, lei dos três estados ativos, lei dos três estados afetivos), as leis do movimento universal (lei da persistência, lei da coexistência, lei da mutualidade) e as leis da distribuição dos fenômenos e dos sêres (lei da conciliação, lei da classificação e lei do intermediário).

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOÇÃO 18ª

A Classificação das Sciências

Regulando a variação dos fenômenos, independentemente da sua categoria, a Filosofia Primeira é constituída por leis universaes, cuja aplicação aos fenômenos segundo a sua própria categoria, dá lugar à formação de leis especiaes menos abstratas que as primeiras, e que, com outras peculiares a cada grupo de propriedades, formam diversas siências particulares, como as primeiras constituem a siência geral.

A Filosofia Primeira é a síntese abstrata de tôda a órdem natural; abrange os princípios essenciaes a que obedecem o hômem e o mundo.

Do concurso dos dois — hômem e mundo — resulta imediatamente a formação das hipóteses. Contemplando o mundo e o hômem, forma-se a hipótese mais simples, mais simpática e mais estética de acôrdo com os dados adquiridos. Nessa fórmula revela-se logo a constância na relação e a variação na intensidde dos dados. Surge a noção da imutabilidade e da modificabilidade. Uma e outra dependem dos materiaes fornecidos pelo mundo e das combinações do espírito do hômem, e verifica-se que estas se subordinam áquêles; que as imagens são menos intensas que as sensações e que no tumulto daquelas há sempre uma preponderante, a imagem normal. Mas, operando sempre de acôrdo com a lei das concepções e as leis das imagens, o entendimento humano não é sempre o mesmo; varia apresentando três estados sucessivos; fictício, abstrato e positivo. O mesmo acontece com a atividade, primeiro conquistadora, depois defensiva, por último industrial, e com o sentimento que começa pelo apêgo domestico, continua com a veneração cívica e culmina com a bondade, a fraternidade universal. Por outro lado, o mundo mostra ao hômem que tôdos os estados de equilíbrio ou de movimento tendem a permanecer espontaneamente, assim como não se altera a constituição de qualquer sistema, quando experimenta mutações simultaneas comuns a tôdos os seus elementos, e ainda que existe sempre equivalência entre a ação e a reação. Verifica-se afinal que tôdo o progresso é o desenvolvimento da órdem; que tôda a classificação procede segundo a generalidade crescente ou decrescente, tanto subjetiva com objetiva; e que o intermediário sucede aos dous extremos cuja ligação opera.

Tôdos êsses princípios aplicam-se indistintamente aos corpos brutos como aos entes vivos, aos números como às virtudes, aos fenômenos físicos como aos predicados sociaes. aos seres individuaes como aos organismos coletivos.

O conhecimento de tôda essa órdem é devido à Humanidade. Sem o ser dos seres não o teriamos, embora pudesse ela existir independentemente dêle. Além disso, é a Humanidade que resume tôdos os seres e tôdos os fenômenos. Por isso mesmo conhecê-la é conhecer o mundo e o hômem. Tôda a siência, a siência integral é, pois, a siência da Humanidade.

Mas, como a Humanidade é, segundo a bela fórmula sociológica de Augusto Comte, *o conjunto contínuo dos seres convergentes*, e entre êstes cabe a primazia ao hômem, o estudo da Humanidade começa pelo estudo do hômem. Sendo o hômem um animal social, o seu conhecimento tem que ser precedido do da sociedade, do conhecimento dos seres coletivos. E como êstes se compõem de seres vivos e os seres vivos dependem dos fenômenos químicos e físicos, que nêles se realizam, para estudar a sociedade convem antes estudar a vida e as pro-

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

priedades especiaes e geraes dos corpos, manifestadas em suas fórmas menos complexas, nos corpos brutos. Essas propriedades revelando-se nos seus modos mais simples entre os astros, que só podem ser plenamente conhecidos pelo número, pela extensão e pelo movimento, é preciso estudar antes de tôdos esses atributos, os mais elementares e geraes de tôdos e que são os atributos matemàticos, base fundamental de tôdos os outros. Daí as sete siências especiaes em que se divide a siência geral da Humanidade:

1ª — Matemática: siência do número, da extensão e do movimento.
2ª — Astronomia: siência dos astros.
3ª — Física: siência das propriedades geraes da matéria.
4ª — Química: siência das propriedades especiaes da matéria,
5ª — Biologia: siência da vida.
6ª — Sociologia: siência da sociedade.
7ª — Moral: siência do hômem.

Essa divisão da Filosofia Segunda em 7 gráos, ou essa classificação das 7 siências especiaes, complementares da siência universal, que é a Filosofia Primeira, admite cinco outras disposições, formadas sucessivamente por grupos de 2, 3, 4, 5 e 6 siências.

I

2 Constituições binárias:

1.ª { Cosmologia (Matemática — Astronomia — Física — Química).
Sociologia (Biologia — Sociologia — Moral).

2.ª { Filosofia Natural (Matemática — Astronomia — Física — Química — Biologia).
Filosofia Moral (Sociologia — Moral).

II

3 Constituições ternárias:

1.ª { órdem Material (Matemática — Astronomia — Física — Quimica).
órdem Vital (Biologia).
órdem Humana (Sociologia — Moral).

2.ª { Leis Físicas (Matemática — Astronomia — Física — Química — Biologia).
Leis intelectuaes (Sociologia).
Leis Moraes (Moral).

3.ª { Lógica (Matemática).
Física (Astronomia — Física — Química).
Moral (Biologia — Sociologia — Moral).

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

III

2 Constituições quaternárias.

1.ª
- Cosmologia (Matemática — Astronomia — Física — Química).
- Biologia.
- Sociologia.
- Moral.

2.ª
- Par Inferior (Matemática — Astronomia).
- Par Médio (Física — Química).
- Par Superior (Biologia — Sociologia).
- Moral.

IV

1. Constituição quinária.

Matemática (Matemática e Astronomia).
Física (Física e Química).
Biologia.
Sociologia.
Moral.

V

1. Constituição senária.

Matemática (Matemática e Astronomia)
Física
Química
Biologia
Sociologia
Moral.

Em resumo, a jerarquia enciclopédica, ou a classificação das siências constitutivas da Filosofia Segunda, póde ser formada de 10 escalas, as únicas verdadeiramente importantes, que devem ser objeto de estudo.

1.ª Escala:

1 — Cosmologia.
2 — Sociologia.

2.ª Escala:

1 — Filosofia Natural.
2 — Filosofia Moral.

3.ª Escala:

1 — Cosmologia.
2 — Biologia.
3 — Sociologia.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

4.ª Escala:

1 — Cosmobiologia.
2 — Sociologia.
3 — Moral.

5.ª Escala:

1 — Lógica.
2 — Física.
3 — Moral.

6.ª Escala:

1 — Cosmologia.
2 — Biologia.
3 — Sociologia.
4 — Moral.

7.ª Escala:

1 — Matemáticastronomia.
2 — Físicoquímicâ.
3 — Biosociologia.
4 — Moral.

8.ª Escala:

1 — Matemáticastronomia.
2 — Físicoquímica.
3 — Biologia.
4 — Sociologia.
5 — Moral.

9.ª Escala:

1 — Matemáticastronomia.
2 — Física.
3 — Química.
4 — Biologia.
5 — Sociologia.
6 — Moral.

10.ª Escala:

1 — Matemática.
2 — Astronomia.
3 — Física.
4 — Química.
5 — Biologia.
6 — Sociologia.
7 — Moral.

Cada uma dessas escalas obdece à 14ª lei de Filosofia Primeira, ao princípio universal do classamento positivo, considerando-as no sentido direto ou inverso da sucessão dos seus gráos. Tôdas as siências que as compõem estão classificadas segundo a órdem de generalidade crescente ou decrescente tanto subjetiva como objetiva. E a escala que fórma a série didática, a que deve guiar o espírito na aquisição dos conhecimentos teóricos, é a escala setenária: Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia, Sociologia e Moral.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

Matemática — é a siência do número, da extensão e do movimento; estuda a medida indireta das grandezas.

Astronomia — é a siência matemática dos astros; estuda as leis do número, da extensão e do movimento em relação aos corpos celestes.

Física — é a siência das propriedades geraes dos corpos: gravidade, calor, luz, som, eletricidade e magnetismo, sabor e odôr.

Química — é a siência dos fenômenos de composição e decomposição das substâncias; estuda os atributos especiaes dos corpos.

Biologia — é a siência da vida; estuda as leis geraes da existência vegetal e animal.

Sociologia — é a siência da organização e da evolução da existência social.

Moral — é o estudo da natureza humana, do hômem individual: *teórica* — é a Psicologia, siência da alma, tratado do espírito humano, ou, melhor, do conjunto das funções do cérebro;*prática*, é a Moral, própriamente dita; institue o aperfeiçoamento da natureza humana, a educação do hômem.

Em cada uma dessas siências, como em tôda a siência, há que se considerar não só a *doutrina* como tambem o *método*.

Doutrina — é o conjunto das noções adquiridas pelo conhecimento das leis dos fenômenos. Método — é o conjunto dos processos por que se adquire o conhecimento dessas leis. A doutrina é o objeto da *siência* própriamente dita; o método é o objeto da *lógica*. E' um assunto inseparavel do outro, porque é pelo estudo das leis dos fenômenos que se sabem os processos para conhecê-las; é raciocinando que se aprende a raciocinar. Não se separa o método da doutrina, a lógica da siência.

Assim, pois, em cada uma das 7 siências predomina um processo especial de raciocínio. Na Matemática — a *dedução;* na Astronomia — a *observação;* na Física — a *experimentação;* na Química — a *nomenclatura;* na Biologia — a *comparação;* na Sociologia — a *filiação;* na Moral — a *construção.* Os 5 intermédios formam o processo geral — a *indução.*

Dedução — é o modo de raciocinar pelo qual se vae do geral ao particular, formando conclusões especiaes emanadas de proposições geraes.

Indução — é o modo de raciocinar pelo qual se vae do particular para o geral, achando o que há de constante na variedade dos casos.

Observação — é o modo de raciocinar pelo qual induzimos mediante a contemplação dos fenômenos, taes como se nos apresentam naturalmente, sem lhes introduzirmos nenhuma modificação.

Experimentação — é o modo de raciocinar pelo qual induzimos mediante a contemplação dos fenômenos artificialmente produzidos, introduzindo-lhes as modificações a apreciar.

Comparação — é o modo de raciocinar pelo qual induzimos mediante a contemplação de fenômenos semelhantes.

Filiação — é o modo de raciocinar pelo qual induzimos mediante a contemplação de fenômenos sucessivos.

Nomenclatura — é o modo de raciocinar pelo qual induzimos mediante a contemplação de fenômenos nominalmente assinalados.

Construção — é o modo de raciocinar pelo qual se aceitam ou se rejeitam proposições segundo a sua compatibilidade ou incompatibilidade com induções ou deduções anteriores. O chamado *método de redução ao absurdo* é um caso particular do método construtivo.

Tanto os 7 gráos siêntíficos como os 7 gráos lógicos podem ser condensados em 3.

A escala siêntífica reduz-se à Matemática ou Lógica; à Física — abrangendo a Física Celeste ou Astronomia, a Física Terrestre Geral, ou Física, própriamente dita, a Física Terrestre Especial ou Química;

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

— à Moral, compreendendo a Biologia, como preâmbulo, a Sociologia e a Moral propriamente dita, Moral Teórica ou Psicologia Positiva, e Moral Prática, como campo próprio.

A escala lógica condensa-se em dedução, indução e construção, porquanto os cinco gráos intermédios são modos diferentes do mesmo raciocínio indutivo.

Além disso, a doutrina e o método sientíficos exercem-se por 3 meios: os *sentimentos*, as *imagens* e os *sinaes*.

Sentimento — é o meio lógico pelo qual raciocinamos segundo as afeições que nos dominam.

Imagem — é o meio lógico pelo qual raciocinamos, combinando em nosso cérebro as representações diretas dos seres e dos fenômenos.

Sinal — é o meio lógico pelo qual raciocinamos, combinando em nosso cérebro representações indiretas dos seres e dos fenômenos.

Cada um dêsses meios lógicos predomina mais especialmente num dos gráos de cada uma das outras duas escalas. Assim há entre as três a seguinte correspondência:

Matemática — Dedução — Sinal;
Física — Indução — Imagem;
Moral — Construção — Sentimento.

Matemática é a siência da dedução; a dedução é o método da Matemática; o sinal é o meio da dedução; a dedução é a lógica do sinal.

Física é a siência da indução; a indução é o método da Física; a imagem é o meio da indução; a indução é a lógica da imagem.

Moral é a siência da construção; a construção é o método da Moral; o sentimento é o meio da construção; a construção é a lógica do sentimento.

Resumindo a classificação das siências, reproduzimos a seguir a sinopse em que Augusto Comte condensa as várias escalas sientíficas. destacando especialmente as de 5 e 7 gráos. E' o que ele chamou: jerarquia teórica das concepções humanas ou quadro sintético da órdem universal.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

DIVISÃO DOGMÁTICA

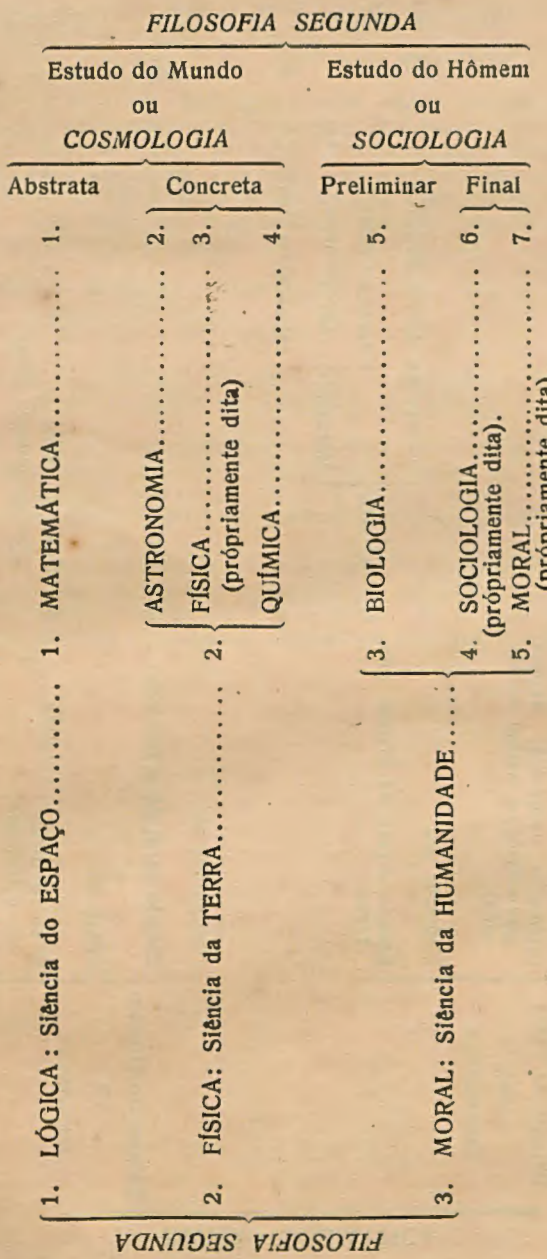
- **Estudo da Terra ou COSMOLOGIA**
  - *Abstrata*, ou
    - Estudo fundamental da existência universal..... 1. *MATEMÁTICA*..... 1.
    - (primeiro numérica, depois geométrica, e emfim mecânica).
  - *Concreta*, ou
    - Estudo direto da órdem material..... 2. *FÍSICA*
      - celeste ou ASTRONOMIA..... 2.
      - terrestre
        - geral ou FÍSICA..... 3. (própriamente dita)
        - especial ou QUÍMICA.. 4.
- **Estudo do Hômem ou SOCIOLOGIA.**
  - *Preliminar*, ou
    - Estudo geral da órdem vital.. 3. *BIOLOGIA*..... 5.
  - *Final*, ou
    - Estudo direto da órdem humana.
      - coletiva..... 4. *SOCIOLOGIA* ..... 6. (própriamente dita)
      - individual... 5. *MORAL* ..... 7.

DIVISÃO HISTÓRICA

- SIÊNCIA PRELIMINAR ou FILOSOFIA NATURAL (Órdem exterior)
- SIÊNCIA FINAL ou FILOSOFIA MORAL (Órdem humana)

Biblioteca Pública Bernardo Lafe

Depois de ter instituído a Filosofia Primeira, como preâmbulo sintético do dogma sientifico, Augusto Comte condensou afinal a Filosofia Segunda na série ternária a que já aludimos, e que se tornou preponderante sôbre tôdas as outras. Donde êste novo quadro, que resume e completa o anterior, e onde se destacam as escalas de 3, 5 e 7 gráos.



BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

POSFÁCIO

A Filosofia Primeira, que em sumarissimas noções acabo de expôr, como introdução ao estudo das siências especiaes, constitutivas da Filosofia Segunda, e a título de simples instrução, fórma parte integrante da doutrina universal que é o Positivismo. E' o preâmbulo sintético do dogma da Religião da Humanidade, dogma em que a teologia e a metafísica das outras religiões são substituídas pela siência.

Para evitar dúvidas e confusões, nunca é demais insistir em que a Religião da Humanidade nada tem de comum com as outras religiões, se dermos à palavra religião o sentido vulgar de sistema doutrinário tendo por fim explicar a orígem e o destino do hômem, mediante crenças mais ou menos fictícias num ou muitos deuses, numa ou muitas entidades, e a quem se dirigem manifestações cultuaes. A Religião da Humanidade, sôb êsse aspeto, é, por assim dizer, uma religião irreligiosa; é, como diz o próprio Fundador, a *religião dos que não téem nenhuma.* Constitue o prolongamento e o remate das religiões universalmente reconhecidas, a *religião da Família,* a *religião da Pátria,* tôdas mais ou menos proclamadas pelos próprios adeptos das religiões, própriamente ditas.

A Religião da Humanidade é simplesmente a coordenação da vida na Terra, tendo o *amor por princípio e a órdem por base*; *o progresso por fim* — segundo a fórmula que a resume. O seu culto é a sistematização das práticas espontaneas de veneração aos mortos, às relíquias, aos grandes hômens, às grandes instituições, aos grandes acontecimentos. A poesia ou arte, sob o tríplice aspeto — verbal, sonoro e plástico — é o meio de realizar no mais alto gráo essa adoração dos novos deuses, resumidos na suprema trindade: Espaço, Terra e Humanidade. O seu dogma é a siência: o conjunto das leis imutáveis que regem o mundo e o hômem. O seu regímen é a indústria: a ação total do hômem sobre o mundo. De sorte que tôdos os que não crêem mais em Deus ou nos deuses e se limitam à existência

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

terrestre — a única aliás em que *tôdos* acreditam sem discrepância, mesmo os que sonham com céus e infernos extraterrestres, vidas objetivas depois da morte — são aptos a aceitar a *religião irreligiosa, a religião dos que não têem nenhuma.* E estudando a Filosofia Primeira ficam preparados para estudarem a Filosofia Segunda e afinal tôda a Religião da Humanidade. Ainda que não realizem uma conversão radical, podem modificar suficientemente a opinião, de modo a evitarem os extravios do espírito, que tantos males têem causado e estão causando à sociedade, cada vez mais abalada pelo tumulto das idéas retrógrado-revolucionárias.

Chamando Religião ao Positivismo, Augusto Comte não lhe podia ter dado melhor denominação para exprimir o gráo de universalidade no espaço e no tempo da doutrina que sistematizou.

Com efeito, religião vem de religar, e religar quer dizer ligar duas vezes. Ora, a Religião da Humanidade tem por objeto ligar interiormente cada indivíduo, e ligá-lo exteriormente aos outros indivíduos, em nome de princípios sientíficos unânimemente aceitos. Logo é uma religião, uma religião sientífica, como o Catolicismo, o Islamismo, o Judaismo são religiões teológicas.

A diferença essencial entre a primeira e as últimas consiste apenas na doutrina que opera a dupla ligação. Nestas, é a teologia, naquela, é a siência.

Poderia a Religião Positiva ser chamada Síntese, para não ser confundida com as religiões teológicas, mas êsse têrmo é insuficiente, porque exprime sómente uma sistematização parcial, a da vida intelectual; ao passo que o Positivismo coordena a vida total — coração, espírito e caráter; abrange três coordenações parciaes — a dos sentimentos, a das idéas, e a dos atos; é ao mesmo tempo simpatia, síntese e sinergia. Por isso mesmo só o têrmo *religião,* na sua acepção independente de qualquer doutrina, fictícia ou real, pode qualificar perfeitamente a ideologia universal, a síntese das sínteses, o Positivismo.

Elemento dogmático da Religião da Humanidade, a Filosofia Primeira póde comtudo ser conhecida sem essa finalidade religiosa, mesmo por aquêles que professam religiões teológicas, como o Catolicismo. Se com elas são de tôdo incompatíveis certos princípios, como a *Lei dos 3 estados,* outros constituem teoremas perfeitamente conciliáveis com as idéas teológicas, como a *Lei da mutualidade*. Eis porque não duvidei lecioná-la à minha filha, criada e educada na Religião Católica, expondo-lhe lealmente os pontos em que as suas crenças não se podem harmonizar com as leis da siência universal, e ao mesmo tempo chamando-lhe a atenção

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

para os que não revelam o mesmo antagonismo, e mostrando sempre que a verdadeira unidade de opiniões sôbre os assuntos mais complexos da vida social e da vida moral, só a siência poderá conseguir no futuro, como no passado e no presente já o conseguiu em relação aos casos mais simples da existência terrestre. De sorte que só uma *religião sientífica,* seja ou não a sistematizada por Augusto Comte, poderá ser verdadeiramente católica, isto é, universal.

Parece-me que, usando dêsse contemplamento, dêsse relativismo na propaganda da instrução positiva, se faz obra de benefício social; contribue-se para tornar cada vez mais conhecido e amado o nome e a obra de Augusto Comte, embora não forme positivistas no sentido restrito do têrmo.

Como livre discípulo de Augusto Comte, e que não é, nem nunca foi membro de qualquer grêmio ou capela positivista — embora dispense a tôdos a simpatia que merecem os seus esforços coletivos, quaesquer que sejam as restrições que possa fazer, que realmente faça, ou tenha feito a êsses esforços — não cesso nunca de me conduzir na propaganda do Positivismo, segundo os dous preceitos ,proclamados pelo Divino Mestre:

Malgré soi on est de son siècle;
Conciliant en fait, infléxible en principe.

E' ainda a observância dêsses preceitos que explica o ensino positivista da Filosofia Primeira, à minha filha católica.

O meu nocionário filosófico póde servir tambem para despertar nos jóvens já emancipados, e vítimas das ideologias subversivas e reacionárias dos nossos tempos, o desejo de conhecerem e aprenderem o dogma positivo, e para inspirar-lhes respeito e admiração motivados pela obra integral de Augusto Comte.

Embora seja útil, como simples instrução do espírito, não se deve esquecer, entretanto, que a Filosofia Primeira, resumidamente condensada nêstes rudimentos, só produz tôdos os seus efeitos sociaes e moraes, quando ministrada como ensino religioso, como preâmbulo sintético do dogma positivo, parte integrante da Religião da Humanidade.

Reis Carvalho.

Rio de Janeiro, 5 de Dante de 143. / 20 de Julho de 1931.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOTA FINAL

Este livro é uma novidade sientífica. Primeiro, porque, embora instituídas por Augusto Comte, há mais ou menos 80 anos, as leis de Filosofia Primeira são quase desconhecidas do público e da maioria dos intelectuaes. Dêstes, a não ser os positivistas, poucos as conhecem. Segundo, porque o único livro até hôje publicado exclusivamente sôbre o assunto é o de Pierre Laffitte; não sei da existência de outro. O que há e tem havido são cursos oraes, não transformados em livros.

Entretanto, para a maioria letrada, e mesmo para respeitáveis e respeitados valores sientíficos da atualidade, que desconhecem ou mal conhecem a obra integral de Augusto Comte, o meu pequenino nocionário filosófico póde parecer assunto velho, aferido pelas chamadas novas criações da siência contemporanea, pelas proclamadas novas idéas sientíficas, surgidas depois de Augusto Comte.

E' uma ilusão, um êrro dos que assim pensam.

Basta comparar com imparcialidade, com espírito de justiça, não digo a obra integral, a obra religiosa, que essa é incomparavel, mas simplesmente os trabalhos, as concepções sientífico-fisosóficas de Augusto Comte, com o que de real, de útil, de positivo, se fez depois dêle, para não ter dúvidas em rejeitar afirmações como estas, de um sientista, que, aliás, é mundialmente conhecido como sabedor e admirador da obra filosófica do mestre dos mestres, o Sr. Marcel Boll:

> *"En conformité avec les connaissances de son temps — diz êle num artigo inserto na revista "La Science et La Vie" (n. 114, de 1926) — Auguste Comte divisait les sciences théoriques les plus simples en mathématiques, physique, chimie, biologie... Eh bien! à l'heure actuelle, la physique théorique se trouve ramenée à deux parties, qui n'en font ou plutôt, qui n'en feront qu'une: l'inertie-gravitation et l'électricité-magnétisme. La première (inetie-gravitacion) embrasse d'abord toute l'ancienne géometrie, toute l'ancienne mécanique et ses dépendances: pésanteur, étude des liquides incompressibles et non visqueux, acoustique; il faut, en outre, lui rattacher la chaleur sensible qui est un mouvement désordonné des particules matérielles.*
>
> *"Quant à la seconde partie, l'électricité-magnétisme, elle a conquis toute la physique des radiations (y compris l'optique et la chaleur rayonnante), la conduction de la chaleur, mais aussi la cohésion de la matière — c'est-à-dire sa résistance à la déformation et à la rupture — et enfin, toutes les réactions chimiques, qui se réduisent finalement à des déplacements de*

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

corpuscules électrisés... La physique a progressivement incorporé la géometrie, la mécanique et la chimie; cette unification de nos connaissances aura certainement une portée pratique incalculable."

Dizer isso é confundir o material objetivo, concreto, que todos os dias nos fornece a contemplação dos seres, *com a construção subjetiva, abstrata, da classificação dos* fenômenos; *é desconhecer que, se, objetivamente, concretamente, a natureza é* una, *pois tôdos os corpos se nos apresentam em sua existência integral, onde coëxistem ao mesmo tempo o número, a fórma, o movimento, o pêso, a luz, o calor, o som, etc.; subjetivamente, abstratamente, a natureza é* múltipla; *de sorte que o fenômeno numérico será eternamente diferente do geométrico e do mecânico, como o sonoro do luminoso e do elétrico; os atributos físicos, dos químicos e uns e outros, dos vitaes, muito embora existam relações íntimas, profundas entre êles, de modo tal que nos parêçam ser ou sejam de fato gerados uns pelos outros. Só o espírito metafísico, espírito insidioso e sutil, que empolga, sem que êles o percebam, sientistas como Marcel Boll, é que explica a lamentavel confusão e leva a considerar incompativel com as descobertas modernas a sábia e profunda classificação das siências, operada por Augusto Comte, segundo a lei universal da jerarquia, o 14° princípio de Filosofia Primeira.*

Tudo o que nêste livrinho se encontra, nada tem de velho, de anacrônico. Ao contrário, tôdo êle trata de assunto sempre atual e sempre nôvo. E se algum dia nóvos dados fornecidos pelo Mundo e pelo Hômem, fizerem modificar inteiramente não só as de Filosofia Primeira mas tambem tôdas as leis sientíficas, mudá-las mesmo noutras leis, estas, por mais diversas que forem das até então admitidas, terão de obedecer à lei basilar e eterna de tôdo conhecimento real, à lei das hipóteses, à lei da relatividade, descoberta por Augusto Comte. As novas leis serão fatalmente hipóteses as mais simples, as mais estéticas e as mais simpáticas de acôrdo com o novos dados. De modo que permanecerá imperecivel a obra sientífica do Pensador Universal.

Se não fôsse o que estou escrevendo uma simples nota, desenvolveria amplamente a minha tese. Em tôdo o caso, ficam estas palavras, dirigidas aos intelectuaes de tôdos os matizes como protesto antecipado à pretenção de certos sientistas, embora competentes sôb vários aspetos, de acharem hôje velhas, concepções cada vez mais novas de Augusto Comte, e, principalmente, contra opinião semelhante, emitida por petulantes letrados com a mesma ignorância com que costumam — na linguagem vibrante de Augusto Comte — decidir em sociologia sem saber aritmética.

Reis Carvalho.

Rio de Janeiro, 3 de Carlos Magno de 144 (19 de Junho de 1932).

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

ÍNDICE

	Pags.
PREFÁCIO	5
NOÇÃO 1ª. — A Teoria da Abstração	9
NOÇÃO 2ª. — As Leis de Filosofia Primeira	12
NOÇÃO 3ª. — A Lei da Relatividade	15
NOÇÃO 4ª. — A Lei da Imutabilidade	19
NOÇÃO 5ª. — A Lei da Modificabilidade	21
NOÇÃO 6ª. — A Lei das Construções Subjetivas	23
NOÇÃO 7ª. — A Lei das Imagens	26
NOÇÃO 8ª. — A Lei da Imagem Normal	28
NOÇÃO 9ª. — A Lei da Evolução Intelectual	30
NOÇÃO 10ª. — A Lei da Evolução Ativa	34
NOÇÃO 11ª. — A Lei da Evolução Afetiva	37
NOÇÃO 12ª. — A Lei da Persistência	40
NOÇÃO 13ª. — A Lei da Coëxistência	42
NOÇÃO 14ª. — A Lei da Mutualidade	45
NOÇÃO 15ª. — A Lei da Conciliação	47
NOÇÃO 16ª. — A Lei da Classificação	51
NOÇÃO 17ª. — A Lei do Intermediário	54
NOÇÃO 18ª. — A Classificação das Siências	59
POSFÁCIO	67
NOTA FINAL	71

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

CATÁLOGO

DE

PUBLICAÇÕES E ESCRITOS INÉDITOS

DE

REIS CARVALHO

(Oscar d'Alva)

Nulla dies sine linea
PLÍNIO

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

NOTAS Á MARGEM

Il faut publier tout.
GOETHE.

Bons ou máos, úteis ou inúteis, tôdos os escritos mencionados nêste catálago representam o nosso labor intelectual durante mais de três decênios, dêsde a remota meninice até à madureza atual.

Por não sabermos quando nos será possivel publicar, devidamente selecionado, tudo que escrevemos e se acha esparso em jornaes e revistas, ou ainda conservamos inédito, pareceu-nos útil indicá-lo nesta resenha, assinalando o nome e a data dos periódicos em que se fizeram as respetivas publicações. Talvez seja realmente de alguma utilidade essa indicação, aos que, pelo menos a título documentário, quizerem conhecer alguns dos nossos escritos.

A maioria dêsses escritos — folgamos em reconhecê-lo — não constitue mera satisfação do espírito, mas serviço social prestado, dentro das nossas possibilidades materiaes e moraes.

Graças à benfazeja Fatalidade, e apesar de mil dificuldades econômico-financeiras, a nossa atividade de propagandista de novos ideaes — por meio da palavra escrita, a que juntámos, tanto quanto possivel, o exemplo — nunca nos serviu de meio de vida, nunca nos proporcionou vantagens materiaes. Por isso mesmo, os nossos escritos, quando outro valor não tenham, possuem o de não estarem eivados de qualquer interêsse pecuniário, ou outro que se lhe assemelhe. De sorte que a nossa ação espiritual póde ser objeto de crítica por êrros do espírito, mas não por vícios do coração.

Além dos que se contéem nêste catálogo, temos ainda alguns trabalhos, publicados e inéditos, que nos parecem de tôdo sem valor, mesmo documentário, e por isso não os incluímos entre os catalogados. Taes são várias crônicas de teatro, alguns versos, fantasias, e um ou outro artigo político, sientífico ou literário.

Publicando esta relação bibliográfica, adotamos provisóriamente o conceito de Gœthe, num diálogo com o naturalista genebrino Frederico Soret — *Il faut publier tout* — mas não o aceitamos definitivamente como lêma de publicidade. Ao contrário, pensamos que nem tudo que se escreve convem ser publicado. Para nós, o conselho de Plínio sôbre a leitura, deve ser aplicado à publicidade. Dizia o mestre latino que é preciso ler *muito* mas não *muitos* — *legere multùm, non multa* — isto é, ler muitas vezes um bom livro e nem uma vez muitos livros máos. Parafraseando-o, dizemos — *publicare multùm, non multa*: publicar muitas vezes um bom livro e nem uma só vez muitos livros máos. Infelizmente, os escritores nem sempre, ou quase nunca, observamos a sábia regra...

R. C.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

CATÁLOGO DE PUBLICAÇÕES E ESCRITOS INÉDITOS

DE

REIS CARVALHO

(OSCAR D'ALVA)

I

PUBLICAÇÕES EM LIVROS

1. — **PRELÚDIOS** — Poesias — Rio de Janeiro — 1903 — Editores: Laemmert & Comp.

2. — **SENHORA** — Peça em cinco atos, extraída, em colaboração com E. Marinho Aranha, do romance homônimo de José de Alencar — Rio de Janeiro — 1904 — Editor: o jornal de modas **A Estação.**

3. — **CAVALHEIRISMO RÚSTICO** — Librêto da ópera homônima de Pêdro Mascagni, tradução em verso, em colaboração com Montrose Miranda — Rio de Janeiro — 1904 — Editores: Viana & Comp.

4. — **CAVATINAS** — Poesias — Rio de Janeiro — 1904 — Editores: Laemmert & Comp.

5. — **A QUESTÃO DO ENSINO** — Bases de uma reforma da instrução pública no Brasil — Rio de Janeiro — 1910 — Ed. do A. — Tip. do **Jornal do Comércio.**

6. — **O PODER JUDICIÁRIO E A LIBERDADE PROFISSIONAL** — Conferência e artigos complementares — Rio de Janeiro — 1913 — Ed. do A. — Tip. do **Jornal do Comércio.**

7. — **A LITERATURA MARANHENSE** — Memória publicada na **Biblioteca Internacional de Obras Célebres** — Vol. XX, pags. 9.737 a 9.756 — Lisbôa — 1913.

8. — **LES NEUTRES ET LA GRANDE GUERRE** — Article publié dans le **Jornal do Comércio** du 21 Octobre 1914, suivi des traductions française, italienne, espagnole, anglaise et allemande — Rio de Janeiro — 1915 — Ed. do A. — Tip. do **Jornal do Comércio.**

9. — **A GUERRA E A GRANDE GUERRA** — Conferência — Rio de Janeiro — 1915 — Editora: **Liga Brasileira pelos Aliados.**

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

10. — **LA DICTATURE RÉPUBLICAINE ET LE GOUVERNEMENT BRÉSILIEN** — Mémoire présenté au 2ème Congrès Scientifique Pan-Américain — 1915 — Washington — Imprimerie du Gouvernement — 1917 — **Proceedings of The Second Pan American Scientific Congress**, Vol. VII, pags.501/509 — 1917.

11. — **A MULHER NA LITERATURA BRASILEIRA** — Conferência da série organizada pela Biblioteca Nacional — 1915 — **Anaes da Biblioteca Nacional** — Vol. XL — 1923.

2. — **POSIÇÃO ENCICLOPÉDICA DA GEOGRAFIA** ou **LUGAR DA GEOGRAFIA NA SÉRIE DOS CONHECIMENTOS HUMANOS** — Memória apresentada ao 5° Congresso Brasileiro de Geografia — 1916 — **Anaes**, 2° Vol. — 1917.

13. — **LA GUERRE ET LA GRANDE GUERRE** — Conférence faite en portugais au Cercle Français de Rio de Janeiro, le 8 Novembre 1915; traduction française par le Professeur Augusto de Araújo Gonsalves — Rio de Janeiro — 1918 — Tip. Bernard Frères.

14. — **POESIAS** — Volume de 600 paginas em que reüniu o A. tôda a sua obra poética: **Prelúdios, Cavatinas, Sonatas, Mater, Poemas do Coração, Musa da Guerra, Poemas Sociolátricos** — Manáos — 1922 — Editor: J. F. Couceilo (Livraria Acadêmica).

15. — **POUR LA JUSTICE** — 3 articles contre l'impunité de l'ex-occupant de la présidence de la République, Epitácio da Silva Pessôa — Rio de Janeiro — 1924 — Ed. do A.

6. — **OS FERIADOS BRASILEIROS** — Sumária apreciação dos dias de festa nacional, considerados como datas de celebração do culto cívico, da Religião da Pátria, preâmbulo da Religião da Humanidade — Rio de Janeiro — 1926 — Editores: Pimenta de Mello & Comp.

17. — **NOÇÕES DE FILOSOFIA PRIMEIRA** — Resumidissima exposição das 15 leis universaes que regem tôdos os fenômenos independentemente da sua categoria — Rio de Janeiro — 1932 — Ed. do A. — Tip. da **Imprensa Nacional**.

II

PUBLICAÇÕES EM JORNAES E REVISTAS

18. — **ENSAIOS ENCICLOPÉDICOS** — Diversos estudos sôbre matemática, física, química, siências moraes e políticas, e literatura — 1894-1932:

I. ENSAIOS MATEMÁTICOS — 1. O quadrado da hipotenusa (D. M. — 1894) — 2. Novos princípios da teoria das desigualdades (Pc. — 1895) — 3. Nôvo método para a resolução das equações do 1° gráo (R. A. — Maio e Agosto de 1898) — 4. Definição dos tipos geométricos (Db. — 4 de Agosto de 1898).

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

II. ENSAIOS FÍSICO-QUÍMICOS — 1. Definição e divisão da Física; suas relações com outras siências (F. — 1894; Ph. — 1895; R. E. P. — 1901) — 2. A inércia (Db. — 15 de Junho de 1898) — 3. As lacunas da Física (Db. — 13 de Agosto de 1898) — 4. As leis químicas (Db. — 22 e 29 de Junho, 6, 14 e 28 de Julho de 1898) — 5. A nomenclatura dos hidratos (Db. — 24 de Outubro de 1898).

III. ENSAIOS MORAES E POLÍTICOS — 1. A anarquia moderna e a Religião da Humanidade (Pc. — 1896) — 2. O Positivismo (A. F. — 1901) — 3. A questão feminina (K. — Janeiro a Abril de 1904) — 4. A Religião e a Medicina (K. — Agosto de 1904) — 5. A Revolução Franceza (K. — Julho de 1905) — 6. O Positivismo e os fenômenos psíquicos ocultos (An. — 7 de Dezembro de 1905; trad. franceza em **L'Étoile du Sud** — le 12 et le 19 Novembre 1922) — 7. Benjamin Constant (D. N. — 22 de Janeiro de 1907) — 8. Revolta e martírio (Sl. — 26 de Novembro de 1921; G. T. — 23 de Dezembro de 1921) — 9. A disciplina republicana (M. L. — 5 de Setembro de 1923) — 10. A classificação social (Ff. — 25 de Dezembro de 1923; G. — 4 de Abril de 1927) — 11. A reforma econômica (Br. — 15 e 22 de Abril de 1925; C. M. — 8 de Fevereiro de 1931) — 12. Teixeira Mendes (I. B. — Outubro de 1927) — 13. As três alelúias (I. B. — Fevereiro de 1928) — 14. O govêrno republicano e o bem público (Br. — 13 de Dezembro de 1926; G. — 2 de Novembro de 1929; C. M. — 21 de Fevereiro de 1932) — 15. Comunismo e anticomunismo (C. M. — 9 de Julho e 5 de Agosto de 1930).

IV. ENSAIOS LITERÁRIOS — 1. Um drama de Paul Hervieu: **La course du flambeau** (Dr. — 1° de Agosto de 1902) — 2. Cervantes e o **D. Quixote** (K. — Junho de 1905) — 3. Odorico Mendes (K. — Agosto de 1905) — 4. Bocage e a sua obra (An. — 28 de Dezembro de 1905) — 5. José de Alencar (S. XX. — Maio de 1906; G. — 1° de Maio de 1929) — 6. Dante e a **Divina Comédia** (G. T. — 14 de Setembro de 1921) — 7. A reforma social em Tolstoi, Ibsen e Zola (Ff. — 20 de Dezembro de 1924) — 8. O Futurismo (Br. — 18 de Maio de 1926) — 9. O **Fausto** de Goethe (C. M. — 3 de Abril de 1932)

19. — **A REFÓRMA DA ORTOGRAFIA** — Estudo comparativo das simplificações ortográficas admitidas pelo Apostolado Positivista do Brasil, pela Academia Brasileira de Lêtras e pelo Govêrno Portuguez, seguido de um conjunto de regras ortofônicas e ortográficas, sistematizadas pelo Autor. — 1907-1916 (S. L. — 1915-1917; Mã. — Outubro e Novembro de 1929).

20. — **A LIÇÃO DE ANATOMIA** — Contos e fantasias — 1895-1920: — 1. O beijo (Ph. — 22 de Outubro de 1895) — 2. Lenda oriental (Pc. — 12 de Agosto de 1896) — 3. A única feliz (P. — 17 de Agosto de 1900) — 4. O destino (P. — 21 de Fevereiro de 1901) — 5. A viúva (R. O. — 27 de Maio de 1905) — 6. A lição de anatomia (K. — Dezembro de 1907; trad. espanhola em **Hojas Selectas**, de Barcelona — Outubro de 1911, e em **La Iberia**, de Buenos Aires — 5 de Outubro de 1911. O original figura tambem na **Biblioteca Internacional de Obras Célebres**, vol. XXIII, pags. 11.628/11.631) — 7. O dominó verde (Sl. — 15 de Março.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

de 1919) — 8. In anima nobili... (Ff. — Natal de 1923) — 9. Megacéfalo e microglôsso (Ct. — 12 de Julho de 1919) — 10. O fim da quadrilha (Mã. — 4 de Agosto de 1929).

21. — **OS ELEITOS DA HUMANIDADE** — Notícia biográfica e apreciação sociológica de 206 grandes personagens históricas, segundo o calendário composto por Augusto Comte (C. N. — 1911-1912):

a) MEZ DE MOISÉS: A TEOCRACIA INICIAL — 1. Prometeu — 2. Cadmo — 3. Hércules — 4. Teseu — 5. Orfeu — 6. Tirésias — 7. Ulisses — 8. Licurgo — 9. Rômulo — 10. Numa — 11. Bel — 12. Semíramis — 13. Sesóstris — 14. Manu — 15. Ciro — 16. Zoroastro — 17. Os Druidas — 18. Ossian — 19. Buda — 20. Fu-Hi — 21. Láo-Tsé — 22. Meng-Tsé — 23. Os Teocratas do Tibet — 24. Os Teocratas do Japão — 25 Manco-Capac — 26. Tameaméa — 27. Confúcio — 28. Abraão — 29. José — 30. Samuel — 31. Salomão — 32. David — 33. Isaías — 34. S. João Batista — 35. Harun-al-Raschid — 36. Abdarâman III — 37. Maomé.

b) MEZ DE HOMERO: A POESIA ANTIGA — 1. Hesíodo — 2. Tirteu — 3. Safo — 4. Anacreonte — 5. Píndaro — 6 Sófocles — 7. Eurípides — 8. Teócrito — 9. Longo — 10. Esquilo — 11. Escopas — 12. Zeuxis — 13. Ictino — 14. Praxíteles — 15. Lisipo — 16. Apeles — 17. Fídias — 18. Esôpo — 19. Pilpai — 20. Plauto — 21. Terêncio — 22. Menandro — 23. Fedro — 24. Juvenal — 25. Luciano — 26. Aristófanes — 27. Ênio — 28. Lucrécio — 29. Horácio — 30. Tibulo — 31. Ovídio — 32. Lucano — 33. Virgílio.

c) MEZ DE ARISTÓTELES: A FILOSOFIA ANTIGA — 1. Anaximandro — 2. Anaximenes — 3. Heráclito — 4. Anaxágoras — 5. Demócrito — 6. Leucipo — 7. Heródoto — 8. Tales — 9. Solon — 10. Xenófanes — 11. Empédocles — 12. Tucídides — 13. Arquitas — 14. Filoláo — 15. Apolônio de Tiana — 16. Pitágoras — 17. Aristipo — 18. Antístenes — 19. Zeno — 20. Cícero — 21. Plínio, o Môço — 22. Epiteto — 23. Arriano — 24. Tácito — 25. Sócrates — 26. Xenócrates — 27. Filo de Alexandria — 28. São João Evangelista — 29. São Justino — 30. Santo Irineu — 31. São Clemente de Alexandria — 32. Orígenes — 33. Tertuliano — 34. Platão.

d) MEZ DE ARQUIMEDES: A SIÊNCIA ANTIGA — 1. Teofrasto — 2. Herófilo — 3. Erasístrato — 4. Celso — 5. Galeno — 6. Avicena — 7. Averróes — 8. Hipócrates — 9. Euclides — 10. Aristeu — 11. Teodósio de Bitínia — 12. Heron — 13. Ctesíbio — 14. Papo — 15. Diofante — 16. Apolônio — 17. Eudoxo — 18. Arato — 19. Pitéas — 20. Nearco — 21. Aristarco — 22. Beroso — 23. Eratóstenes — 24. Sosígenes — 25. Ptolomeu — 26. Albatagênio

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

— 27. Nassir-Edin — 28. Hiparco — 29. Varrão — 30. Columela — 31. Vitrúvio — 32. Estrabão — 34. Plutarco — 35. Plínio, o Velho.

e) MEZ DE CÉSAR: A CIVILIZAÇÃO MILITAR — 1. Milcíades — 2. Leônidas — 3. Aristides — 4. Cimon — 5. Xenofonte — 6. Focion — 7. Epaminondas — 8. Temístocles — 9. Péricles — 10. Filipe — 11. Demóstenes — 12. Ptolomeu Lago — 13. Filopêmen — 14. Políbio — 15. Alexandre — 16 Júnio Bruto — 17. Camilo — 18. Cincinato — 19. Fabrício — 20. Régulo — 21. Aníbal — 22. Paulo Emílio — 23. Mário — 24. Os Gracos — 25. Sipião — 26. Augusto — 27. Mecenas — 28. Vespasiano — 29. Tito — 30. Adriano — 31. Nerva — 32. Antonino — 33. Marco Aurélio — 34. Papiniano — 35. Ulpiano — 36. Alexandre Severo — 37. Aecio — 38. Trajano.

f) MEZ DE S. PAULO: o CATOLICISMO — 1. São Lucas — 2. São Tiago — 3. São Cipriano — 4. Santo Atanásio — 5. São Jerônimo — 6. Santo Ambrósio — 7. Santa Mônica — 8. Santo Agostinho — 9. Constantino — 10. Teodósio — 11. São João Crisóstomo — 12. São Basílio — 13. Santa Pulquéria — 14. Marciano — 15. Santa Genoveva de Paris — 16. São Gregório-Magno — 17. Hildebrando 18. São Bento — 19. Santo Antônio — 20. São Bonifácio — 21. Santo Austino — 22. Santo Isidoro de Sevilha — 23. São Bruno — 24. Lanfranc — 25. Santo Anselmo — 26. Heloísa — 27. Beatriz — 28. Os arquitetos da Idade Média — 29. São Benezeto.

22° — **PELA CIVILIZAÇÃO CONTRA A BARBARIA** — Comentários sociológicos e artigos episódicos sôbre a Grande Guerra — 1914-1923: 1. O Brasil e a Guerra (J. C. — 15 de Agosto de 1914) — 2. A instrução e a Guerra (J. C. — 11 de Agosto de 1914) — 3. A Paz pela Guerra? (J. C. — 19 de Agosto de 1914) — 4. O Imperialismo e a Guerra (J. C. — 25 de Agosto de 1914) — 5. Os Responsáveis pela Guerra (J. C. — 14 de Setembro de 1914) — 6. O Papado e a Guerra (J. C. — 2 de Outubro de 1914) — 7. Os Beligerantes e a Guerra (J. C. — 7 de Outubro de 1914) — 8. Os Neutros perante a Guerra (J. C. — 21 de Outubro de 1914) — 9. Com os Aliados pela Humanidade (J. C. — 11 de Março de 1915) — 10. Reminiscência oportuna (J. C. — 23 de Março de 1915) — 11. Os crimes alemães e o crime dos neutros (J. C. — 11 de Maio de 1915) — 12. O Tratado de Buenos Aires e a Grande Guerra (J. C. — 2 de Junho de 1915) — 13. Os Estados Unidos e a Grande Guerra (J. C. — 22 de Julho de 1915) — 14. A Guerra e a Grande Guerra (J. C. — 7 de Dezembro de 1915) — 15 Civismo e Militarismo (J. C. — 6 de Novembro de 1915) — 16. A paz germânica e os aliadófilos J. C. — 21 de Dezembro de 1915) — 17. A festa de um réprobo (R. F. B. — 1° de Março de 1916) — 18. A guerra dos três anos (J. C. — 3 de Março de 1916) — 19. Germanófilos, Neutros e Indiferentes (I. — 13 de Março de 1916) — 20. A Alemanha contra o Mundo (J. C. — 17 de Março de 1916) — 21. A requisição dos navios alemães (J. C. — 15 de Abril de 1916) — 22. A Liga pelos

BPBL Biblioteca Pública Benedito Leite

Aliados e a neutralidade do Brasil (J. C. — 22 de Abril de 1916) — 23. O torpedeamento do **Rio Branco** (J. C. — 8 de Maio de 1916) — 24. Os Neutros e a Paz (J. C. — 31 de Maio de 1916) — 25. A Civilização Militar e o Militarismo Alemão (J. C. — 21 de Junho de 1916) — 26. A neutralidade criminosa e a Conferência Ruy Barbosa (J. C. — 2 de Agosto de 1916) — 27. Apêlo aos Aliados (J. C. — 30 de Novembro de 1916) — 28. Ação dos Aliados contra o Bando-Wilhelm (J. C. — 13 de Dezembro de 1916) — 29. A paz germânica?!... Nunca!... (J. C. — 14 de Dezembro de 1916) — 30. A punição dos crimes alemães (J. C. — 18 de Dezembro de 1916) 31. A paz alemã perante os Aliados (J. C. — 29 de Dezembro de 1916) — 32. Os Estados Unidos e a paz alemã (J. C. — 23 de Dezembro de 1916) — 33. Pela derrota alemã (J. C. — 22 de Dezembro de 1916) — 34. A Grande Aliança e a paz alemã (J. C. — 5 de Janeiro de 1917) — 35. Constantinopla, capital do mundo J. C. — 20 de Janeiro de 1917) — 36. A Grande Aliança e o problema da paz (J. C. — 31 de Janeiro de 1917) — 37. A paz do mundo e o Presidente Wilson (P. — 27 de Janeiro de 1917) — 38. Os govêrnos neutros e a guerra alemã (P. — 11 de Fevereiro de 1917) — 39. Os últimos arrancos do furor teutônico (J. C. — 12 de Fevereiro de 1917) — 40. A resposta dos neutros à guerra alemã (J. C. — 12 de Fevereiro de 1917) — 41. Os beligerantes da última hora e a Conferência da Paz (Rz. — 18 de Abril de 1917) — 42. O bando alemão na América (P. — 21 de Março de 1917) — 43. A Revolução russa e a Grande Guerra (P. — 23 de Abril de 1917) — 44. As revoltas alemães e a Grande Guerra (J. C. — 26 de Março de 1917) — 45. O Teologismo e a Guerra (J. C. — 13 de Abril de 1917) — 46. A pena de Talião e os crimes alemães (R. — 30 de Abril de 1917) — 47. A condenação do ministro alemão (J. C. — 19 de Abril de 1917) — 48. O torpedeamento do **Paraná** e a ação do Govêrno Brasileiro (J. C. — 5 de Maio de 1917) — 49. Os Estados Unidos perante a Grande Aliança (J. C. — 25 de Abril de 1917) — 50. Os aliados da última hora (R. — 26 de Maio de 1917) — 51. O Brasil na Guerra (Suprimido pela Censura) — 52. A lição da crise russa (J. C. — 15 de Junho de 1917) — 53. A festa da América (J. C. — 6 de Junho de 1917) — 54. Agressões e represálias (J. C. — 12 de Julho de 1917) — 55. Os prenúncios da derrota alemã (J. C. — 28 de Julho de 1917) — 56. Três anos de guerra (J. C. — 31 de Julho de 1917) — 57. A Grande Guerra e a Paz do Vaticano (J. C. — 28 de Agosto de 1917) — 58. Bento XV e a paz do Vaticano (R. — 3 de Setembro de 1917) — 59. O perigo alemão no Brasil (J. C. — 26 de Outubro de 1917) — 60. A crise russa e a Grande Guerra (J. C. — 24 de Setembro de 1917) — 61. O falso aliadismo (J. C. — 7 de Outubro de 1917) — 62. O problema da Paz e o castigo da Alemanha (J. C. — 13 de Outubro de 1917) — 63. A causa da Civilização e o govêrno do Brasil (J. C. — 23 de Outubro de 1917) — 64. A guerra alemã no Brasil (J. C. — 30 de Outubro de 1917) — 65. Pelo Brasil brasileiro contra o Brasil alemão (Suprimido pela Censura) — 66. A causa aliada e as investidas teutônicas (J. C. — 21 de Novembro de 1917) — 67. A união sagrada!... mas nunca a união sacrílega!... (J. C. — 18 de Novembro de 1917) — 68. A cooperação do Brasil na Grande Guerra (J. C. — 25 de Novembro de 1917) — 69. Os alemães do Brasil e a Grande Guerra (J. C. — 2 de Dezembro de 1917) — 70. Pela Guerra Aliada contra a Guerra Alemã (J. C. — 18 de Dezembro de 1917) — 71. A tomada de Jerusalem (P. — 25 de Dezembro de 1917) — 72. O rol dos culpados (J. C. — 29 de Dezembro de 1917) — 73. A Paz Nacionalista e a Grande Guerra

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

(R. — 2 de Janeiro de 1918) — 74. O fim humano da guerra aliada (P. 21 de Janeiro de 1918) — 75. A sucessão presidencial e a causa aliada (Rz. — 11 de Fevereiro de 1918) — 76. Pelo Brasil contra a Alemanha (R. — 14 de Fevereiro de 1918) — 77. O castigo da Alemanha e a opinião socialista (R. — 4 de Março de 1918) — 78. O castigo da Alemanha e a opinião positivista (P. — 24 de Março de 1918) — 79. A intervenção sino-japoneza e a Grande Guerra (R. — 24 de Março de 1918) — 80. A Revolução Proletária e a Grande Guerra perante o Positivismo (P. — 11 de Agosto de 1918) — 81. A vitória final (J. C. — 24 de Abril de 1918) — 82. Frederico Harrison mistificador?! (R. — 19 de Maio de 1918) — 83. A ofensiva pacifista (J. C. — 30 de Maio de 1918) — 84. O recuo aliado e a cooperação americana (R. — 6 de Junho de 1918) — 85. A República Universal (J. C. — 25 de Junho de 1918) — 86. Os Estados Unidos na Grande Guerra (R. — 1 de Julho de 1918) — 87. O quarto ano de guerra (J. C. — 31 de Julho de 1918) — 88. Vencer e punir (J. C. — 3 de Setembro de 1918) — 89. O Govêrno do Mundo depois da Guerra (J. C. — 20 de Setembro de 1918) — 90. O Pôvo alemão cûmplice do govêrno alemão (J. C. — 27 de Setembro de 1918) — 91. A Paz Aliada (J. C. — 2 de Outubro de 1918) — 92. A nova cilada pacifista (J. C. — 11 de Outubro de 1918) — 93. A paz de Clemenceau (J. C. — 1 de Novembro de 1918) — 94. A resposta aliada à paz alemã (J. C. — 6 de Novembro de 1918) — 95. O fim da Guerra e o Govêrno do Brasil (J. C. — 5 de Novembro de 1918) — 96. O último aliado (J. C. — 20 de Novembro de 1918) — 97. Revolução alemã (J. C. — 23 de Novembro de 1918) — 98. O socialismo boche no Brasil (J. C. — 28 de Novembro de 1918) — 99. A revelação da Humanidade (J. C. — 28 de Novembro de 1918) — 100. O Tribunal dos Aliados (J. C. — 8 de Dezembro de 1918) — 101. O Brasil na Conferência da Paz (J. C. — 14 de Dezembro de 1918) — 102. Reminiscência oportuna (J. C. — 29 de Dezembro de 1918) — 103. A embaixada do govêrno do Brasil ao Congresso de Versailles (J. C. — 2 de Janeiro de 1919) — 104. A fórmula de Lloyd George e a Conferência da Paz (J. C. — 3 de Janeiro de 1919) — 105. A Sociedade das Nações e a Paz Aliada (J. C. — 20 de Janeiro de 1919) — 106. O problema russo e a Conferência da Ilha dos Príncipes (J. C. — 5 de Fevereiro de 1919) — 107. O Presidente Wilson advogado da Alemanha (J. C. — 20 de Fevereiro de 1919) — 108. A mentira de Erzberg (J. C. — 17 de Abril de 1919) — 109. O espantalho massimalista (J. C. — 23 de Abril de 1919) — 110. Um escândalo wilsoniano contra a paz aliada (J. C. — 28 de Abril de 1919) — 111. As reïnvindicações italianas e a paz aliada (J. C. — 6 de Maio de 1919) — 112. A Constituição da Liga das Nações: I. (J. C. — 6 de Março de 1919); II. (J. C. — 11 de Março de 1919); III. (J C. — 14 de Março de 1919); IV. (J. C. — 18 de Março de 1919; V. (J. C. — 22 de Março de 1919); VI. (J. C. — 9 de Maio de 1919) — 113. A paz aliada contra a Alemanha (J. C. — 15 de Maio de 1919) — 114. As ordenanças suspeitas da Vitória (J. C. — 19 de Maio de 1919) — 115. A paz de Clemenceau ou a espada de Foch (J. C. — 23 de Junho de 1919) — 116. Delenda Germania! (J. C. — 2 de Julho de 1919 — 117. O julgamento do Kaiser (J. C. — 23 de Setembro de 1919) — 118. Contra a imigração alemã (J. C. — 20 de Outubro de 1919) — 119. A terceira guerra púnica (J. C. — 30 de Outubro de 1919) — 120. A paz para as vítimas não é a mesma para os algozes: I. (J. C. — 8 de Dezembro de 1919; II. (J. C. — 24 de Dezembro de 1919) — 121. Piedade para os algozes?! (Inédito. O J. C. recusou publi-

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

car) — 122. A ratificação da paz aliada (J. C. — 13 de Janeiro de 1920) — 123. Os navios ex-alemães: I. (P. — 1 de Fevereiro de 1920); II. (Inédito. O P. recusou publicar) — 124. O Brasil perante os Aliados e a questão dos navios ex-alemães (P. — 24 de Fevereiro de 1920) — 125. A extradição do Kaiser: I. (J. C. — 23 de Janeiro de 1920); II. (J. C. — 27 de Janeiro de 1920); III. (J. C. — 2 de Fevereiro de 1920); IV. (J. C. — 4 de Fevereiro de 1920); V. (J. C. — 16 de Fevereiro de 1920) — 126. As sanções aliadas perante as infrações alemães do Tratado de Versailles (J. C. — 10 de Fevereiro de 1920) — 127. O julgamento dos criminosos alemães da Grande Guerra (J. C. — 3 de Março de 1920) — 128. A revolta de von Kapp (J. C. — 19 de Março de 1920) — 129. A questão do Ruhr e a atitude da França (J. C. — 15 de Abril de 1920) — 130. A rejeição do Tratado de Versailles pelo Senado dos Estados Unidos (J. C. — 21 de Maio de 1920) — 131. A política germanófila do ministro Nitti (J. C. — 22 de Maio de 1920) — 132. Pela Justiça Histórica (G. T. — 31 de Outubro de 1920) — 133. A ocupação do Ruhr e o Tratado de Versailles (V. — 20 de Janeiro de 1923) — 134. A execução do Tratado de Versailles (V. — 6 de Fevereiro de 1923) — 135. A nota germanófila do govêrno britânico (R. E. — 30 de Agosto de 1923) — 136. A LIGA BRASILEIRA PELO ALIADOS (Relatórios): I. (J. C. — 17 de Março de 1916); II. (J. C. — 21 de Março de 1917); III. (J. C. — 24 de Março de 1918); IV. J. C. — 30 de Março de 1919.

23. — **FATOS E COMENTÁRIOS** — coletanea de escritos sôbre diversos assuntos da vida brasileira e internacional — 1898-1932:

I — ASSUNTOS MATEMÁTICOS — 1. Multiplicações abreviadas (J. C. — 5 e 8 de Março de 1908) — 2. Sofisma matemático (J. C. — 19 de Julho de 1912) — 3. Radiciação rápida de potências perfeitas (J. C. — 18 de Maio de 1913) — 4. O juro médio racional e as tabelas — Werneck (J. C. — 11 de Abril de 1915) — 5. A relatividade de Einstein vista de relance (Br. — 11 de Maio de 1925; trad. fr. na **Ilustração Brasileira** de Janeiro de 1926) — 6. As últimas descobertas de Einstein (G. — 12 de Março de 1929).

II — ASSUNTOS FÍSICO-QUÍMICOS — 1. O ar líquido (Db. — 10 e 28 de Setembro de 1898) — 2. O ouro marinho (Db. — 9 de Outubro de 1898) — 3. Os novos elementos do ar (Db. — 1898 — 4. A máquina de medir o pensamento (Db. — 31 de Outubro de 1898) — 5. A gôta d'agua (Db. — 1898) — 6. As figuras vocaes (R. C. — Setembro de 1899).

III — ASSUNTOS BIOLÓGICOS — 1. A enumeração e classificação dos sentidos (Br. — 1° de Agosto de 1926) — 2. A invenção de Voronoff (G. — 30 de Julho de 1928) — 3. A psicanálise e a siência positiva (I. M. — 8 de Agosto de 1928) — 4. Marinesco contra Voronoff (G. — 9 de Outubro de 1928) — 5. O fundador da mesologia (G. — 31 de Dezembro de 1929).

IV — ASSUNTOS MÉDICO-SOCIAES:

a) A QUESTÃO DA FEBRE AMARELLA — 1. A extinção da febre amarela no Rio de Janeiro (J. C. — ap. — 12 de Fevereiro de 1908 — 2. L'extinction de la fièvre jaune à Rio de Janeiro (E. S. — le 8

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

Mai 1908) —3. The eradication of the yellow fever (B. R. May, 26 th 1908) — 4. A febre amarela e o Dr. Oswaldo Cruz (C. N. — 7 de Agosto de 1909) 5. A febre amarela e o Dr. Oswaldo Cruz (C. N. 27 de Setembro de 1910) — 6. A extinção da febre amarela no Estado do Pará (C. N. — 21 de Outubro de 1911.

b) A QUESTÃO DA VACINA — 1. Carta ao **Diário de Notícias** (D. N. — 15 de Abril de 1907) — 2. Carta a Artur Azevedo (P. — 28 de Julho de 1908) — 3. Carta a **A Notícia** (N. — 7 de Outubro de 1908) — 4. Carta a **Folha do Dia** (F. D. — 13 de Outubro de 1908) — 5. Contra a vacinação obrigatória (Rz.—27 de Fevereiro de 1917) — 6. A questão da vacina (G. N. — 18 de Agosto de 1918) — 7. A tirania vacinista (Rz. — 18 de Outubro de 1918) — 8. A vacina obrigatória e o Supremo Tribunal Federal (J. C.— ap — 23 de Janeiro de 1920 — 9. Contra a vacina obrigatória (J. C. — ap — 13 de Junho de 1920) — 10. Carta a **A Noite** (Nt. — 11 de Julho de 1920) — 11. Contra a vacina obrigatória (G. T. — 27 de Março de 1921) — 12. O despotismo sanitário (G. T. — 30 de Abril de 1922) — 13. Contra a vacina obrigatória (G. T. — 30 e 31 de Março, e 1 de Abril de 1922)—14. Contra a vacina obrigatória. (G. T. — 15 de Abril de 1922). 15. Contra a vacina obrigatória (Nt.—2 de Junho de 1922) — 16. A questão da vacina (Rz. — 28 de Junho de 1922) — 17. Contra a vacina obrigatória (Nt. — 22 de Setembro de 1922) — 18. Contra a vacinação obrigatória (J. — ap — 26 de Janeiro de 1924) — 19. Contra a vacinação obrigatória (J. — ap. — 18 de Maio de 1924).

V — ASSUNTOS JURÍDICO-SOCIAES:

a) A QUESTÃO DA LIBERDADE PROFISSIONAL—1. As acumulações remuneradas e a liberdade profissional (C. N.—20 de Agosto de 1909)—2. A reforma do ensino e a liberdade profissional (J. C. — 16 de Abril de 1911) — 3. Liberdade profissional (C. N. — 16 de Janeiro de 1912 — 4. Liberdade profissional (J. C. — 14 de Abril de 1912) — 5. Liberdade profissional (J. C. — 2 de Agosto de 1912) — 6. Liberdade profissional (J. C. — 30 de Novembro de 1912) — 7. A liberdade profissional e a Diretoria da Saúde Pública (J. C. — 20 de Julho de 1914) — 8. A liberdade de ensino e a liberdade profissional (J. C. — 20 de Julho de 1914) — 9. A remodelação da Lei Orgânica do Ensino e a liberdade profissional (P. — 29 de Março de 1915) — 10. Liberdade profissional (P.— 12 de Novembro de 1915)—11. Liberdade profissional (J. C. — 29 de Novembro de 1915) — 12. Pela liberdade profissional (J. C. — 19 de Setembro de 1919) — 13. Pela liberdade profissional (G. T. — 9 de Julho de 1921) — 14. Carta ao bacharel Aldroaldo de Carvalho (G. T. — 27 de Julho de 1921) — 15. Pela liberdade profissional: complemento ao opúsculo «O Poder Judiciário e a

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

Liberdade Profissional" (G. T. — 21, 22, 27 de Julho de 1921) — 16. Carta a Coelho Neto (Nt. — 24 de Outubro de 1923).

b) A QUESTÃO DA LIBERDADE DE TESTAR—1. Liberdade de testar (J. C.—7 de Abril de 1913)—2. Representação do Centro Republicano Conservador ao Congresso Nacional (D. C.—20 de Dezembro de 1908) — 3. A liberdade de testar (J. C.—10 e 11 de Agosto, e 10 de Novembro de 1912).

c) A QUESTÃO DA LIBERDADE ESPIRITUAL — 1. A proïbição de entrada de religiosos portuguezes no Brasil (J. C. — 14 de Novembro de 1910) — 2. A cartomância e a polícia (P. — 14 de Janeiro de 1912) — 3. Liberdade de imprensa (Bar. — 7 de Outubro de 1915 e J. — ap. — 12 de Setembro de 1922) — 4. A repressão do Anarquismo (Rz. — 31 de Outubro de 1919) — 5. Pela liberdade espiritual (G. T. — 23 de Novembro de 1920) — 6. Pela órdem republicana (J. — ap. — 3 de Outubro de 1923) — 7. O Cristo no Corcovado (J. — ap — 5 de Dezembro de 1923) — 8. Pela liberdade contra a tirania (G. — 8 de Agosto de 1927 — 9. A Lei da Separação (G. — 7 de Janeiro de 1930) — 10. Carta a *A Noite* sôbre o Cristo no Júri (Nt. — 17 de Março de 1931) — 11. Pela liberdade espiritual (G. — 6 de Julho de 1931) — 12. O ensino religioso nas escolas oficiaes (G. — 3 de Agosto de 1931) — 13. O regímen republicano e o ensino religioso (H. — 15 de Agosto de 1931) — 14. Liga pela Liberdade Espiritual (C. M. — 6 de Setembro de 1931) — 15. Cristo no Júri (Artigo, e requerimento ao Ministro da Justiça, pedindo a retirada da imagem do Cristo, do Tribunal do Júri) (C. M. — 21 de Novembro de 1931) — 16. Lei de imprensa (C. M. — 3 de Janeiro de 1932) — 17. Pela liberdade espiritual (Carta ao presidente do Club 3 de Outubro Dr. Pedro Ernesto) (C. M. — 9 de Março de 1932). — 18. Pela órdem material com liberdade espiritual (C. M. — 25 de Maio de 1932).

d) A QUESTÃO DOS VÍCIOS SOCIAES — 1. A vadiagem (J. C. — 27 de Março de 1909) — 2. A jogatina e a legislação (J. C. — 27 de Setembro de 1912).

e) ACUMULAÇÕES REMUNERADAS — (C. N. — 20 de Janeiro de 1910).

f) CÓDIGO CIVIL (J. C. — 1 de Agosto de 1913).

g) A QUESTÃO DAS CONDECORAÇÕES — I — (J. C. — 7 de Junho de 1919) — II — (J. C. — 22 de Junho de 1919).

h) A QUESTÃO DOS MENORES — (G. — 10 de Abril de 1928).

i) OS EMPRÉSTIMOS BRASILEIROS E A DECISÃO DA CÔRTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL (Mã. — 15 de Agosto de 1929).

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

VI — ASSUNTOS POLÍTICO-SOCIAES:

a) POSITIVISMO — 1. Sôbre o Positivismo (Polêmica) (Pc. — 7, 9, 11, 18, 24, 25, 28, de Setembro, e 13, 16, e 24 de Outubro de 1896) — 2. O Positivismo (A. F. — 1901) — 3. Anagrama Positivista (A. F. — 1903; e R. O. — 30 de Setembro de 1905)—4. O calendário positivista (A. F.—1903)—5. Que é o Positivismo? (R. O. — 10 de Julho de 1905) — 6. O Positivismo e a beatificação de Joana d'Arc (J. C. — 12 de Maio de 1909) — 7. O Positivismo e o Sr. Anatole France (P. — 17 de Agosto de 1909) — 8. O Positivismo e a proteção oficial ao índio (C. N. — 5 de Dezembro de 1911) — 9. O Positivismo e o General Rondon (G. — 21 de Maio de 1928) — 10. A influência do Positivismo na fundação da República (Carta ao *Correio da Manhã* — C. M. — 14 de Outubro de 1931).

b) CONTRA O MILITARISMO — 1. O serviço militar na República (D. N. — 17 de Dezembro de 1907) — 2. Civilismo e Militarismo: o discurso de Olavo Bilac (S. — 6 de Novembro de 1915).

c) CONTRA O MONARQUISMO — 1. O banimento e a trasladação (J. C. — 29 de Julho de 1912) — 2. A república monárquica (? — 13 de Julho de 1920).

d) CONTRA O MEDICALISMO — 1. Academia Brasileira (P. — 2 de Julho de 1913) — 2. Êrro e crime (S. — 9 de Julho de 1913) — 3. O caso do Prof. Krause (G. T. — 3 de Outubro de 1920).

e) A REFÓRMA DO ENSINO — I. — (J. C. — 11 de Agosto de 1910); II — (J. C. — Novembro de 1910); III—(C. M.—17 de Fevereiro de 1931).

f) COMEMORAÇÕES CÍVICAS — 1. A festa da bandeira (Carta à Imprensa — 19 de Novembro de 1908) — 2. 19 de Fevereiro (J. C. — 20 de Fevereiro de 1910) — 3. As comemorações das glórias militares do Brasil (G. T. — 25 de Janeiro de 1921) — 4. O 27 de Agosto (G.—27 de Agosto de 1928) — 5. O juramento da liberdade (G. — 13 de Julho de 1929).

g) FÓRMULAS REPUBLICANAS — 1. Saúde e Fraternidade (C. N. — 6 de Janeiro de 1910).

h) FRATERNIDADE INTERNACIONAL — 1. Pela Paz Universal (Carta à *Folha do Pôvo*, de São Paulo — 17 de Outubro de 1908) — 2. Argentina-Brasil (P. — 9 de Julho de 1912) — 3. A União Latina (G. T.—3 de Dezembro de 1920).

i) CASOS POLÍTICOS BRASILEROS — 1. Pelos grevistas armados (J. C. — 25 de Novembro de 1910) — 2. A propósito da anistia (J. C. — 28 de Novembro de 1910) — 3. O caso do Estado do Rio (J. C. — ap. — 31 de Dezembro de 1914) — 4. As leis e as sentenças perante

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

a Constituição (J. C. — 8 de Janeiro de 1915)— 5. A sucessão presidencial (J. C. — ap. — 19 de Janeiro de 1919) — 6. Candidaturas presidenciaes (J. C. — 25 de Fevereiro de 1919 — 7. As candidaturas presidenciaes e o Rio Grande do Sul (J. C. — 27 de Março de 1919) — 8. As candidaturas presidenciaes e a política do Rio Grande do Sul (Pol. — 14 de Março de 1919 e J. C. — ap. — 27 de Março de 1919) — 9. A inelegibilidade do Sr. Epitácio Pessôa perante o Supremo Tribunal Federal (Pol. — 6 de Junho de 1919 e J. C. — ap. — 6 de Julho de 1919) — 10. O presidente inelegivel (Pol.— 1 de Agosto de 1919) — 11. Ditadura... mas ditadura republicana (Rz.—6 de Janeiro de 1920)— 12. A sucessão presidencial: I.—(G. T.—22 de Julho de 1921); II. — (G. T. — 30 de Julho de 1921); III. — (G. T. 3 de Agosto de 1921); IV. — (G. T. — 6 de Agosto de 1921) — 13. A reação republicana (M. J. — 3 de Janeiro de 1922) — 14. Artur Bernardes e Nilo Peçanha (M. J. — 11 de Janeiro de 1922) — 15. O julgamento do ex-ocupante da Presidencia da República, Epitácio da Silva Pessôa, perante um Tribunal Popular (D. C. — 27 de Julho de 1923. Incluído no discurso do Senador Irineu Machado) — 16. Reminiscências e oportunidades (J. — ap. — 4 de Setembro de 1923) — 17. De réu a juiz (J. — ap. — 15 de Setembro de 1923)—18. Reminiscências oportunas (J.—ap. — 29 de Novembro de 1923) — 19. Justiça pela Honra do Brasil (J. — ap. — 16 de Dezembro de 1923) — 20. Justiça inversa (Nç. — 7 de Março de 1924) — 21. Agentes provocadores (J. — ap. — 28 de Maio de 1924) — 22. A refórma da Constituição (Br. — 15 de Julho de 1925)—23. Contra a Justiça Oficial (Br. — 25 de Abril de 1926) — 24. Apêlo ao Govêrno e à Oposição (Br. — 24 de Maio de 1926) — 25. A refórma constitucional (Br. — 21 e 22 de Setembro de 1926) — 26. A inconstitucionalidade da refórma constitucional (Br.—10 de Outubro de 1920) — 27. A refórma financeira (Br. — 27 de Dezembro de 1926) — 28. Epitacismo e Bernardismo (G. — 16 de Maio de 1927) — 29. Repulsa aos réprobos (G. — 23 de Maio de 1927) — 30. Carta a *El Diario* (G. — 27 de Junho de 1927) — 31. Sentença iníqua (G. — 23 de Janeiro de 1929) — 32. O apêlo do General Villeroy (Mã. — 16 de Março de 1929) — 33. A sucessão presidencial (G. — 16 de Agosto de 1929) — 34. O inquérito no Banco do Brasil (G. — 28 de Outubro de 1929) — 35. Cale-se! (G. — 4 de Janeiro de 1929) — 36. A sucessão presidencial (C. M. — 27 de Fevereiro de 1930) — 37. O *grande brasileiro* Epitácio Pessôa (G. — 22 de Maio de 1930) — 38. O caso da Paraíba (C. M. — 4 de Julho de 1930) — 39. Telegrama a Demétrio Ribeiro (G. — 3 de Novembro de 1930) — 40. Carta

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

a Juarez Távora (C. M. — 7 de Novembro de 1930) — 41. Impressões do 24 de Outubro (G. — 24 de Novembro de 1930) — 42. Apêlo Republicano (C. M. — 2 de Dezembro de 1930) — 43. O Tribunal Revolucionário (C. M. — 23 Dezembro de 1930)—44. A redução dos feriados (C. M. — 27 de Dezembro de 1930) — 45. República Velha e República Nova (G. — 6 de Janeiro de 1931) — 46. O banquete do Forte (C. M. — 17 de Fevereiro de 1931) — 47. A legislação ditatorial republicana (C. M. — 7 de Março de 1931) — 48. Apêlo ao Presidente Getúlio Vargas (G. — 11 de Março de 1931) — 49. A crise financeira: soluções urgentes (G. — 26 de Março de 1931) — 50. O caso do Supremo Tribunal (C. M. — 10 de Abril de 1931) — 51. Constituição sem Constituinte (C. M. — 10 de Deezembro de 1931) — 52. Pela Justiça Revolucionária (C. M. — 17 de Dezembro de 1931) — 53. Pelos militares civilistas, contra os civis militaristas. (C. M. — 21 de Fevereiro de 1932) — 54. O 41° aniversário da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891 (C. M. — 24 de Fevereiro de 1932) — 55. A interventoria paulista (C. M. — 26 de Fevereiro de 1932) — 56. A hora decisiva (C. M.—27 de Março de 1932). — 57. A solução da crise (C. M. — 28 de Junho de 1932).

j) CASOS POLÍTICOS ESTRANGEIROS — 1. O Czar e a Paz (Db. — 29 de Outubro de 1898) — 2. O fusilamento de Ferrer (P. — Outubro de 1909) — 3. O assassinato de Ferrer e a justificação do Deputado Mediano (J. C. — ap. — 17 de Outubro de 1909) — 4. A República Portugueza (J C. — ap. — 7 de Outubro de 1910) 5. A República Portugueza (J. C. — ap. — 14 de Outubro de 1910) — 6. A execução de estadistas grêgos (V. — 12 de Dezembro de 1922) — 7. Carta-aberta a Benito Mussolini (N. I.— 14 de Abril de 1923 e Br. — 18 de Fevereiro de 1926) — 8. Pela separação dos poderes: a propósito das cartas trocadas entre o Cardeal Dubois e o Ministro Hériot (Br. — 24 de Dezembro de 1924) — 9. O período ditatorial (Br. — 28 de Dezembro de 1925) — 10. O Brasil e a Alemanha na Liga das Nações (Br. — 19 de Março de 1926) — 11. A crise mexicana e a liberdade espiritual (Br. — 23 de Agosto de 1926) — 12. Pela Justiça em nome da Humanidade (G. — 18 de Agosto de 1927) — 13. Malditos! (G. — 29 de Agosto de 1927) — 14. A marcha retrógrada (G. 15 de Fevereiro de 1929) — 15. Pela Humanidade e pela França (G. — 21 de Fevereiro de 1931) — 16. A República na Espanha (G. — 6 de Maio de 1931) — 17. Pela justiça humana contra a tirania fascista (C. M. — 4 de Junho de 1931) — 18. A Polícia Internacional e a Liga das Nações (C. M. — 9 de Fevereiro de 1932).

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

VII — ASSUNTOS ASTRONÔMICO-SOCIAES — 1. A reforma do Calendário (J. C. — 6 de Fevereiro de 1914) — 2. A reforma do Calendário (Mã. — 6 de Outubro de 1927) — 3. A reforma do Calendário e a conferência do Almirante Silvado (G. — 2 de Dezembro de 1929) — 4. A reforma do Calendário (C. M. — 22 de Dezembro de 1929) — 5. A reforma do Calendário (C. M. — 10 de Junho de 1930).

VIII — ASSUNTOS LITERARIOS — 1. Gonsalves Dias — (Al. — 3 de Novembro de 1895) — 2. Gonsalves Dias (Ph. — 3 de Novembro de 1895) — 3. *Dicionário manual homofonológico*, por Pêdro Nunes Leal (Parecer, apenso ao livro — 1896) — 4. Carlos Gomes (Discurso no Club Americano do Rio, em 16 de Setembro de 1897; D. M. — 14 de Dezembro de 1897) — 5. Carta a Artur Azevedo sôbre o teatro aberto (N. — 10 de Março de 1899) — 6. Réjane (R. C. — Julho de 1902) — 7. A mão de Réjane (N. — 26 de Julho de 1902) — 8. Augusto Comte (Dr. — 5 de Setembro de 1902) — 9. Pensamentos (R. O. — 24 de Setembro de 1904) — 10. A crítica das *Cavatinas*: resposta a Medeiros e Albuquerque (T. — 20 de Dezembro de 1904) — 11. 28 de Julho (J. B. — 28 de Julho de 1910) — 12. A literatura maranhense (J. C. — 18 de Abril de 1913) — 13. Ecos de um recital (J. C. — ed. v. — 30 de Junho de 1917) — 14. Preliminares de técnica literária (S. L. — Outubro de 1918) — 15. Prosa e verso (J. C. — 22 de Janeiro de 1919; e Ct. — 7 de Julho de 1928) — 16. *Jardim de Heloísa*, por Castro Menezes (J. C. — ed. v. — 22 de Março de 1919) — 17. Recitaes brasileiros — (J. C. — ed. v. — 21 de Novembro de 1919) — 18. A reforma da ortografia (J. C. — ed. v. — 22 de Novembro de 1919) — 19. Do Rio a Manáos (G. T. — 20 de Dezembro de 1920) — 20. *Vultos e Livros*, por Artur Mota (G. T. — 7 de Setembro de 1921) — 21. Uma festa nupcial (G. T. — 30 de Dezembro de 1921) — 22. A mais bela (S. — 22 de Março de 1922: G. T. — 11 de Março de 1922; R. S. — 15 de Abril de 1922) — 23. A crítica de *Poesias* (Carta a Osório Duque Estrada — J. B. — Registro Literário — 2 de Novembro de 1922) — 24. Crítica das críticas: o livro *Poesias*, de Reis Carvalho e o *Registro Literário*, de Osório Duque Estrada (V. — 16, 21 e 24 de Novembro de 1922) — 25. O livro *Poesias*, de Reis Carvalho e a *Resenha de livros*, de Fábio Luz (Carta a Fábio Luz — J. — ap. — 21 de Novembro de 1923) — 26. Ave, Maria! (Nt. — 27 de Maio de 1924) — 27. Aurora Brusoń (G. — 31 de Maio de 1928; Ff. — 18 de Junho de 1927; 21 de Junho de 1930; 11 de Junho de 1931) — 28. Lúcia Branco (Ff. — 6 de Agosto de 1927) — 29. Eletrocutado ou Eletrocutido? (G. — 5 de Setembro de 1927) — 30. A undécima musa (G. — 6 de Outubro de 1927) — 31. A arte original de Berta Singerman: a melopéa sinfônica (G. — 24 de Outubro de 1927) — 32. A dignificação do Teatro Brasileiro e a Sociedade de Cultura Teatral (G. — 5 de Dezembro de 1927) — 33. Eletro-

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

cutir ou eletrocutar? (G. — 17 de Janeiro de 1928) — 34. Berta Singerman em Paris (G. — 18 de Julho de 1928) — 35. Ana Pavlova ou o renascimento da Dansa (Tp. — 28 de Julho de 1928) — 36. Autores e intérpretes (Ct. — 11 de Agosto de 1928; Ff. — 26 de Março de 1932) — 37. Cláudia Muzio (Tp. — 15 de Setembro de 1928) — 38. Os recitaes de Berta Singerman (G. — 29 de Outubro de 1928) — 39. O Brasil e Berta Singerman (G. — 5 de Dezembro de 1928) — 40. O certâmen de Galveston (G. — 26 de Abril de 1929) — 41. Nênê Barukel (G. — 6 de Maio de 1929) — 42. A próssima visita de Berta Singerman (G. — 22 de Maio de 1929) — 43. Teatro e Religião (G. — 15 de Julho de 1929) — 44. A glória de Berta Singerman (G. — 22 de Junho de 1929) — 45. Berta Singerman e a arte da palavra (Mã. — 19 de Julho de 1929) — 46. Um livro do General Villeroy: *Benjamin Constant e a Politica Republicana* (Mã. — 24 de Outubro de 1929) — 47. A ortografia oficial (G. — 23 de Dezembro de 1929) — 48. Concurso internacional de beleza: A eleita das eleitas (G. — 6 de Setembro de 1930) — 49. O concurso internacional de beleza e a decisão do júri (C. M. — 9 de Setembro de 1930 — 50. Teatro de Câmera (Inquérito do *Diario Carioca* — 7 e 17 de Março de 1931) — 51. Que é a Arte? (Ff. — 12 de Março de 1932) — 52. Arte brasileira (Ff. — 12 de Março de 1932) — 53. Goethe (Ff. — 19 de Março de 1932; G. — 22 de Março de 1932) — 54. O poema sociológico (Ff. — 2 de Abril de 1932) — 55. A glorificação de Tiradentes (C. M. — 21 de Abril de 1932).

IX — ASSUNTOS FISCAES — 1. Os acessos na Alfândega do Rio de Janeiro (C. M. — 13 de Janeiro de 1906) — 2. Reforma das Repartições de Fazenda (C. N. — 25 de Abril de 1911) — 3. Êrro por corrigir na Tarifa Aduaneira, ns. 1, 2 e 3 (J. C. — 17 de Maio, 23 de Junho e 28 de Novembro de 1914) — 4. A reforma da Alfândega (P. — 11 de Outubro de 1907) — 5. A adjudicação do produto das apreensões aduaneiras (J. C. — 5 de Dezembro de 1914) — 6. Relatório da fiscalização do consumo de papel para jornaes (B. A. R. J.—31 de Dezembro de 1917) — 7. A reforma tarifária (P. — 28 de Dezembro de 1919) — 8. Papel para a Imprensa (Pol. — 12 de Março de 1920) — 9. Fiscalização do consumo de papel para jornaes, ns. 1 a 4 (J. C. — ed. v. — 25 de Março, 25 de Maio, 26 de Junho e 6 de Julho de 1920) — 10. Papel para jornaes (Carta ao *Correio da Manhã* — 14 de Abril de 1920) — 11. Pela alta da borracha contra o perigo *yankee* (G. T. — 30 de Janeiro de 1921) — 12. Apelando da Fôrça para o Direito (a propósito da remoção imoral e ilegal do A., como funcionário de Fazenda) (G. T. — 26 de Abril de 1921; 18, 27 e 30 de Janeiro, e 2 de Fevereiro de 1922) — 13. Sacos e trapos (Br. — 19 de Novembro de 1925) — 14. Ladrões!... (Br. — 17 de Janeiro de 1926).

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

b) PIANO — 1. Lúcia Branco (J. C. — ed. v. — 30 de Junho de 1917; Ff. — 20 de Junho de 1925) — 2. Tatá Level (G. T. — 16 de Abril de 1921) — 3. René Fleurigny (G. T. — 12 de Dezembro de 1921) — 4. Estelinha Epstein (Ff. — 29 de Agosto de 1925) — 5. Maria de Lourdes Tôrres e Manoel Barreiras (Ff. — 28 de Novembro de 1925) — 6. Hilda Rocha Canejo (Ff. — 28 de Novembro de 1925) — 7. Dila Tavares Josetti (Ff. — 5 de Dezembro de 1925 e 20 de Novembro de 1926) — 8. Ofélia Isaacson (Ff. — 5 de Dezembro de 1925) — 9. Mariazinha Alves (Ff. — 2 de Janeiro de 1926) 10. Aurora Bruson (Ff. — 29 de Maio de 1926; 27 de Agosto de 1927; e 25 de Julho de 1931)— 11. Artur Rubinstein (Ff. — 19 e 26 de Junho de 1926; 23 de Maio e 6 de Junho de 1931) — 12. Ana Gomide (Ff. — 19 de Junho de 1926 e 14 de Novembro de 1931) — 13. Moisewitch (Ff. — 3 de Junho de 1926) — 14. Madalena Tagliaferro (Ff.— 3 de Julho de 1926) — 15. Nadir Batista (Ff. — 6 de Novembro de 1926) — 16. Antoniêta Rudge (Ff. — 13 de Novembro de 1926; 4 de Junho de 1927; 14 de Junho de 1930) — 17. Alexandre Brailowsky (Ff. — 14 e 28 de Maio de 1927; 24 de Maio e 7 de Junho de 1930) — 18. Mark Hamburg (Ff. — 2 de Julho de 1927) — 19. Dora Soares e Varela Cid (Ff. — 30 de Julho de 1927)— 20. Guiomar Novaes (Ff. — 30 de Julho e 13 de Agosto de 1927; 10 de Maio de 1930; 15 de Agosto e 5 de Setembro de 1931) — 21 Emil Frey (Ff. — 13, 20, e 27 de Agosto e 3 e 10 de Setembro de 1927) — 22. Carlos Zecchi (Ct. — 30 de Junho de 1928; Ff. — 2 e 19 de Julho de 1930) — 23. Heloísa Accioli de Brito Meira (Mã. — 23 de Novembro de 1929) — 24. Carlos Lachmund (Ff. — 31 de Maio de 1930) — 25. Ofélia Nascimento (Ff. — 21 de Junho de 1930) — 26. Maria da Glória Ribeiro França (Ff. — 19 de Julho de 1930) — 27. Walter Brummel (Ff. — 23 e 30 de Agosto de 1930) — 28. Alunas da Prof.ª Lúcia Branco (Ff.— 13 de Setembro de 1930, e 19 de Dezembro de 1931) — 29. Maria Aparecida França (Ff. — 27 de Setembro de 1930) — 30. Souza Lima (João) — (Ff. — 27 de Setembro de 1930; 5 de Maio, e 13 de Junho de 1931) — 31. Honorina Silva (Ff. — 4 de Outubro de 1931) — 32. Cláudio Arrau (Ff. — 4 e 25 de Outubro de 1930; 16 e 30 de Abril de 1932) — 33. Iso Elinson (Ff. — 28 de Junho de 1930; 18 e 25 de Abril de 1931) — 34. Max Pauer (Ff. — 5 de Maio de 1931) — 35. Leonor Botelho de Macedo Costa (Ff. — 13 de Junho de 1931) — 36. Harold Henry (Ff. — 13 de Junho de 1931) — 37. Alexandre Uninsky (Ff. — 4 de Julho de 1931) — 38. Dora Beviláqua (Ff. — 1º de Agosto de 1931) — 39. Roberto Tavares (Ff. — 15 de Agosto de 1931) — 40. Roberto Casadessus (Ff. — 22 de Agosto de 1931) — 41. Xênia Prochorowa (Ff. — 24 de Outubro de 1931) — 42. Gioconda Contrucci (Ff. — 19 de Dezembro de 1931) — 43. Arnaldo Rebêlo (Ff. — 14 de Maio

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

de 1932) — 44. Mieczyslaw Münz (Ff. — 4, 11 e 18 de Junho de 1932) — 45. Sílvia de Figueiredo (Ff. — 11 de Junho de 1932) — 46. Friedman (Ff. — 25 de Junho de 1932).

c) VIOLINO — 1. — Nathan Milstein (Ff. — 16 e 23 de Julho de 1927) — 2. Jacques Thibaud (Ff. — 5 de Julho de 1930) 3. Célio Nogueira (Ff. — 5 de Julho de 1930) — 4. Peri Machado (Ff. — 19 de Julho de 1930) — 5. Messodi Baruel (Ff. — 26 de Julho de 1930) — 6. Rosita Kanitz (Ff. — 26 de Julho de 1930 e 10 de Outubro de 1931) — 7. Renée de Saussine (Ff. — 30 de Agosto de 1930) — 8. Nicolino Milano (Ff. — 4 de Outubro de 1930) — 9. Jan Kubelik (Ff. — 12 de Setembro de 1931) — 10. Fáfá Lemos (Ff. — 21 de Novembro de 1931) — 11. Maria Hilda Saraiva (Ff. — 21 de Novembro de 1931) — 12. Mariuccia Jacovino (Ff. — 19 de Dezembro de 1931).

d) VIOLONCELO — 1. Rogomil Sykora (Ff. — 11 de Dezembro de 1926) — 2. Cármen Braga (Ff. — 2 de Agosto de 1930).

e) HARPA — 1. Léa Bach (Ff.—29 de Agosto de 1931).

f) CANTO E VIOLONCELO — 1. Alicinha Ricardo e Iberê Gomes Grôsso (Ff. 22 de Agosto de 1931).

g) CANTO, PIANO E VIOLONCELO — 1. Alicinha Ricardo, Vitalina Brasil, Iberê Gomes Grôsso (Ff. 9 de Janeiro de 1932).

h) PIANO, VIOLINO E VIOLONCELO — 1. Trio Barroso — Milano — Pádua (Ff. 12 de Dezembro de 1925).

i) VIOLINOS, VIOLA E VIOLONCELO — 1. Quartêto de Londres (Ff. 6 de Novembro de 1926; 13 e 20 de Setembro de 1930; 11, 18 e 25 de Junho de 1932) — 2. Quartêto Zika (Ff. 3 de Abril e 7 de Maio de 1927).

III — CONFERÊNCIAS — 1. Bastos Portela: *Poetisas cariocas* (Ff-13 de Novembro de 1926). — 2. Ester Ferreira Viana: *Bruxas e bruxedos* (Ff.—15 de Janeiro de 1927); *Assombrações* (Ff- 30 de Abril de 1927); *Astrologia e Quiromância* (Ff-11 de Junho de 1927); *Oniromância* (Ff-7 de Julho de 1927) — 3. Miguel Osório de Almeida: *Siência como Arte* (Mã. 10 de Dezembro de 1929) — 4. Maria Eugênia Celso: *Ecletismo* (Mã. — 6 de Dezembro de 1929); *O perigo de ter idéas* (Ff-4 de Julho de 1931) — 5. Aliki Diplarakos (Miss Grécia e Miss Europa 1930): *Les fêtes de Delphes* (Ff. 13 de Setembro de 1930). — — 6. Luiz Edmundo e Eros Volúsia: *As dansas do Brasil antigo* (Ff. 15 de Agosto de 1931). — 7. Andrade Murici: *A música brasileira moderna* (Ff. 25 de Dezembro de 1931).

IV — CONCÊRTOS — 1. Sinfônico — Humberto Milano (Ff. 28 de Novembro de 1925) — 2. Sinfônico — J. Otaviano (Ff. 13 de Novembro de 1926) — 3. Sinfônico — Vila

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

Lôbos (Ff. 4 de Dezembro de 1926) — 4. O 65° da Sociedade de Cultura Musical (Antonièta Rudge e Rogomil Sykora) (Ff. 4 de Dezembro de 1926) — 5. O 36° do Centro Artístico Musical (Maria de Lourdes MiloneVaz, Carmen Eiras e Messodi Baruel) (Ff. 11 de Dezembro de 1926) — 6. O de Livres Docentes do Instituto Nacional de Música (Juliêta Teles de Menezes, Elzira Polônio. Dulce de Saules, Lambert Ribeiro, José Cruz Lima) (Ff. 11 de Dezembro de 1926) — 7. Os consagrados à glorificação de Beethoven: da Colônia Alemã, no Teatro Municipal (Franz Becker, Dr. Friedmann, Amelia Henn, Oberteller, Maria Schrader, Olga Floe); da S. C. M., no I. N. M. (A. Rezende Martins, Nadir Batista, Marcos Sales, Maria Amélia Rezende, Paulina d'Ambrosio, Alfredo Gomes Juliêta Gomes de Menezes) (Ff. 2 de Abril de 1927) — 8. Os 115° e 116° da Sociedade de Concêrtos Sinfônicos (Francisco Braga, Lídia Salgado) (Ff. 4 de Junho de de 1927) — 9. O 42° do C. A. M. (Luiza Tôrres Paranhos, Lídia Brasil, Moacir Liserra, Rógerio Pinheiro Guimarães, Lourival Montenêgro, Gastão Formenti) (Ff. 4 de Junho de 1927) — 10. O 69° da S. C. M. (Cármen Eiras, Newton Pádua, Betina de Sá Ribeiro) (Ff. 11 de Junho de 1927) — 11. O 117° da S. C. S. (Francisco Braga) (Ff. 11 de Junho de 1927) — 12. O 118° da S. C. S. (Francisco Braga) (Ff. 18 de Junho de 1927) — 13. O 46° do Grêmio Arcângelo Corelli (Cármen Borda, Dora Beviláqua, Sílvia Borgerth, e Ari Ferreira) (Ff. 25 de Junho de 1927) — 14. Sinfônico — Respighi (Ottorino e Elza Respighi) (Ff. 9 de Junho de 1927; Ct. — 14 de Julho de 1928) — 15. O 120° da S. C. S. (Francisco Braga, Sílvia de Figueiredo Mafra) (Ff. 16 de Julho de 1927) — 16. O 121° da S. C. S. (Francisco Braga, Estelinha Epstein) (Ff. 23 de Julho de 1927) — 17. O 122° da S. C. S. (Francisco Braga) (Ff. 30 de Julho de 1927) — 18. O 123° da S. C. S. (Francisco Braga, Amélia Henn) (Ff. 6 de Agosto de 1927) — 19. O 45° da C. A. M. (Maria da Glória França, Judith Maranhão, Dulce de Saules) (Ff. 10 de Setembro de 1927) — 20. O 127° (?) da S. C. S. (Francisco Braga, Carlos Zecchi) (Ct. 21 de Junho de 1928) — 21. O 153° da S. C. S. (Francisco Braga, Eunice Paes Barrêto) (Mã. 17 de Novembro de 1929) — 22. O do I. N. M. para inauguração do órgão (Francisco Braga, Arnaud Gouvêa) (Ff. 3 de Maio de 1930) — 23. O 71° do C. A. M. (Ilara Gomes Grôsso, Margarida Magalhães, Newton de Pádua, Mário de Azevedo) (Ff. 3 de Maio de 1930) — 24. Sinfônico — Joanídia Sodré (Ff. 26 de Julho de 1930) — 25. Sinfônico da Banda da Guarda Nacional Republicana Portugueza (Fernandes Fão, Beatriz Batista, Mendes Galinha) (Ff. 22 de Novembro de 1930) — 26. Sinfônico — Burle Marx-Bidú Saião-Guiomar Novaes (Ff. 27 de Dezembro de 1930) — 27. Sinfônico — Burle Marx-Bidú Saião (Ff. 3 de Janeiro de 1931) — 28. O 79° do C. A. M. (Francisco Braga, Mário de Azevedo) (Ff. 10 de Janeiro de 1931) — 29. O 23° da Associação Brasileira de Música (Francisco Chiaffitelli, Carlos de Almeida, Orlando Frederico, Iberê Gomes Grôsso, Cecília de Vasconcelos, Alicinha Ricardo) (Ff. 24 de Janeiro de 1931) — 30. Sinfônico da Banda Civil Carioca (Antão Soares) (Ff. 31 de Janeiro de 1931) —

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

31. O 1° de composições de Henrique Osvaldo em homenagem ao compositor (Alicinha Ricardo, Messodi Baruel, Barroso Neto, Francisco Chiaffitelli, Carlos Almeida, Milton Paraíso, Isaac Feldmann, Nelson Cintra,, Newton Pádua, Iberê Gomes Grôsso, Orlando Frederico, Ernani Cataldi (Ff. 9 de Maio de 1931) — 32. O 166° da S. C. S. (Joanídia Sodré, Max Pauer) (Ff. 16 de Maio de 1931) — 33. O 1° da Orquestra Filarmônica do Rio de Janeiro (Burle Marx, Iso Elinson) (Ff. 30 de Maio de 1931) — 34. O 2° de composições de Henrique Osvaldo, em homenagem ao compositor (Maria Amélia de Rezende Martins, Paulina d'Ambrosio, Antonièta de Sousa, Zoé Monteiro, Francisco Braga, Artur Strutt, Alfredo Gomes, Mário de Azevedo, José de Souza Lima, Oscar Borgerth) (Ff. 6 de Junho de 1931) — 35. O 2° da O. F. R. J. Burle Marx, Antonièta de Sousa, Sousa Lima) (Ff. 6 de Junho de 1931) — 36. O 3° da O. F. R. J. (Burle Marx, Iberê Gomes Grôsso) (Ff. 13 de Junho de 1931) — 37° O 82° do C. A. M. (Luiza Tôrres Paranhos, Cacilda Tôrres, Ricardo de Aragão) (Ff. 13 de Junho de 1931) — 38. O 4° da O. F. R. J. (Burle Marx, Tomás Teran, Ari Ferreira) (Ff. 20 de Junho de 1931) — 39. O 5° da O. F. R. J. (Burle Marx, Artur Rubinstein) (Ff. 27 Junho de 1931) — 40. O 1° dos Concêrtos Brasileiros (J. Otaviano, Oscar Borgerth, Heloísa Blöem Mastrangioli, Mário de Azevedo, Arnaldo Estrêla) (Ff. 20 de Junho de 1931) — 41. O 6° da O. F. R. J. (Burle Marx, Antonièta Rudge) (Ff. 4 de Julho de 1931) — 42. O 7° da O. F. R. J. (Burle Marx, Romeu Ghipsmann) (Ff. 11 de Julho de 1931) — 43. Os 171° e 172° da S. C. S. (Francisco Braga, Lourenço Fernandes, Iso Elinson) (Ff. 18 de Julho de 1931)— 44. O 8° da O. F. R. J. (Burle Marx, Xenia Prochorowa, Tomás Teran, Romeu Ghipsman) (Ff. 18 de Julho de 1931) — 45. Sinfônico — Independência do Uruguay (Joanídia Sodré) (Ff. 25 de Julho de 1931) — 46. O 10° da O. F. R. J. (Burle Marx, Peri Machado) (Ff. 1° de Agosto de 1931) — 47° O 11° da O. F. R. J. (Burle Marx, Guiomar Novaes) (Ff. 8 de Agosto de 1931) — 48. O 83° do C. A. M. (Laura Beviláqua, Barroso Neto, Romeu Ghipsmann, Luiza Lacerda, Mário de Azevedo) (Ff. 15 de Agosto dde 1931) — 49. O 12° da O. F. R. J. (Burle Marx) (Ff. 29 de Agosto de 1931) — 50. O 13° da O. F. R. J. (Burle Marx) (Ff. 5 de Setembro de 1931) — 51. O 2° Concêrto de Ondas Etereas (Max Wolfson) (Ff. 7 de Novembro de 1931) — 52. O de composições de Debussy, em homenagem á memória do compositor (Francisco Braga, Tomás Terán, Léa Bach, Luiza Lacerda) (Ff. 14 de Novembro de 1931) — 53. O 1° oficial do I. N. M. em 1931 (Francisco Braga, Maria Hilda Saraiva) (Ff. 21 de Novembro de 1931) — 54. O de composições de D. Celeste Jaguaribe de Matos Faria (Heloísa Blöem Mastrangioli, Luiza Tôrres Paranhos, Mili Garcia, Newton Pádua, Julièta Gomes de Menezes) (Ff. 28 de Novembro de 1931) — 55. O 88° do C. A. M. (Rosêta Costa Pinto, Dora Beviláqua, Dulce de Saules) (Ff. 28 de Novembro de 1931) — 56. O 3° oficial do I. N. M. em 1931 (Humberto Milano, Furio Franceschini, Marina Pinto Galvão) (Ff. 12 de Dezembro de 1931) — 57. O 12° da Associação Brasileira de Música

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

(Charley Lachmund, Mariuccia Jacovino, Nídia Soledade, Maria Carlota de Goulart, Alfredo Henrique Garcia) (Ff. 9 de Abril de 1932) — 58. O comemorativo da reabertura dos cursos do I. N. M. (Wany Moreira Barbosa, Olga Praguer, Eunice Reis Silva, Elïsa Santos Carvalho, Abrão Smith, Maria Rita Costa, Heloísa Marques Lima, Lêda Boisson, Edith de Almeida, Armando Pinheiro, Clélia Augusta Bacelar, Luiza Carvalho Muniz Freire, Lúcia Basílio) (Ff. 7 de Maio de 1932) — 59. O 1° da 2ª série da Academia Brasileira de Música (F. Chiaffitelli, Arnaud Gouvêa, Ari Ferreira, Sousa Lima, Carlos F. Almeida, Nídia Soledade e Rosêta Costa Pinto) (Ff. 7 de Maio de 1932) — 60. O de Música Poloneza (Fr. Braga, Léa Azeredo da Silveira, Xenia Prochorowa) (Ff. 28 de Maio de 1932) — 61. O 3° da Associação de Artistas Brasileiros (Olga Praguer, Arnaldo Estrêla, Oscar Borgerth e Arnaldo Rebêlo) (Ff. — 18 de Junho de 1932).

V. BAILADOS — 1. Ana Pavlova (Companhia de Bailados Clássicos) (Ct. — 28 de Julho e 4 de Agosto de 1928) — 2. Marila Grembo (Ff. — 14 de Junho de 1930) — 3. Vera Nemtchinowa (Companhia de Bailados Franco-Russos) (Ff. — 18 de Outubro de 1930) — 4. Maria Olenewa (Bailados da Escola do Teatro Municipal) (Ff. — 13 de Dezembro de 1930) — 5. Eros Volúsia (Ff. — 18 de Abril e 12 de Setembro de 1931; 18 de Junho de 1932) — 6. Chinita Ulmann e Carleto Thieben (Ff.—11 de Julho de 1931).

VI. — FESTAS — 1. Da PRO-MATRE: música — Luiz Delgadilho e Oscar Borgerth; poesia — Laura Margarida de Queiroz, Eugênia Álvaro Moreira, Bento Martins, e Álvaro Moreira. (Ff. — 5 de Fevereiro de 1927) — 2. Do AUTOMOVEL CLUB: música — Honorina Silva, Cármen Eiras, Helena de Magalhães Castro, Lucy Hentz, Eunice Andrade, Roxy Shaw, Luiza Martins, Donna Irving, Palmira Pinto, Cornélia Brown (Ff — 25 de Junho de 1927) — 3. De TEIXEIRA MENDES: música — Maria de Lourdes Milone Vaz, Cármen Braga, Luiza Paranhos, Mariêta Bezerra, Rosêta Costa Pinto; poesia — Ruth Magalhães, Dirce Côrtes, Henrique Batista de Oliveira, Lafayette Côrtes, Ivan Lins, e Paulo Carneiro (Ff. — 13 de Agosto de 1927) — 4. BAZAR: poesia em prosa e verso — João Ribeiro Pinheiro, Pascoal Carlos Magno, Bastos Portela, Francesca Nosière, Henriquêta Lisbôa; música — Olga Abraão, Lídia Brasil, Bento Martins, Antônio Rolando e Solfieri (Ff. — 20 de Agosto de 1927) — 5. Da PRÓ-MATRE: poesia — Francesca Nosière, Bento Martins, Amélia Azevedo, Fernando Guerra Duval, Alberto de Queiroz, Mariana Roxo, Elisa Nascimento Gurgel, Alice e Dulce Carvalho Araújo, Maria José de Queiroz, Madalena e Beatriz Bolmícar, Lazinha Luiz Carlos, Cármen Sousa Lopes, Nelly Côrtes, Luiz Fernando Lopes, José Bento Ribeiro Dantas, Pascoal Carlos Magno (Ff. — 27 de Agosto de 1927) — 6. Do CLUB ATLÂNTICO: música — Newton Corrêa Ramalho, Maria Antoniêta Ramalho, Maria Aparecida Corrêa Nunes, Juliêta Gomes de Menezes, Nídia Soledade, Maria Locadelo Guimarães; poesia — Eugênia Álvaro

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

Moreira e Maria Eugênia Celso (Mã. — 30 de Outubro de 1929) — 7. De CÁRMEN CINIRA: poesia — Ilka Labarthe, Marina Pádua, Teodorico de Almeida e Cármen Cinira; música — Newton de Pádua (Mã. — 2 de Novembro de 1929) — 8. De HERMES FONTES (hora de saudade): poesia em verso e prosa — Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça, Maria Eugênia Celso, Maria Sabina, Adelmar Tavares, Benjamin Lima, Povina Cavalcanti, Osvaldo Santiago e Pereira da Silva (Ff. — 21 de Fevereiro de 1931) — 9. De FRANCISCO BRAGA: música — Lourenço Fernandes, Luciano Gallet, Silvio Piergili, Heloísa Blöem Mastrangioli, Hilda Saraiva e Newton Pádua; poesia (discurso) — Aloísio de Castro; (Ff. — 25 de Abril de 1931) — 10. Do BOTAFOGO FOOT-BALL CLUB: música — Roberto Tavares, Olga Práguer, Isaac Feldmann, Cármen Gomes, Reis e Silva; poesia — Eugênia Álvaro Moreira e Nênê Barukel; (G. — 5 de Maio de 1931) — 11. De CARIDADE PELA CLÍNICA ESCOLAR OSCAR CLARK: poesia (palestra) — Pascoal Carlos Magno; música — Alicinha Ricardo, Egídio de Castro e Silva, Oscar Borgerth (Ff. — 20 de Junho de 1931) — 12. De CARIDADE EM PROL DA POLICLÍNICA DE BOTAFOGO: música — Sofia del Campo, Astréa Dutra dos Santos, Messodi Baruel, Mário de Azevedo; poesia — Nênê e Léa Barukel (Ff. — 25 de Julho de 1931) — 13. O CARNAVAL (G. — 29 de Fevereiro de 1932) — 14. Da PAZ na *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*: poesia (discursos) — Maria Eugênia Celso e Madeleine Manuel; poesia (versos) — Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, Henriquêta Abreu, Beatriz dos Reis Carvalho e Yvonne Muniz Barrêto; música (canto) — Lou Nordfolk (Ff. — 28 de Maio de 1932).

VII. — ESPETÁCULOS DRAMÁTICOS — 1. COMPANHIA DRAMÁTICA ITALIANA-ITÁLIA ALMIRANTE-MANZINI (Itália Almirante, Haydée Urbani, Luigi Almirante, Remoli Cialente) (Ff. — 3 de julho de 1926) — 2. C. D. I.-DARIO NICODEMI (Vera Vergani, Giuditta Rissone, Léa Orlandini, Luigi Cimarra, Ruggero Lupi, Sergio Tofano) (Ff. — 10 de julho de 1926) — 3. COMPANHIA FRANCEZA DE COMÉDIA - GERMAINE DERMOZ (Germaine Dermoz, Maurice Escande, Aimé Clariond, Joffre, Maria Florian, Margueritte Découret, Blanche Blanmoutier) (Ct. — 2, 9 e 16 de junho de 1928) — 4. TEATRO DE GENTE NOVA (Mário Nunes) (Ff. — 16 de agosto de 1930) — 5. C. D. I. - MARCELLINI (Tommaso Marcellini e Iole Marcellini e outros (Ff.— 15 de novembro de 1930)—6. TEATRO PSÍQUICO (Marcílio Lima, Antônio Ramos, Maria Castro, Newton Padua, Vera Grabinska) (Ff. — 17 de janeiro de 1931) — 7. TEATRO DE CÂMERA — BERTA SINGERMAN (Berta Singerman, Ilde Pirovano, Orestes Caviglia, Julio Ferrando) (Ff. — 7 e 28 de fevereiro, e 14 de março de 1931) — 8. TEATRO DE BRINQUEDO (Eugênia Álvaro Moreira, Aurea Oberlander, Branca Olivieri, Augusta Monteiro, Álvaro Moreira, Mafra Filho, Álvaro Ladeira, Mozart Firmeza, Luiz Martins, Brandão Duarte, Joaquim Ribeiro, Pascoal Carlos Magno, Sebastião Fernandes) (Ff. — 11 de julho de 1931) — 9. REPRESENTAÇÃO DE *Miss Love*, de Coelho Netto (amadores: Luizinha Car-

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

penter, Dolores Cruz, Nadir Itreva, Ruth Cruz, Walfredo Machado) (Ff. — 12 de dezembro de 1931) — 10. Representação de *Senhora*, peça de Renato Viana, extraída do romance homônimo de José de Alencar (atrizes: Céo da Câmara (Aurelia), e outras; atores: Renato Viana (Fernando), e outros) (C. M. — 22 de maio de 1932).

VIII. — ESPETÁCULOS LÍRICOS — 1. C. L. I.-Biloro-Viggiani (cantoras: Pina Fantini, Luiza Lampaggi, Rose Oliver, Olga Simzis; cantores: Chiaia, Baldrich, Manetta, Giovannoni, Ansaldi, Asdrubal Lima, Mansuetto, Zonini, Sinclair, Faini, Guasqui; regente: De Angelis) (Ff. — 3, 10 e 17 de abril de 1926) — 2. C. L. I.-Piergili-Segreto (cantoras: Adelaide Saraceni, Olga Carrara, Rosina Sasso, Gabriela Galli, Algozzino, Kavaline; cantores: Tagliabue, Vicenzo Sempère, Nino Bertelli, Antonio Melandri, Mario Albanese, Abele Carnevale, Luigi Ferroni; bailados: Protalongo; regente: De Cupolo) (Ff. — 24 de abril, 1°, 8 e 15 de maio de 1926) — 3. Grande Companhia Lírica Ottávio Scotto (cantoras: Cláudia Muzio, Luiza Bertana, Graziela Pareto, Rosetta Pampanini, Karin Branzele, Giannina Lombardi, Aurora Buade; cantores: Lauro Volpi, Aureliano Pertile, Ronaldo Zanelli, Roberto Alessio, Tita Ruffo, De Lucca, Azzolini, Benevenuto Franci, Gino Vanelli, Luigi Nardi, Pinza Pasero, Ludovico Oliviero; regente: Gino Marinuzzi) (Ff. — 24, 28 de agosto, 4 e 11 de setembro de 1926) — 4. Companhia Lírica Brasileira-Staffa (cantoras: Cármen Eiras, Margarida Simões, Darcília Lalor, Cristina Guimarães; cantores: Machado del Negri, Ernesto de Marco, Nascimento Filho, João Athos, Santoro; regente: Giacomo Giannetti) (Ff. — 9 e 16 de julho de 1927) — 5. Grande Companhia Lírica-Ottávio Scotto: *O Orfeu*, de Gluck, interpretado por Gabriela Bezanzoni, Isabela Marengo e Lívia Romelli (Ff. — 3 de setembro de 1927) — 6. Companhia Lírica Italo-Brasileira-José Loureiro (cantores brasileiros: Cármen Eiras, Reis e Silva, João Athos; regentes: F. Russo e Borselli) (G. — 26 de março de 1928) — 7. G. C. L. Ottavio Scotto (cantoras: Cláudia Muzio, Gabriela Bezanzoni, Luiza Bertana, Bianca Scacciatti, Beatriz Kottlar, Adele Kern, Maria Olcewska, Isabela Marengo; cantores: Benjamin Gigli, Ricardo Stracciari, Alexandre Kipinis, Emílio Schippe, Elly Krasser, Otto Wolff, Pietro Mirassou, Benevenuto Franci, Gino Vanelli, Atilio Muzio, Jaghelli; regentes: Tulio Serafino, Egon Pollak) (Ct. — 25 de agosto, 1°, 8 e 22 de setembro de 1928) — 8. Companhia Lírica Italiana-Viggiani (cantoras: Amelia Savatieri, Renata Villani, Giulia Scaramelli, Dolores Frau, Cármen Gomes, Pina Monaco; cantores: Antônio Marques, Brandisio Vanucci, Mário Rojo, Conrado Tavanti, Gino Lunardi, Angelo Pilotto, Escobal Vestis, Arturo Pressuti; regente: Paulo Lomonaco (Ff. — 26 de julho, 2 e 9 de agosto de 1930) — 9. Representação de *Soror Angelica*, de Puccini, e *História de um Pierrot*, de Mário Costa, por alunas de canto da Professora Roxy Shaw e do maestro Salvatore Roberti, e de dansa dos Professores Klara

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

Korte, e Ricardo Nemanoff (Ff. — 3 de janeiro de 1931) —10. COMPANHIA LÍRICA ÍTALO-BRASILEIRA (cantoras: Cármen Gomes, Matilde Russo, Edméa Montanari, Luiza Barbieri, Gilda Colombo, Tina Abelardi, Sofia del Campo; cantores: Reis e Silva, Machado del Negri, Fernando Santoro, Asdrubal Lima, Vitor Abruzzini, João Athos, Alexandre de Lucchi, Stefano Bruno, Tino Bruno, João Faini; regentes: Giacomo Giannetti e Santiago Guerra) (Ff. — 11 e 25 de julho, e 1° de agosto de 1931) — 11. COMPANHIA LÍRICA ITALIANA-PIERGILI (cantoras: Josefina Cobelli, Lily Pons, Ninon Vallin, Amalia Bertola; cantores: Carlos Galeffi, Galiano Maisini, Georges Thill, John Brownlee, Salvatore Baccaloni; regentes: Oreste Ricardi e Ferrucci Calusio) (Ff. — 19 e 26 de setembro de 1931). 12. ESPETÁCULO DE ALUNAS DAS ESCOLAS DO TEATRO MUNICIPAL (professores: Salvatore Ruberti, Sílvio Piergili e Maria Olenewa; alunos cantores: Nice de Araujo Jorge, Ninita Lutz, Yolanda Machado, Germana Malet, Sílvio Vieira, Ernesto de Marco, Alexandre de Lucchi, etc.; dansarinas: Lissy Gladys, Luiza Carbonnell, Maria Carbonnell e outras) (Ff. — 5 de dezembro de 1931).

IX. — EXPOSIÇÕES DE ARTES PLÁSTICAS — 1. Salão do Livro (Ff.—28 de Maio de 1927) — 2. O Salão de 1930 (Ff.—6 de Setembro de 1930) — 3. Décio Vilares (Ff. —1° de Novembro de 1930) — 4. Solataroff (Ff.—28 de Março de 1931) — 5. O 3° Salão de Artistas Brasileiros (Ff.—30 de Março de 1931) — 6. O 1° Salão Feminino de Arte (Ff. —27 de Junho de 1931) — 7. O Salão de 1931 (Ff. — 10 de Outubro de 1931) — 8. Sarah Vilela de Figueiredo (Ff. — 31 de Outubro de 1931)— 9. Fujita (Ff. — 2 de Janeiro de 1932) — 10. Roberto Trompowsky (Ff.—9 de Janeiro de 1932)— 11. Haydéa e Manuel Santiago (Ff.— 21 de Maio de 1932) — 12. O 4° Salão de Artistas Brasileiros (Ff.— 4 de Junho de 1932).

25. — **AURORAS E CREPÚSCULOS** — poesias — (1922-1931) (Ff., Ct., Pt., I. B., Tp., G., Nt., Mã., C. M.) — 1. Traição fiel. — 2. A minha eleita. — 3. A bela de Apeles. — 4. Ao Hômem do Futuro. — 5. Aos navegadores do Céu (Gago Coutinho e Sacadura Cabral). — 6. O despertar de Brunhilda (depois de uma audição de SIGFRIDO — o drama lírico de Ricardo Wagner). — 7. Suprema irrisão — 8. O vaso quebrado (Sully Prudhomme). — 9. Gonsalves Dias. — 10. Madalena Tagliaferro. — 11. Resignação. — 12. A vida. — 13. Maria Barrientos. — 14. Aurora Bruson. — 15. Resposta ao sonêto de Arvers (trad.). — 16. Hora de tédio. — 17. Berta Singerman. — 18. Por tua ausência. — 19. A morte de César. — 20. A confissão do apóstolo. — 21. Cláudia Muzio. — 22. A túnica de Nesso. — 23. A morte do vencido. — 24. O Titan da música. — 25. O divino surdo. — 26. Ave, Berta Singerman! — 27. A confissão do esteta. 28. Gall. — 29. Ariosto. — 30. Tasso. 31. — A vida eterna. — 32. A mais bela. — 33. As misses do Brasil. — 34. As misses. — 35. Oração antes da batalha (Henri Dussauze). — 36. Marcha triunfal (Ruben Dario).

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

III

ESCRITOS INÉDITOS

1. **ATRAVÉS DA SIÊNCIA** — Album do ensino universal por Martin Doisy; tradução — Maranhão — 1888.
2. **CÁLCULO ARITMÉTICO** — por Pierre Laffitte; tradução autorizada pelo autor — Maranhão — 1893-1895.
3. **DEFINIÇÃO E DIVISÃO DA MATEMÁTICA** — Maranhão — 1893.
4. **ESTUDO ELEMENTAR DAS FUNÇÕES ALGÉBRICAS** — Maranhão — 1894.
5. **PRINCÍPIOS DE MECÂNICA GERAL** — por Lonchampt; tradução — Rio de Janeiro — 1898-1899.
6. **A LIBERDADE ESPIRITUAL NO BRASIL** — Conferência comemorativa do 3° decenário da separação da Igreja do Estado — Rio de Janeiro — 7 de Janeiro de 1920.
7. **A TEORIA E A PRÁTICA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA** — Conferência comemorativa do 3° decenário dessa Constituição — Manáos — 24 de Fevereiro de 1921.
8. **A GLORIFICAÇÃO DA MULHER** — Conferência — Manáos — 15 de Agosto de 1921.
9. **A POLÍTICA REPUBLICANA E A SUCESSÃO PRESIDENCIAL** — Conferência — Manáos — 25 de Fevereiro de 1922.
10. **A CULTURA INTEGRAL** — Conferência — Manáos — 13 de Abril de 1922.
11. **NÍSIA FLORESTA BRASILEIRA AUGUSTA** — Conferência da série organizada pelo Centro de Cultura Brasileira — Rio de Janeiro — 2 de Outubro de 1924.
12. **S. FRANCISCO DE ASSIS** — Estudo sôbre a vida e a obra do grande Reformador do século XIII — Rio de Janeiro — 1930.
13. **MANUAL DE TÉCNICA LITERÁRIA** — Rio de Janeiro — 1818-1930.
14. **MISCELANEA DE ASSUNTOS FISCAES** — Informações, pareceres, relatórios : a) classificação aduaneira de mercadorias; b) descaminho de direitos alfandegários; c) inspeção de Repartições de Fazenda; d) concursos para emprêgos de Fazenda — (1898-1932).

ABREVIATURAS USADAS NO CATÁLOGO

A. — Autor; Ap. — A pedido; Ed. — Edição ou Editor; Ind. — Inédito; A. F. — *Anuário Fluminense;* Alv. — *Alvorada;* An. — *Os Anaes*; Bar. — *A Barricada*; Br. — *O Brasil*; B. A. R. J. — *Boletim da Alfândega do Rio de Janeiro;* B. R.—*Bristish Review;* C. M.—*Correio da Manhã;* C. N.—*Correio da Noite;* Ct.—*Carêta;* Db.—*O Debate;* D. M. —*Diário do Maranhão;* D. N.—*Diário de Notícias;* Dr.—*O Diário;* D. C.—*Diário do Congresso;* F.—*O Federalista;* Ff.—*Fon-Fon;* C. A. M.— *Centro Artístico Musical;* C. D. I.—*Companhia Dramática Italiana;* C.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite

L. I.—*Companhia Lírica Italiana;* G. C. L.—*Grande Companhia Lírica;* I. N. M.—*Instituto Nacional de Música;* O. F. R. J.—*Orquestra Filarmônica do Rio de Janeiro;* S. C. M. — *Sociedade de Cultura Musical;* S. C. S.—*Sociedade de Concêrtos Sinfônicos;* F. D.—*Folha do Dia;* F. P.—*Folha do Pôvo;* G.—*O Glôbo;* G. T.—*Gazêta da Tarde;* G. N.—*Gazêta de Notícias;* H. — *Hierarquia;* I. B. — *Ilustração Brasileira;* I. M.—*Imprensa Médica;* J. C.—*Jornal do Comércio;* J.—*O Jornal;* J. B.—*Jornal do Brasil;* K.—*Kosmos;* M. L.—*O Mundo Literário;* Mã—*A Manhã;* M. J.—*Manáos-Jornal;* N.—*A Notícia;* Nt.—*A Noite;* Nç.—*A Nação;* N. I.—*La Nuova Italia;* Pc.—*Pacotilha;* Ph.—*Philomathia;* P.—*O Paiz;* Pol.—*A Política;* Pt.—*Para-Tôdos;* R. A.—*Revista Americana;* R. E. P.—*Revista da Escola Politécnica;* R. C.—*Revista Contemporanea;* Rz,.—*A Razão;* R.—*A Rua;* R. E.—*Revista Escolar;* R. O.—*A Rua do Ouvidor;* R. A. F.—*Revista de Arte e Filosofia;* R. F. B.—*Revue Franco-Brésilienne* R. S. — *Revista da Semana;* S. — *O Século;* S. L. — *Siências e Lêtras;* Sl. — *Seleta;* T. — *A Tribuna;* Tp. — *A Temporada;* V. — *A Vanguarda.*

* * *

OBSERVAÇÃO I. — Tôdas as publicações periódicas que figuram em itálico na relação supra, referem-se à imprensa do Rio, salvo *Diário do Maranhão, Federalista, Pacotilha, e Philomathia,* que são maranhenses, e *Gazêta da Tarde* e *Manáos-Jornal,* que são amazonenses; as primeiras, periódicos de São Luiz, capital do Maranhão, e as últimas, de Manáos, capital do Amazonas.

* * *

OBSERVAÇÃO II. — A não ser meia dúzia de artigos noticiosos ou literários, insertos em *O Debate* e na *Kosmos,* tôdos os trabalhos publicados o foram sem nenhum lucro pecuniário para o A. Tôdos representam, não a colaboração do A. na imprensa periódica, mas o contrário, a colaboração da imprensa periódica na obra do A. Não somos nem nunca fomos colaboradores de jornaes, mas os jornaes é que têem sido nossos colaboradores. O que nos leva a registrar públicamente a nossa gratidão cívica e pessoal a tôdos os periódicos que nos têem prestado a sua colaboração, embora reconheçamos tambem, sem tôla vaidade nem falsa modéstia, que muitos dos nossos escritos possam figurar entre os fatores de valorização dêsses periódicos.

R. C.

BPBL
Biblioteca Pública Benedito Leite